

Luciana Ibarra dos Santos

Há algo de novo no *front*:

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre, pelo Programa
de Pós-graduação em História da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profra. Dra. Sandra Brancato

Porto Alegre
2006

Dedico este trabalho à Cida Simões, minha irmã, e André Reis da Silva, amigo e professor, que sempre me disponibilizam seu tempo, trabalho, fé e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe, Gladis Ibarra, pelo seu esforço e dedicação para que concluíssemos (eu e meus irmãos), todas as etapas da educação formal, incluindo o curso superior.

Agradeço também à Profra. Dra. Sandra Brancato, por inigualável profissionalismo, dedicação e paciência ao me acompanhar na elaboração deste trabalho. Da mesma forma, agradeço à Carla Carvalho, da Secretaria do PPGH e aos funcionários que a auxiliam na execução dos trâmites burocráticos do programa, pelos dois últimos anos que passamos juntos.

Ao longo deste período, muitas mãos contribuíram na composição deste trabalho, sendo com pequenos retoques, ou com incentivos à autora que vos fala. Entre estas mãos estão Cida Simões, Luis Carlos Martins, André reis da Silva, Wilson Brandão, Giovani Ceroni, e Marina Fujiname; e os incentivos ficam por conta de nomes como o do Prof. Dr. Brás Brancato, de Lisandre de Oliveira, Bianca Brigidi, Jean Thiago Baptiste, João Urban, Leopoldo Plentz e Rodrigo Oliveira.

Mas é no cotidiano envolvente da dissertação, onde as intempéries da pesquisa se apresentam e transfiguram o humor dos autores, que vemos que a paciência é a maior virtude, e por ela, eu agradeço a Daniel Sperb, que viveu dissertação comigo.

Por mais terras que eu percorra,
Não permita Deus que eu morra
Sem que volte para lá;
Sem que leve por divisa
Esse "V" que simboliza
A vitória que virá:
Nossa vitória final,
Que é a mira do meu fuzil,
A ração do meu bernal,
A água do meu cantil,
As asas do meu ideal,
A glória do meu Brasil.

(Trecho da *Canção do Expedicionário*, por Guilherme de Almeida)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão histórica que engloba novos sistemas para explicar a participação do Brasil na II Guerra Mundial. Consideramos que, em cada seqüência de acontecimentos, existe uma mistura intrínseca de **finalidade** e **causalidade**, e desta forma articulamos um conceito ao outro, a partir de mecanismos relacionados à **estrutura nacional** brasileira. Tais pressupostos são estabelecidos a partir das formulações teóricas de Jean Baptiste Duroselle, em seu trabalho *Todo Império Perecerá*.

A **estrutura nacional** que se instaura no Brasil a partir de 1930 possibilitou apresentar nacionalismo e autoritarismo como políticas complementares na formação da nova **estrutura nacional** do Estado brasileiro. Desta forma, as decisões do dirigente (**finalidade**), tomadas independentes dos posicionamentos do povo, seguiam as orientações político-ideológicas de um projeto organizado. O **Sistema da causalidade** por sua vez, disponibilizou dispositivos de **forças** que impulsionaram o país para a guerra. Brasileiros sofreram a **força de pulsão** em função dos ataques aos navios mercantes brasileiros, nascendo assim um sentimento revanchista que foi asseverado pela campanha de entrada do Brasil na Guerra, organizada pelo governo federal brasileiro do período, como uma **força de pressão**, a partir da criação de aparatos próprios para a difusão ideológica - Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por exemplo - o governo foi capaz de difundir a imagem do Estado Novo, e, a partir de 1942, conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira a favor da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial,

consagrando tal posição na Revista *Cultura Política*, em sua edição extraordinária, intitulada, “O Brasil na Guerra”, de agosto de 1943.

Uma vez no *front* de guerra a Força Expedicionária Brasileira – FEB, grupamento **real** específico, foi submetida, não apenas às pressões e pulsões do conjunto da nação, mas também a uma **guerra psicológica**, em comunicações em forma de panfletos, escritos em português, onde os inimigos buscavam reforçar o “moral” dos seus, erodir o dos brasileiros e causar boa impressão aos neutros.

Palavras-chave: Brasil; Segunda Guerra Mundial; Sistemas de finalidade e Causalidade.

ABSTRACT

This work presents a historical reflection that covers new systems in order to explain the participation of Brazil in the II World War. We are taking into consideration that, in every sequence of events, there is an inner mixture of **finality** and **causality**, and this way we have articulated one concept to the other, from mechanisms related to the Brazilian national structure. These ideas are set from Jean Baptiste Duroselle's theoretical formulations, in his work *Todo Império Perecerá*.

The **national structure** established in Brazil from 1930 on, made it possible for the nationalism and authoritarianism to be presented as complementary politics to form the new **national structure** of the Brazilian State. Therefore, the ruler's decisions (**finality**), made independently from the people's opinion, followed the political-ideological orientations of an organized project. The **Causality System**, on its side, released **forces** devices that urged the country to the war. The Brazilian people suffered the **pulsion force** because of the attacks to the Brazilian merchant ships, and a feeling of revenge was increased by the campaign to set Brazil into the War, which was organized by the federal government of the period, as a **pression** force, by creating specific devices for its ideologic spread –Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), for example – the government was able to convey the image of the New State, and, from 1942 on, mobilize the country in favor of the war and make the Brazilian society aware of the nation participation in the II World War

acclaiming this position in the *Cultura Política* Magazine, in its extraordinary edition, “O Brasil na Guerra” (“Brazil in the War”), from August, 1943.

The Expeditionary Brazilian Force (FEB) – a specific **real** group when in the war *front*, suffered not only the pressions and pulsions of the nation, but also a psychological war, through leaflets thrownt to the Brazilian soldiers, which were written in Portuguese, where the enemies tried to strengthen the “moral” of their soldiers, decrease the Brazilian’s “moral” and cause a good impression to the impartial ones.

Key-words: Brazil; Second World War; Finality and Causality Systems.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1 - O Estado Novo e a Organização da FEB.....	19
1.1 A Formação de uma Nova Estrutura.....	20
1.1 1 Autoritarismo.....	23
1.1 2 Nacionalismo.....	34
1.2 A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.....	40
1.2 1 Vargas e a Formação da FEB.....	45
1.2 2 A Força Expedicionária Brasileira.....	50
2 - A Pressão da Cultura Política.....	58
2.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.....	60
2.2 A Revista <i>Cultura Política</i>	64
2.3 Metodologia da Análise de Conteúdo.....	69
2.3 1 Análise do conteúdo da Edição Comemorativa da Revista <i>Cultura Política</i> , de 1943.....	72
3 – A Guerra Psicológica e a Propaganda no <i>Front</i>	88
3.1 A Guerra Psicológica.....	89
3.2 A propaganda no <i>Front</i>	97
4 - Considerações Finais.....	104
5 - Referências Bibliográficas.....	108
6 – Anexos	
Anexo I – Reportagem Revista Cultura Política (CP), O papel do Brasil na guerra, do Embaixador dos EUA, Jefferson Caffery.....	114
Anexo II – Reportagem CP, Antecedentes da declaração de Guerra – Reportagem Especial de Cultura Política.....	117
Anexo III – Reportagem CP, A coerência histórica de uma atitude política, de Silvio Peixoto.....	124
Anexo IV – Reportagem CP, A diplomacia Brasileira e a Guerra, de Jaime de Barros.....	132
Anexo V - A campanha nacional das obrigações de guerra –	140

Reportagem Especial de Cultura Política.....	
Anexo VI – Reportagem CP, As verdadeiras bases do poderio militar, do General de Brigada F. de Paula Cidade.....	144
Anexo VII – Reportagem CP, Seleção e preparação de material humano para a guerra, de Peregrino Junior.....	149
Anexo VIII - Panfleto 1.....	155
Anexo IX - Panfleto 2.....	158
Anexo X - Panfleto 3.....	161
Anexo XI - Panfleto 4.....	164
Anexo XII - Panfleto 5.....	167

INTRODUÇÃO

Em busca de um novo entendimento a respeito da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o presente estudo propõe uma análise que englobe sistemas históricos pouco considerados no seu conjunto pela historiografia nacional. Os últimos 50 anos caracterizam-se por focar situações específicas para justificar, explicar ou analisar a entrada do Brasil no conflito, ora referenciando a população, ora os militares, ora o dirigente do período.

Para o estabelecimento das bases teóricas adotadas neste estudo, partiremos das formulações de Jean Baptiste Duroselle, em seu trabalho *Todo Império Perecerá*¹, no qual o autor analisa a **estrutura nacional**² como fator de influência para os sistemas denominados **finalidade** e **causalidade**. Como veremos, a análise proposta sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial relaciona estes sistemas com as transformações político-ideológicas realizadas durante o Estado Novo no Brasil.

¹ DUROSELLE, Jean Baptiste. **Todo império Perecerá**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

² Segundo a definição de Duroselle, estrutura nacional se define através de características de vastas sociedades humanas que se modificariam em grande lentidão, envolvendo sistema de valores tradicionalmente ligados a ela. Op. Cit., p.207

Colocado isto, devemos fazer a definição dos sistemas citados através de Duroselle, que afirma que nas relações internacionais, o **sistema de finalidade** engloba o empenho do líder político da nação em elaborar uma estratégia de ação após formular projetos que não atingem somente a ele. Os líderes, assim como os homens, meditam sobre o futuro com projetos e planos, e por deter o poder, acabam formulando-os de forma a atingir as coletividades humanas sob sua tutela. Sendo assim, o sistema de finalidade engloba as decisões do dirigente, tomadas independentemente dos posicionamentos do povo.

Um líder escolhe objetivos com bastante liberdade, de acordo com a sua ideologia, ambição e temperamento. Sua própria posição de líder faz com que dê aos objetivos o nome de “interesse nacional”. Na tentativa de encontrar um “interesse nacional objetivo”, Duroselle propõe uma série de relações que envolvem a “conquista” do tipo nacional (anexação de território), a busca pela segurança, o atrativo da riqueza e do prestígio além dos objetivos de política interna. São justamente os objetivos de política interna que procuraremos enfatizar em nossa análise.

Segundo Duroselle, o poder do líder é assegurado pelo “consenso” ou por artifícios da autoridade, onde o que importa é a variação do consenso - seja este dado pelo povo, ou pelos agentes da manutenção da ordem vinculados ao poder. No caso do nosso estudo, pretendemos compreender a utilização do poder para a formação de um consenso – o consenso pela unidade nacional, cuja aceitação inabalável faz com que a sociedade se disponibilize a sacrificar interesses pessoais pelo país. No Brasil, em 1930, nasceu um Estado que buscou a nacionalização

política e social, a qual somente se tornou possível a partir de 1937, período no qual o governo autoritário e nacionalista foi a maneira escolhida para assegurar a coesão do povo brasileiro.

Na busca por realidades mais complexas ao analisar os países envolvidos em conflitos, o autor em que se embasa teoricamente este estudo afirma que se deve buscar por uma realidade mais complexa, atrás de **forças** que não podemos observar, apenas sentir seus efeitos – tratando-se assim, do **sistema da causalidade**. Ao observar as muitas forças que podem influenciar os rumos da política externa de um país, o autor lista as “naturais”, catástrofes atmosféricas, hidráulicas, geofísicas ou vulcânicas; as “demográficas”, que produzem movimento de migração e conseqüente invasão de territórios e as “econômicas”, preponderantes ao longo da história em muitos conflitos bélicos. Neste estudo, propomos uma análise da **causalidade** baseada nos **valores** como força.

Os **valores** são uma das grandes forças que agem sobre as comunidades humanas. São idéias, ou sistemas de idéias pelos quais, com maior ou menor entusiasmo, o homem está pronto para sacrificar seu interesse pessoal: seu dinheiro, seu conforto, até a vida. Os valores são de uma diversidade extrema, envolvendo questões econômicas, religiosas, solidariedades, honra, e **nacionalismo**.

Entretanto as forças que Duroselle nos descreve não são necessariamente intrínsecas à coletividade. Elas podem ser forças “organizadas” ou “profundas”. Ações visíveis, com objetivos precisos e utilização de meios para difundi-los, como artigos de imprensa e esforços eleitorais, entre outros, são

demonstrações de uma força clara e organizada, pertencente a uma categoria que o autor denomina **pressão**. Quando, pelo contrário, a força não tem nenhuma relação com as pressões conscientes e organizadas, como uma crise econômica, uma catástrofe natural ou um ataque externo, essa força é denominada **pulsão**. E a **pulsão**, segundo Duroselle, é uma “força profunda”. As relações recíprocas entre as forças profundas e as forças organizadas são o ponto essencial de todo estudo político interno e de relações internacionais, afirma o autor. Dessa maneira, acontecimentos que os governos não controlam, deflagram “forças profundas”, e ao mesmo tempo os governos tentam inventar métodos de controlar estas forças.

No Brasil de 1942, a **pulsão** da coletividade em apoiar a participação brasileira na guerra se formou a partir da cólera, da aceitação de riscos e do estouro da violência, após o ataque alemão aos navios mercantes brasileiros. Ao analisar a relação intrínseca entre **pulsão e pressão**, veremos que a **pressão** para a participação efetiva na guerra fazia parte do projeto político-ideológico do governo, que aproveitou a situação como forma de fortalecer a unidade nacional. A partir da criação de aparatos próprios para a difusão ideológica - Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por exemplo - o governo foi capaz de difundir a imagem do Estado Novo, e, a partir de 1942, conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira a favor da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, consagrando tal posição na Revista *Cultura Política*, em sua edição extraordinária, intitulada, “O Brasil na Guerra”, de agosto de 1943.

A **pressão**, num caso típico de um governo de natureza ditatorial, o qual, detendo o monopólio da imprensa, é capaz de escolher o inimigo estrangeiro, produz aquilo que o autor chama de **derivação**: o furor da violência no combate frente a frente, proveniente do insulto de um estrangeiro. Duroselle afirma que “tendo-se em mãos a força do poder público, pode-se ir bem longe contra a opinião da maioria”, mas no caso brasileiro, não era necessário ir contra a maioria, e sim a favor. Um dos tipos de situação **insuportável** para a coletividade envolve a ação do estrangeiro contra uma comunidade pacífica, indispondo a população por atingir seus **valores essenciais**, e no Brasil não foi diferente.

Não é do nosso interesse realizar uma análise envolvendo o conjunto da nação brasileira como participante da guerra, mas sim a partir de um grupamento específico. Para analisar as forças que impulsionam uma nação à guerra, Duroselle utiliza uma abordagem que envolve **grupos reais**³, nos quais estariam baseadas todas as sociedades que não passariam, portanto, de muitos grupos reais associados por diferentes motivos, com um grupo real central e dirigente. Estes grupos são submetidos às pulsões e pressões, podendo seguir os ditames de seu grupo dirigente. Nesta dissertação, consideraremos o Exército, através da Força Expedicionária Brasileira (FEB), como grupo real.

³ Duroselle afirma que grupos reais são o caso de pequenas facções de homens políticos, constituídos segundo a escolha de seus membros. Tal grupo, segundo o autor, existe em todos os níveis de grupamento social, inclusive na organização do Estado (sendo composto o grupo real pelo dirigente e seu *staff*). O grupo real é um grupo especial, uma vez que o cidadão comum e o líder agem de acordo com os interesses dos grupos reais que compõem. Op. Cit., p.83.

Ao concordar com o autor, admitimos que em cada seqüência de acontecimentos existe uma mistura intrínseca de **finalidade** e **causalidade**, e assim ampliamos a explicação sobre a participação do Brasil na Guerra. Não consideramos para este estudo somente a **finalidade**, ou a **causalidade** como uma explicação suficiente para a ação nacional de lançar-se à guerra, mas nos propomos a realizar uma articulação entre um conceito e outro, a partir de um mecanismo relacionado à **estrutura nacional** do Estado Brasileiro.

Sendo assim, a **finalidade** - decisão dos homens no poder -, combinada pela grande aceitação de riscos pelo povo (em função dos seus valores), não determinaram a guerra, mas a tornaram possível. Isso como resultado de uma sociedade cuja estrutura nos explica além das circunstâncias, uma sociedade hierárquica, sob jugo de um poder autoritário, que exalta e produz um sentimento nacionalista, que conforme veremos neste estudo, foi ameaçado no *front* de guerra, não apenas no confronto bélico tradicional, mas confrontado com valores externos ao país através da intervenção do elemento **aleatório**⁴.

Esta intervenção atuou através do uso de uma propaganda de guerra, baseada na distribuição de panfletos escritos em português, dirigidos aos Praças da Força Expedicionária Brasileira no *front* italiano de operações. Como nos explica Linebarger⁵, trata-se de **Guerra Psicológica**, que está presente cada vez mais nos tempos contemporâneos, e utiliza propaganda e assertivas a respeito da força

⁴ O autor nos coloca que o estrangeiro é o aleatório, uma vez que a autoridade não possui poder algum sobre ele. DUROSELLE, Jean Baptiste. Op. Cit., p.50.

⁵ LINEBARGER, Paul. Guerra Psicológica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

adversária, na busca por reforçar o “moral” dos seus, erodir o do inimigo e causar boa impressão aos neutros.

No presente estudo, em seu primeiro capítulo, caracterizamos a **estrutura nacional** que se instaura no Brasil a partir de 1930, em função de um projeto político ideológico, de cunho autoritário e nacionalista, reforçando as definições de nacionalismo e autoritarismo, para melhor compreender as conseqüentes assertivas de **pressão e pulsão**.

No segundo capítulo, procuramos demonstrar que a propaganda político-ideológica difundida a partir do governo autoritário de Getúlio Vargas funcionava como força de **pressão** para impulsionar a população a favor da participação brasileira na II Guerra Mundial. A população, com sua indignação asseverada pelo afundamento dos navios mercantes por submarinos alemães, já estava imbuída de espíritos revanchistas, pela força de **pulsão**.

Para tanto, estudaremos a edição extraordinária de entrada do Brasil na guerra da Revista *Cultura Política*. Trabalhamos com esta revista e a consideramos de fundamental importância uma vez que no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a imprensa era o *locus* da produção principal dos elementos do discurso difundidos pelos demais meios de comunicação, sendo, segundo Mônica Velloso⁶, uma “verdadeira central de informações”, pois ela se propunha a transpor

⁶ VELLOSO, Mônica. Uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Ideologia e Poder no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982, p.74

para a sociedade e outras publicações nela baseadas, o rumo da política brasileira e suas transformações, tudo sob o ponto de vista do governo.

Metodologicamente, o estudo da revista será elaborado a partir das orientações de Laurence Bardin⁷, acerca da Análise de Conteúdo, através da elaboração de objetivos pré-determinados, fundamentados teoricamente em Raymond Aron⁸, Jean-Baptiste Duroselle e Paul Linebarger.

No terceiro e último capítulo analisaremos a atitude do **aleatório**, que usou da Guerra Psicológica na tentativa de submeter o praça expedicionário aos seus interesses. Tal estudo será elaborado a partir da análise de elementos da propaganda distribuída aos praças brasileiros da FEB. Panfletos que visavam lançar dúvidas quanto a causa da guerra, a capacidade bélica brasileira, além tentar apontar um novo inimigo para os praças: os Estados Unidos. Os panfletos estão exibidos anexos no final desta dissertação. Apresentamos apenas cinco exemplares por serem aqueles reconhecidos oficialmente por órgãos como a Sede Nacional dos Veteranos da FEB e o Museu Nacional do Exército, além do Museu do Expedicionário de Curitiba, PR, onde estão exibidos.

⁷ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

⁸ ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

CAPÍTULO I

O ESTADO NOVO E A ORGANIZAÇÃO DA FEB

O período de 1937 a 1945 no Brasil se caracteriza por apresentar uma nova feição política, evidentemente autoritária. Nesse momento, a figura de um Presidente Ditador aparece em cena – Getúlio Vargas, centralizador, nacionalista e apoiado pelas Forças Armadas, à frente da Ditadura do Estado Novo. Defendendo idéias associadas ao reforço da unidade nacional, da centralização de poderes, da crítica ao sistema de representação individual em favor da representação das classes, da sobreposição das necessidades coletivas aos direitos individuais, o 10 de novembro de 1937, com o golpe que estabelece o Estado Novo, é o corolário de medidas adotadas desde 1930.

Essas características do período em questão não são explicadas apenas por circunstâncias sócio-políticas favoráveis, mas são frutos de um projeto político-ideológico pré-elaborado que, bem articulado, soube capitalizar acontecimentos, reforçar situações, convencendo da preeminência de uma nova ordem, definindo uma nova **estrutura nacional** centrada na unidade da nação e no fortalecimento do Estado.

A caracterização desta nova estrutura, formulada a partir da implantação do Estado Novo e sua relação com a organização da Força Expedicionária Brasileira, é o foco deste capítulo. Antes de estabelecer essa relação, cabe um questionamento que encaminha a análise que se pretende fazer: que circunstâncias gerais de uma nação podem levá-la à guerra? Apenas para destacar algumas, podemos lembrar que **forças** econômicas já ocasionaram duas grandes guerras mundiais; catástrofes naturais geraram conflitos, além de lutas por independência terem tumultuado tanto nações do Ocidente como do Oriente. Contudo, a proposta desta dissertação, como já foi explicado na introdução, é considerar os **valores** nacionalistas como base para o engajamento de uma nação e seu dirigente à guerra, a partir de forças de **pulsão e pressão**.

1.1 A formação de uma nova estrutura

Eli Diniz⁹ caracteriza a Era Vargas como um período de transição política e social na história brasileira. Isto é facilmente compreendido quando observamos que, em seu estudo, esse autor traça uma análise que atesta as mudanças ocorridas ao longo do primeiro governo Vargas, de 1930 a 1945, as quais teriam se dado a partir da transformação de um sistema econômico de base agro-exportadora para uma sociedade onde estavam semeados os pressupostos de uma base urbano-industrial. Politicamente, a mudança estaria representada na inserção de novos

⁹ DINIZ, Eli. Engenharia Institucional e Políticas Públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

atores no panorama estatal, interessados no desenvolvimento de um mercado interno, sem desalojar as antigas elites voltadas para o mercado externo.

O Estado que nasce em 1930 não vai representar os interesses exclusivos de qualquer setor da sociedade, mas buscará assumir o papel de árbitro das diferentes disputas regionais, que embora ainda representativas, perderam seu poder. A figura de Getúlio Vargas, central neste período, é das mais controversas na história brasileira, tanto do ponto de vista de líder como a respeito do seu legado político-social. Conciliador, politicamente articulado, de fácil acesso, autoritário, centralizador, “pai dos pobres”, maquiavélico, dominador e voluntarista, são algumas das muitas maneiras de se descrever o dirigente, que esteve no poder durante 20 anos. Durante o primeiro governo Vargas (1930 – 1945), três momentos distintos são identificados: o Governo Provisório (1930-1934), em que Vargas é o Presidente líder de uma Revolução bem-sucedida que, independente da ausência de um projeto político definitivo, tinha caráter reformador. Buscava-se instaurar um novo padrão de relacionamento entre as diferentes camadas produtoras da sociedade, impondo limites às classes dominantes e ao seu poder, ampliando direitos civis e políticos para os novos segmentos sociais; o Constitucional (1934-1937), que já apresenta um Vargas eleito por via indireta, respaldado por uma constituição, comprometido com um projeto democrático; e finalmente o Estado Novo, a partir do Golpe de 1937, quando, apoiado pelas Forças Armadas, Getúlio se mantém no poder e a democracia recebe uma nova definição com a virada autoritária.

Um dos principais impactos ocorridos com o Golpe, segundo Eli Diniz¹⁰ se deu no plano político-institucional, atingindo a estrutura do Estado e suas relações com a sociedade, de maneira que:

Construiu-se de fato um novo arcabouço político-institucional que permitiu aumentar o poder interventor do estado e expandir a capacidade de incorporação do sistema político, abrindo espaço para a representação dos interesses dos novos atores ligados à ordem industrial emergente e quebrando a rigidez da estrutura de poder pré-existente.¹¹

Esse esforço de centralização de poder na esfera nacional teve a criação de interventorias como um de seus suportes, buscando viabilizar a implementação de um projeto nacional superior às rivalidades das elites regionais, aliado à expansão dos poderes legislativos do Executivo e levado às últimas conseqüências com o fechamento do Congresso e eliminação dos partidos políticos.

A partir de uma reforma de Estado, a nacionalização da política se manifestou em diferentes áreas, onde as principais decisões relativas à economia cafeeira ou industrial, trabalhismo ou sociedade, passaram a depender do governo federal. A nova ordem institucional resultou numa nova forma de articular e implementar políticas públicas: de dentro da alta cúpula do governo. O autoritarismo, ideologicamente, legitimaria este novo governo, ressaltando o papel regenerador e integrador do Estado centralizado, inspirado na unidade nacional.

¹⁰ Idem

¹¹ Ibidem, p.25.

1.1 1 Autoritarismo

Em 1937, o Brasil já vinha assistindo a um debate político dos mais intensos, tanto no plano intelectual como no conjunto mais amplo da sociedade. Mas, para podermos caracterizar o Estado Novo como autoritário, é necessário deixar claro o sentido que abrigava o autoritarismo. De acordo com Boris Fausto, Azevedo Amaral e Lucia Lippi Oliveira¹², entre outros autores que refletiram sobre o assunto, o regime a que nos referimos é a forma de governo, tipo e técnica de constituição de poder com autoridade, que independe da participação popular, e se diferenciava das formas totalitárias de governo vigentes no mundo da época.

Em consonância com o pensamento político dos anos 30 que circulava em torno da ordem, hierarquia e tradição, a doutrina do Estado Novo propunha todo o poder necessário ao Estado, única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem público. Para Azevedo Amaral, as razões de Estado que legitimariam este governo autoritário envolviam o desenvolvimento do potencial econômico e o fortalecimento da segurança nacional; a garantia da existência dos

¹² AMARAL, Azevedo. **Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília: Editora da Universidade, 1981. (Coleção Pensamento Político Republicano); FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Descobrimo o Brasil); OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Ideologia e Poder no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. Entre outros exemplos podemos citar: CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001; LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Político autoritário na Primeira República – uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, [s.d]; MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1988; SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, 1982.

vínculos unificadores da sociedade; a salvação da soberania e projeção internacional.

Segundo, ainda, Azevedo Amaral, foram os ideais nacionalistas que reforçaram a autoridade do Estado, na forma de um nacionalismo que nasce da consciência de nação atrasada, justificando a defesa de um papel predominante para o Estado. Ademais, o pensamento autoritário desenvolve a crença no chefe de governo como um homem excepcional capaz de expressar e construir a nova ordem, garantindo a nacionalidade, a coordenação, o reajuste e a intervenção protetora sobre a sociedade. No caso do Brasil da década de 30, a preocupação com uma nova idéia de nacionalidade atraiu para o Estado Novo um grupo significativo de intelectuais. Para o cumprimento das tarefas do Estado, a elite intelectual tinha um papel dos mais importantes, com a função de retransmitir às massas o que nelas era apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida. É nessa perspectiva que os métodos de abordagem às massas serão estudados no próximo capítulo.

Dentre os pensadores do período aqui em estudo, podemos destacar a figura de Alberto Torres (1865-1917), carioca, um dos primeiros a expressar sobre um nacionalismo voltado para a temática político-social. Este inspirou Oliveira Vianna (1883-1951), assim como Antonio José do Azevedo Amaral (1881 – 1942) que foi o principal intelectual da corrente autoritária, e Francisco Campos (1891 – 1968), célebre por ter seu nome ligado à instituição de regimes autoritários no Brasil.

Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna pertencem à categoria dos ideólogos do Estado Novo, diferenciando-se dos intelectuais do

regime, visto que em algum momento, incorporaram-se ao aparelhamento do Estado, fizeram leis ou influenciaram e fizeram constituições ou coordenaram sua feitura.

Segundo Boris Fausto¹³, as correntes políticas brasileiras oscilavam neste período, sendo que circulavam em torno da efetivação do Estado Novo aquelas que defendiam principalmente a ordem autoritária, a repulsa do individualismo em todos os campos da vida social e política, o apego às tradições e o papel relevante do Estado na organização da sociedade, assim como o pensamento nacionalista.

De acordo com Lucia Lippi de Oliveira¹⁴, os nacionalistas autoritários constituíram uma corrente cientificista, onde pensadores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral trataram de desvendar, com base nas ciências humanas, as razões da existência no Brasil de um povo, mas não de uma nação, tentando definir a partir daí, caminhos para a construção nacional. Já para Boris Fausto, o que caracterizava o cientificismo dos pensadores era o papel da vontade, da ação humana, com base na clarividência dos grandes guias, apoiados na natureza instintiva das massas de que eles seriam os intérpretes. Este pensamento nacionalista com certeza não surge na década de 30¹⁵, mas é no Estado Novo que a expressão de um ideário nacionalista intelectual e político foi colocado em prática.

¹³ FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Descobrir o Brasil).

¹⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Op. cit.**

¹⁵ Ocorreram movimentos com características nacionalistas com marcas autoritárias desde os primeiros anos da República, como o jacobinismo carioca, ou, no curso da Primeira Guerra Mundial, a fundação da Liga de Defesa Nacional (1916) ou a Liga Nacionalista de SP, (1917). Mais informações procurar em FAUSTO, Bóris. **Pensamento Nacionalista Autoritário**, Op. Cit., p. 23

Os intelectuais autoritários identificaram-se com o regime por suas características mais evidentes – supressão da democracia representativa, carisma presidencial, supressão do sistema de partidos, entre outras. Mais ainda, encontraram na figura de Vargas os traços do Presidente ideal. A ditadura autoritária do Estado Novo seria o regime mais adequado às características do país, de acordo com seus ideólogos, onde o autoritarismo era apresentado como verdadeira democracia.

Os pensadores citados trazem na origem de suas idéias o pensamento de outro ideólogo: Alberto Torres. Para esse autor, a nação seria criada e sustentada de cima. Sua idéia era ter uma sociedade orgânica que não necessitasse dos meios de representação direta e generalizada, pois os líderes despontariam espontaneamente da sociedade ou estariam desempenhando uma delegação de poderes consensual, portanto legitimada.

Este Estado neutro guardião dos direitos igualitários entre os indivíduos não reconhecia classes, nem dominadores ou dominados, apenas diferenças de competências e de funções, e caberia ao Estado impor a disciplina. Alberto Torres foi assim, o primeiro intelectual a elaborar uma ideologia nacionalista, defendendo um desenvolvimento voltado aos padrões nacionais.¹⁶

Francisco Campos considerava uma organização política nacionalista e forte a condição essencial para o desenvolvimento econômico e social que os

¹⁶ TORRES, Andréa Sanhudo. **A Campanha Nacionalizadora cívico-educativa e a semana da pátria na imprensa de Porto Alegre (1937-1945)**. 240f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, PUCRS, 1997.

tempos modernos exigiam. Assim, ideologicamente, Campos tentou incorporar as realidades e aspirações brasileiras a um plano teórico de Estado, cujos atributos principais eram a força, a disciplina e a eficiência.

Considerava governo uma forma única de ação, e entendia que onde há vários poderes e não existe um só poder, não existe governo. Por sua vez, o Estado Novo era um Estado Nacional, criado pela e para a Nação, conforme nos explica:

(...) a nação brasileira quis continuar a viver, e, para que continuasse, forjou os instrumentos indispensáveis à vida, os instrumentos de proteção do seu trabalho, da sua riqueza e da sua prosperidade, e, acima de tudo, os instrumentos de garantia de sua paz, do seu sossego, da sua tranqüilidade, requisitos imprescindíveis não só à vida material como à vida moral das coletividades humanas. Assim, das profundas raízes da vontade nacional do Brasil de perseverar em ser cada dia mais uma nação, isto é, uma unidade territorial, política e moral, surgiu o Estado Novo, expressão dos anseios populares e criação de nossa própria história.¹⁷

Para Francisco Campos, o Presidente Getúlio Vargas era a personificação do Estado Novo, e, sem a presença dele, o Executivo teria outro sentido e expressão. Entendia que a cada época, o destino reservava às coletividades humanas um grande chefe, e naquele momento era Getúlio Vargas, como nos coloca o próprio autor:

¹⁷ CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. p.205.

Nós podemos dizer, a esta altura do Regime, que o Estado Novo é o Presidente – a realização dos seus intuitos, o desdobramento dos seus programas, a projeção de sua vontade – e nele tem o seu mais provecto doutrinador e o defensor mais intransigente e valioso.¹⁸

Oliveira Vianna, por sua vez, acreditava que o sentido nacional poderia ser resumido em um único lema: “Organização sólida, estável e liberdade”. Antecipou na década de 20 todo o posterior desenvolvimento político da década de 30, que refletiu nos objetivos e na ação do Estado Novo. Embalado pela sociologia da época, Oliveira Viana produziu uma extensa obra que procura fundamentar, em bases políticas, econômicas e sociais, a história da sociedade brasileira. Dando ênfase ao patriarcalismo, ressaltou e defendeu a ação da classe dominante, da cúpula da burocracia estatal e das elites urbanas, na formação social do Brasil.

Em seu elitismo manifesto, Oliveira Vianna acreditava que somente as elites dirigentes estavam em condições de tomar decisões e de governar o país. Seu pensamento elitista tem como traços essenciais: o culto da razão de Estado e da ação das classes dominantes como principais agentes das transformações sociais e políticas. Considerado por alguns como liberal autoritário e por outros como inspirador de um autoritarismo instrumental, defendia, segundo Antonio Paim¹⁹, o autoritarismo como um instrumento transitório a que cumpre recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas.

¹⁸ Ibidem, p.109.

¹⁹ PAIM, Antonio. Oliveira Viana e o Pensamento autoritário no Brasil. In: VIANA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1990.

Azevedo Amaral, por fim, foi um dos mais eloqüentes apologistas do Novo Regime, assim como do próprio Vargas. Entre os ideólogos que aderiram ao Regime foi também um dos mais articulados e conscientes. Defendia que apenas a máquina estatal seria capaz de transformar o povo em uma nacionalidade. O cerne de seu pensamento girava em torno de um Estado Autoritário, sinônimo de Estado Nacional e democrático.

Autoritarismo, para o autor, seria a essência da organização estatal, totalmente vinculada ao exercício de governo, imprescindível à ação eficiente do Estado. As condições econômicas das nações contemporâneas e a coordenação espiritual do povo brasileiro tornavam necessário um governo desse caráter. A autoridade seria então, uma simples “intervenção protetora”, preenchida pela assistência estatal, cujo critério de intervenção estaria baseado na promoção do bem público, sem reduzir ou comprimir as liberdades individuais, garantidas para as idéias e manifestações intelectuais, desde que compatíveis à segurança nacional.

Considerava a organização autoritária uma democracia autêntica – uma vez que a nação vê os desígnios da vontade coletiva sendo realizados pelo Poder Central. Quando Estado e Nação se identificam, então o governo é democrático, e todas as formas de ligação entre os dois se tornam supérfluas, como por exemplo, os partidos políticos. Lucia Lippi Oliveira²⁰ explica-nos ainda sobre o pensamento de Azevedo Amaral, que o regime autoritário implementado no Brasil era democrático

²⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Ideologia e Poder no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

porque suas finalidades não visavam proteger os interesses de uma classe em detrimento de outra.

O exercício da cidadania, de acordo com a autora, impunha uma atitude de solidariedade para com o Estado e seu chefe, e, assim, a sólida identificação nação-Estado estaria profundamente envolvida com a essência da brasilidade, onde a noção de patriotismo e os sentimentos de amor à pátria são transformados em programas de ação.

Segundo Bolívar Lamounier²¹, Azevedo Amaral não escreve apenas na busca por justificar a prática varguista de governo, não devemos considerá-lo um bajulador. Ele define as diretrizes e os objetivos do regime, explicitando seus fundamentos doutrinários em função de um trabalho intelectual anterior, no qual já havia elaborado um extenso diagnóstico da formação histórico brasileira e seus condicionamentos internacionais, fazendo com que a obra *Estado Autoritário e Realidade Nacional* seja uma continuidade de suas obras anteriores.

Entretanto, outro elemento se destaca na análise de Azevedo Amaral. Uma vez que, no seu entendimento, a coletividade e o Estado são um todo indissolúvel cuja orientação política é determinada pelo governo, que por sua vez é incorporado pela figura do chefe da nação, o autor acreditava ser Getúlio Vargas o mais consumado realista político e mais pragmático líder nacionalista de seu tempo.

²¹ LAMOUNIER, Bolívar. Introdução In: AMARAL, Azevedo. *Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília: editora da Universidade, 1981. (Coleção Pensamento Político Republicano).

A ênfase dos discursos dos pensadores autoritários em geral, segundo Boris Fausto, a partir de 1937, estava voltada para a figura carismática do Presidente, que assumira o papel de incorporar a nação eliminando (não completamente) intermediários para a relação povo e governo. Era ideal um chefe de Estado sem vínculos partidários e que se colocava acima das facções sociais de qualquer natureza, dirigindo a nação do alto para o caminho da unificação e do progresso.

Vargas traduzia o sentimento nacional, e segundo Azevedo Amaral, era homem de gênio político que levava a sociedade a um novo estágio de progresso. Seu poder advinha exatamente da característica de ser fundador do novo sistema político e social. Sua autoridade estava embasada na fundação de uma nova ordem que se propunha a realizar a unidade nacional e o seu desenvolvimento. Vargas integrou-se às aspirações populares, inspirando e doutrinando, incentivando e controlando, como nos diz o pensador:

O segredo do estadista consiste em estabelecer uma espécie de *modus vivendi* entre seu pensamento e os seus objetivos e as tendências da coletividade, no sentido por ele desejado sem excessivo constrangimento e identificando-se tanto com a idéia do governante que acaba por julgá-la originada na sua própria consciência coletiva.²²

²² AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas Estadista**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941. p.39

Robert Levine²³ dedica um livro inteiro a compreender as transformações ocorridas na Era Vargas, no qual afirma que no decorrer de cada estágio da sua carreira, Vargas teria permanecido uma figura misteriosa, inescrutável e enigmática. Um homem que representava coisas diferentes para pessoas diferentes, mas que compreendia o poder, tendo como principal sonho, a possibilidade de impulsionar a nação. Vargas, segundo ele, teria sido o centro do Estado Novo:

Construiu um novo papel para o governo e deu impulso à industrialização, ao desenvolvimento econômico e à integração nacional. De maneira geral, embora fosse um nacionalista, confiava mais no pragmatismo que na ideologia, o que contribuía para a imprevisibilidade que o caracterizava. Em favor de Vargas pode-se dizer que, a não ser pela feroz repressão policial à esquerda, ele enfatizava o que era positivo: construção da nação, término das desigualdades regionais, promoção da unidade.²⁴

Vargas teria optado pelo golpe por ser a única maneira de permanecer na presidência além do prazo legal de sua gestão, e precisava fazer isto, segundo Levine, pois estava convicto de que apenas ele conduziria a nação à sua plena integração. Além do mais, ainda segundo o autor, era aceito em todas as camadas sociais, sua imagem não era carismática como a de Mussolini, mas era, por outro lado, a de um homem sagaz, determinado, pessoalmente honesto, em um país onde se admitia corrupção, além de decidido a atingir as metas a que se propunha. As elites consideravam Vargas um dos seus, devido as suas origens estancieiras e consideravam seus discursos como planejados para o consumo das massas. Os

²³ LEVINE, Robert M. **O Pai dos Pobres? Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

²⁴ Ibidem, p.126.

industriais vanguardistas apoiavam Vargas por compreenderem que as ações políticas dele criariam condições favoráveis ao crescimento nacional. Para os pobres, Getúlio Vargas, o primeiro político brasileiro a chegar à população, torna-se o “padrinho” do país. Para essas pessoas do povo, Getúlio era acessível, todo-poderoso, alguém a quem se devia lealdade e que intercederia por elas.

Getúlio, segue argumentando Levine, dominava a arte política da visita, evitava uma aparência pretensiosa, sorria e acenava constantemente. Não importava o que dizia em público, mas sempre o dizia com cuidado, com atenção, com ênfase, apesar de descontraído e dificilmente formal. Era uma presença familiar na vida dos brasileiros, como jamais se vira antes num Presidente.

Face ao exposto, a construção deste personagem se deu com a centralização do poder que, em contrapartida, contribuiu para ampliar ainda mais sua influência e possibilitou a livre elaboração de quaisquer estratégias de ação, consolidando assim o **sistema de finalidade**. Teve apoio da elite militar e civil, e convocou os intelectuais a participar ativamente da tarefa de construir a nação – sob as suas diretrizes é claro. Uma das suas metas principais era ensinar aos brasileiros o orgulho pelo Brasil, pelo trabalho e pela família, para enfim, construir o nacionalismo.

1.1 2 Nacionalismo

O início do século XX, em todo o mundo, foi marcado por grandes crises e desilusões. Os movimentos de caráter nacionalista que apelavam para os traços culturais de cada povo tomavam forma. Sob inúmeros pretextos, inclusive o de reconstruir a nação ameaçada pelos perigos comunistas, amarelos ou semitas, as idéias autoritárias e nacionalistas, conforme observamos, foram se constituindo no Brasil ao longo das décadas de 30 e 40.

As críticas às idéias liberais iniciadas em 1930 criaram condições para o avanço e fortalecimento da argumentação nacionalista conservadora no bojo da sociedade civil, representada, de um lado, pela Igreja Católica e, de outro, pela Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado.

A Igreja Católica tentava garantir seu espaço-símbolo, marcada pelo pensamento radical de Jackson de Figueiredo, Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, (conhecido como Tristão de Atayde). Tais pensadores expressavam suas idéias de Nação a partir da busca por um passado comum e nas crenças em tradições e valores deste passado. Segundo Luiza Carneiro²⁵, o nacionalismo endossado por Jackson de Figueiredo, desde os anos 20, chamava a atenção para alguns perigos ameaçadores à nossa tradição católica, alertando contra a presença do protestantismo, além de posicionar-se contra a invasão da maçonaria e do judaísmo.

²⁵ CARNEIRO, M. LUIZA TUCCI . **Sob a máscara do nacionalismo - Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. São Paulo:Universidade de São Paulo. Artigo de Internet, disponível em: http://www.tau.ac.il/eial/l_1/carneiro.htm, acessado em 28/04/2005 – 05:15:11.

Alceu Amoroso Lima, em consonância com este pensamento, tornou-se figura de destaque entre os intelectuais de seu tempo, e nos anos 30 não só aderiu ao movimento integralista, como se tornou o representante leigo autorizado pela Igreja junto ao governo Vargas. Defendeu em 1931, ao lado de Francisco Campos, a instituição do ensino religioso nas escolas públicas, saindo vitorioso desta empreitada em 1934, com a instituição do ensino religioso facultativo, de acordo com a Constituição daquele ano.

Propondo algo semelhante ao fascismo italiano, Plínio Salgado, por sua vez, opinava sobre a necessidade de se dar um objetivo geral ao povo brasileiro, sendo o ideal nacionalista o único com capacidade para desenvolver a Nação. Possuía como pressuposto básico a afirmação do privilégio do Estado autoritário e nacionalista na ação política, tendo o governante do Estado como líder.

Através do lema Deus, Pátria e Família, o Integralismo arregimentou militantes católicos, assim como, pela sua atitude anti-comunista, aglutinou conservadores, representantes da classe média urbana (funcionários públicos, comerciários e profissionais liberais) e, em menor escala, operários e militares. A história da AIB conta com vários conflitos entre os Integralistas e os movimentos democráticos que ocorriam no Brasil. Na época da Intentona Comunista, em 1935, a AIB apóia oficialmente o governo na repressão ao movimento esquerdista, mas apesar deste apoio, começou a desarticular-se a partir do golpe do Estado Novo. A AIB tenta reagir contra sua aniquilação, empreendendo um frustrado Golpe de Estado em 1938, resultando em perseguições e conseqüente exílio de seus integrantes.

O autoritarismo do Estado Novo se desenvolve, portanto, como única forma possível de assegurar, por meios políticos, a coesão do povo brasileiro. Assim, nacionalismo e autoritarismo são complementares na formação de um Estado Nacional. No nacionalismo, o que prepondera é o instinto da raça e da terra, corporificando-se no desenvolvimento do progresso material e moral do país, assim como na proteção e valorização do Homem Brasileiro.²⁶ O nacionalismo legitimava a soberania do Estado, garantindo-lhe liberdade de ação sobre o território nacional, tornando possível a construção da nacionalidade através de programas políticos -- controle da imigração, educação, e propaganda política foram alguns dos meios eleitos para se atingir a formação de um **consenso**.

O governo ditatorial de Vargas dedicou-se à elaboração de um projeto contra a entrada de estrangeiros em prol da nacionalização dos núcleos de colonização. Luiza Carneiro²⁷ afirma que neste contexto aflorou um anti-semitismo possível de ser classificado como xenófobo e político, e a assimilação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam instalado no Brasil nas décadas anteriores transformou-se em questão de segurança nacional, ameaçando a ordem social e a formação da consciência patriótica brasileira. Questionou-se o problema da mestiçagem das raças, da eugenia, do perigo dos quistos raciais e da necessidade de um rígido controle da imigração.

Neste clima de contestações, Oliveira Vianna se destacou com teses como *Raça e Assimilação*, de 1932. Em busca do sentimento nacional e da formação

²⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Pensamento de Azevedo Amaral, In: Op. Cit., p.57

²⁷ CARNEIRO, M. LUIZA TUCCI. Op. Cit., p.10

da "mística de superioridade", Vianna propôs, em 1936, o Plano Nacional de Educação e a Constituição. Redigida por Francisco Campos, a Constituição de 37, baseada, com pequenas exceções, nas Cartas de países onde imperavam regimes de força como Alemanha, Itália, Portugal, Polônia e Áustria, propunha-se a dissolução dos quistos raciais nipônicos e germânicos, considerados como um perigo militar, entre outras medidas nacionalizantes.

A compreensão da educação como instrumento para a construção da nacionalidade brasileira foi de fundamental importância para o governo Vargas, justamente pelo Brasil ser formado, na sua maioria, por imigrantes, o que tornava difícil a formação de uma unidade nacional dado o possível desenvolvimento de diferentes nacionalidades dentro do Brasil. Não havia, espaço, dentro do Estado Novo, para a convivência com grupos culturais estrangeiros fortes e estruturados nas regiões de colonização. Conforme nos afirma Simon Schwartzman:

Mencionada e incluída na pauta de discussões desde o início do século, a questão da nacionalização do ensino encontraria no Estado Novo o momento decisivo de sua resolução. Não é absolutamente gratuito este fato, não é por acaso que só sob o regime autoritário estadonovista tenha sido possível chegar a uma política agressiva de cunho gravemente repressor. De um lado havia a disposição do governo de enfrentar resistências à imposição de procedimentos coercitivos; de outro, uma conjuntura onde toda ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Nacional.²⁸

²⁸ SCHWARTZMANN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.91.

A premissa básica envolveu uma educação nacional, que era compreendida através da construção de certas práticas disciplinares da vida, introjetadas regularmente no cotidiano, criando uma espécie de consciência cívica. Pedia-se que as escolas produzissem cidadãos cujas atitudes conduzissem ao desenvolvimento nacional. Os técnicos experimentavam novas abordagens que visavam a nacionalização da cultura e a difusão emocional de **valores nacionais**. O Ministério da Educação, chefiado por Gustavo Capanema de 1934 a 1945 trabalhou de muitas maneiras para inculcar os valores do regime, e não só para aumentar a rede de escolas públicas.

Recuperaram-se **valores**, dentre os quais o culto aos heróis, líderes e símbolos da Pátria, à nacionalidade, à moral, ao trabalho e aos valores do catolicismo tradicional, considerados primordiais. Neste sentido, pátria, homem, e Família tornaram-se motivos de uma insistente propaganda. Estilizava-se o perfil de um Brasil novo e melhor, direcionado por um ufanismo patriótico. O lugar do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) neste projeto é de importância decisiva, já que se constitui em um dos mecanismos fundamentais da difusão da imagem do Estado Novo, e terá aprofundada a sua análise no próximo capítulo.

O Estado Novo conseguiu, através de reiteração, cooptação e omissão de questões específicas ou contraditórias, impedir o desenvolvimento de uma postura crítica ou revoltosa por parte da sociedade civil. Produziu uma massa enorme de discursos de cunho nacionalista que pregavam a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições à realidade brasileira, utilizando todos os recursos nacionais neste sentido, visando atingir um desenvolvimento econômico, político e social. No

seu estudo, especificamente voltado para o discurso estadonovista, Sandra Leidens demonstra que:

A meta principal do nacionalismo determinava a identificação de todos os membros de uma sociedade que teriam destino comum, com raízes no passado, as quais emergiriam no presente para apontar a construção de um destino único. A coletividade histórica era intrínseca à vida da nação, entendida como um conjunto de valores morais constitutivos de um todo orgânico e que só teriam projeção por intermédio da ação do estado. O Estado era o receptáculo da moral, responsável pela manutenção da ordem e protetor da virtude cívica e da consciência imanente da coletividade.²⁹

Com o risco de nos fazermos repetir, reiteramos que, como o autoritarismo privilegia o papel do dirigente da nação, Getúlio Vargas é o eixo de onde irradia a direção do Estado, sendo a unidade nacional resultado de seu esforço pessoal. Seria ele o estadista capaz de reunir ao seu redor as prerrogativas que a época exigia, no qual o discurso nacionalista, segundo Leidens, conseguiu projetar a sua figura em toda a sua potencialidade de liderança, representando a personificação da coletividade no governo.

O conjunto da sociedade reagiu bem às medidas nacionalistas, não tendo ocorrido manifestações contundentes contra as ações governamentais. Inclusive, quando declarou guerra aos países do Eixo, Vargas o fez com o apoio da população, e quando ocorreu o envio de tropas para participar da Segunda Guerra Mundial,

²⁹ LEIDENS, Sandra Maria. **O discurso estadonovista: retórica e realidade**. 195f. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 1993, PUCRS. P.17.

pôde vangloriar-se de estar enviando soldados de cada um dos estados brasileiros, asseverando a unificação nacional.

1.2 A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial coincide com o período de desarticulação do Estado Novo. Apesar disso, devemos considerar que nesse período, um ideal nacionalista já estava formado na sociedade brasileira, e apesar de contestada, inclusive pela alta cúpula do exército brasileiro, a decisão de participar da guerra, tomada pelo dirigente autoritário, foi combinada pela aceitação de riscos pelo povo, influenciados por uma força de **pulsão**, resultante de uma **derivação direta**.

O nacionalismo era o único sentido visível para a política externa brasileira a partir de 1939, com decisões que visavam o desenvolvimento industrial e econômico, e a garantia da soberania nacional. A configuração política das forças internas do Estado Novo estava representada na inserção de atores que buscavam desenvolvimento industrial interno e nas antigas elites voltadas para o mercado externo, o que fazia com que seus interesses muitas vezes não coincidissem com as opções possíveis à política internacional. Procurando atender aos diferentes grupos que o apoiavam, incluindo-se aí as Forças Armadas, Vargas desenvolveu uma

política de equidistância pragmática³⁰. Com esta fórmula queria atender simultaneamente aos segmentos que defendiam uma relação próxima aos Estados Unidos e aos que idealizavam uma parceria mais forte com a Alemanha.

Mas em dezembro de 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, o cenário mundial começou a delinear sua nova configuração. O Presidente convocou uma reunião ministerial, onde todos os Ministros brasileiros manifestaram sua solidariedade aos EUA. Desta forma, o governo cumpria os tratados assinados nas Conferências dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizadas em Lima, (dezembro, 1938) , no Panamá (outubro, 1939), e em Havana, (julho, 1940), que afirmaram e reafirmaram a solidariedade continental, na busca de fortalecer a cooperação econômica e financeira entre os países americanos, além de uma declaração geral de neutralidade, consubstanciada na manutenção de paz no continente, mas que não excluía a possibilidade de empreender todos os meios e recursos materiais e espirituais para a conservação de paz, ou seja, solidariedade em caso de ataque aos países do território americano.

A III Reunião de Consulta aos Ministros das Nações Americanas aconteceu no Rio de Janeiro, na segunda quinzena de janeiro de 1941, e foi então que o Brasil oficialmente rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo,

³⁰ Expressão utilizada por Gerson Moura, que, analisando o processo decisório brasileiro no plano de comércio exterior nas décadas de 30 e 40, compreendeu que este acabou se caracterizando por um compromisso entre as duas orientações econômicas: a política de comércio livre dos EUA e de comércio protegido da Alemanha. Essa política correspondia à necessidade de equilíbrio externo entre duas estruturas emergentes que ainda não haviam conseguido eliminar-se mutuamente enquanto sistemas de poder; e de equilíbrio interno, onde ocorria uma indeterminação derivada da divisão dos grupos econômicos que influenciavam e apoiavam o governo Vargas. Mais informações: MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência – A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

através da voz de seu Chanceler Osvaldo Aranha. No discurso de Vargas, já na abertura da Conferência, podemos perceber o significado deste rompimento para os rumos da política e da nação brasileira:

É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões, e não permitir que possam as suas terras e águas servir de assalto para as nações irmãs. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem, e nenhuma medida deixará de ser tomada a fim de evitar que, portas adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou por em perigo a segurança das Américas.³¹

Ricardo Seitenfus³² afirma que foi a Alemanha que obrigou o Brasil a participar efetivamente da guerra ao ocasionar o impedimento da navegação comercial brasileira no Atlântico Norte, em particular com os Estados Unidos. A partir da metade do mês de fevereiro de 1942, os submarinos alemães entraram em atividade no Atlântico, no Caribe e ao longo do litoral brasileiro. Em 15 de fevereiro de 1942, o primeiro navio brasileiro foi afundado, o cargueiro *Buarque*; três dias depois, o mesmo ocorre com o cargueiro *Olinda*. De nada adiantaram os protestos diplomáticos do Brasil: uma segunda leva de ataques do Eixo foi retomada em

³¹ Trecho de discurso do Presidente Vargas pronunciado a 15 de janeiro de 1942, na abertura da III Reunião de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, na obra SILVA, Hélio. **1942 – Guerra no Continente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p191.

³² SEITENFUS, Ricardo. **A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. Como foco central de seus estudos, tece considerações a respeito da importância do papel de Osvaldo Aranha para a posição brasileira, no que discordamos, por entendermos a política do período concentrada nas mãos do dirigente, como já foi expresso ao longo deste capítulo. Concordamos, no entanto, com o autor, quando retrata a entrada do Brasil na guerra como decorrente de uma posição nacionalista, de autodefesa, tomando como exemplo o fato de que não se declarou guerra ao Japão até 1945 – uma vez que este país não havia agredido o Brasil.

agosto de 1942. De 15 a 17 daquele mês, cinco navios brasileiros são afundados em águas do nosso território.

A escalada de destruição dos navios, trazendo à tona a **força profunda da pulsão**, exaspera a população brasileira. O povo participa de passeatas e atos públicos apoiando os aliados. Em 04 de julho acontece marcha organizada pelos estudantes, que culmina em ato público em frente a embaixada norte-americana. Os defensores da neutralidade não tinham mais alternativas para justificar sua posição. O próprio Presidente vê-se na obrigação de reagir. A população estava inflamada de sentimentos violentos devido ao insulto **aleatório**.

Com o afundamento dos navios brasileiros, o país se viu perante mais de quinhentos mortos em uma guerra da qual ainda não fazia parte. Daí a afirmação de Seitenfus sobre a imposição alemã: em 22 de agosto do mesmo ano, Getúlio reconhece o Estado de Beligerância entre Brasil, Alemanha e Itália, que nove dias depois será transformado em Estado de Guerra.

A imprensa do mundo inteiro comentou que, novamente, o Brasil seria a única República sul-americana a se juntar aos aliados. O momento era tenso e todos os brasileiros cooperaram. Além da convocação dos efetivos e dos reservistas militares, coube uma parcela de responsabilidade à população civil. As mulheres se engajaram no treinamento em hospitais para serem enfermeiras de guerra, e nas escolas os trabalhos envolviam temas como *A Guerra, Os Soldados, A Pátria*, etc. Foram organizados grupos de jovens para discutir a participação da sociedade nos esforços de guerra e nas ruas eram construídas as *Pirâmides da Vitória* – pilhas de

objetos de metal que poderiam ser aproveitados pelas Forças Armadas ou pela indústria. Na orla marítima foi imposto um controle de iluminação, visando evitar ataques aéreos e certos produtos foram racionados, em função da dificuldade de navegação.³³

Incentivos à entrada do país na Guerra partiram de segmentos de toda sociedade, como a organização de correntes de opinião pró-aliados, organizações nacionalistas, como a Liga Nacional de Defesa e o Clube Militar; até organizações de esquerda: o Partido Comunista e os remanescentes da ANL pregaram a entrada do Brasil no conflito.³⁴

A população acompanhou o longo desenrolar das questões relativas à guerra que só se definiu em 1944. Determinou-se neste meio tempo, o envio de uma Força Expedicionária aos campos de batalha do além mar, mas na visão da população, à medida que passava o tempo, talvez fosse mais fácil fazer uma “cobra fumar”, do que o Brasil participar efetivamente da guerra. O povo assumiu seus riscos apoiando e demandando uma declaração de guerra. O Presidente também.

³³ SILVA, Hélio. Op. Cit., p.382.

³⁴ MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões-Relações Internacionais do Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p.26

1. 2 1 Vargas e a formação da FEB

O Brasil realmente vai além da declaração de guerra contra os países do Eixo: participa efetivamente do conflito, enviando soldados para o front. E é neste sentido que a figura autoritária de Vargas desponta, ao articular o meio para que isso ocorra, uma vez que nem as Forças Armadas concordam ou mesmo se consideravam aptas para tal empreitada.

Apesar de José Murilo de Carvalho considerar que as Forças Armadas eram autônomas³⁵, no caso do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, este setor sequer foi consultado. Em carta enviada pelo Ministro da Guerra ao Presidente, em 24 de janeiro de 1942, após a Conferência do Rio de Janeiro, podemos confirmar esta afirmação:

Todavia, no que pese sua importância e as gravosas conseqüências militares que acarretaria, no concernente à decisiva questão de ruptura de relações, de que decorria a conclusão, indesejável da guerra – nenhuma contribuição foi requerida, nem sequer aviso a respeito lhe foi endereçado, enquanto justo fosse seu interesse em matéria de tanta monta.³⁶

³⁵ José Murilo afirma que ao contrário de alguns autores que consideram as Forças Armadas como representantes de segmentos sociais, elas seriam possuidoras de vida própria, não podendo ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Não discordamos do autor, mas no caso da política autoritária do Brasil, as Forças Armadas foram relegadas, por certo tempo, a posição inferior a do Presidente, inclusive no que dizia respeito à Guerra. CARVALHO, José Murilo. *As Forças Armadas na Primeira República: o Poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira. Op. Cit., 183.**

³⁶ SILVA, Hélio. *Op. Cit.*, p 202.

Militares como Góes Monteiro e Gaspar Dutra, independente de razões pessoais³⁷, tentaram dissuadir o Presidente de romper relações com o Eixo. Consideravam perigosas suas ameaças, devido à escassez do preparo militar do Brasil, tanto em homens como em equipamento. No entanto, o afundamento dos navios brasileiros resultou na percepção das autoridades de que a participação do Brasil na Segunda Guerra seria inevitável.

Mas a preocupação dos dirigentes militares era real: o Exército brasileiro não estava em condições de participar de uma guerra. Não tinha pessoal, treinamento ou experiência. A estrutura militar brasileira era deficitária em armamentos, uniformes ou soldados – neste período sequer havia 100 mil homens compondo o exército. Seriam necessários, convocação e treinamento dos futuros soldados. Getúlio sabia disso, e sabia mais: existiam atenuantes para este problema, e inclusive artifícios para solucioná-los.

Desde 1939 que os Estados Unidos faziam estudos secretos para relacionar as forças necessárias à defesa da costa brasileira. A eventualidade de uma ofensiva nazista pelo Atlântico não era desprezada, e a região Nordeste do Brasil constituía-se de capital importância para os Estados Unidos.³⁸ Em face à gravidade da situação internacional, em julho de 1941 o Brasil já havia assinado um acordo regulando as atividades de uma Comissão Mista entre Brasil-Estados Unidos

³⁷ Conhecidos por suas simpatias ideológicas aos Regimes Totalitários. SEITENFUS, Ricardo. Op. Cit., p.294

³⁸ SILVA, Hélio. **Op. Cit.**, p.50.

de Oficiais do Estado Maior. O Acordo, entre outros pontos considerava que o Brasil ajudaria na defesa comum do continente americano, construindo bases aéreas e navais, permitindo seu usufruto por outras Repúblicas americanas, enquanto os Estados Unidos prometiam auxiliar o Brasil na obtenção de armamentos e de todos os meios materiais necessários para resolver o problema em questão, assim como fornecer os técnicos de que o país precisasse.³⁹

Entretanto, o trabalho desta Comissão, até meados de 1942 não foi suficiente para apaziguar as dúvidas das Forças Armadas Brasileiras. Os dois países formularam, então, um Convênio Político Militar para regularizar os problemas de defesa no Brasil. Este convênio criava a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (a *Joint Brazilian United States Defense Commission*), que determinaria medidas de reforço à defesa de certas regiões do Brasil, sobretudo o Nordeste.

Apesar deste encargo, Vargas compreendia a Comissão num caráter mais amplo, de forma que a colaboração deveria estender-se a todas as atividades nacionais ligadas ao potencial de guerra, como a indústria de guerra e transportes. Foi sob esse prisma, que em Março de 1943, Vargas pronuncia-se sobre a possibilidade da colaboração brasileira na guerra, em teatro de operações extracontinental, e a idéia da criação de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) toma forma.⁴⁰ Nas palavras de Leitão de Carvalho⁴¹, observamos a importância do Presidente para a criação da FEB:

³⁹ Ibidem, p. 66.

⁴⁰ Silva, Hélio. **1944 – O Brasil na Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p.129.

Permita-me congratular Vossa Excelência por mais esse passo, firme e corajoso do nosso governo, ampliando a colaboração do Brasil com os Estados Unidos aos campos de batalha em que se decide a sorte do mundo e, portanto, a nossa. Com sua clarividência política habitual e esse amor efetivo ao Brasil, que todos lhe reconhecem, Vossa Excelência vai levar o país a associar-se a uma luta vital para a América e dar-nos lugar de honra e sacrifício entre os povos conscientes de sua responsabilidade no momento histórico atual, em que se decide o futuro da nação.⁴²

Para Getúlio, àquela altura de seu governo, a FEB representava o cerne de um projeto político que fortaleceria as Forças Armadas Brasileiras e possibilitaria ao país a conquista de um espaço importante na América Latina, além da possibilidade de que o envio da FEB à guerra conferiria ao Brasil voz ativa nas conferências de paz em vias de realização. A FEB não foi criada para responder às demandas dos aliados, ela surgiu como resultado da exigência brasileira junto aos Estados Unidos.⁴³

De acordo com a Resolução nº 16, aprovada em 11 de agosto de 1943, onde se reuniram todos os resultados das conversações da Comissão Mista, a FEB teria três divisões (cada uma com cerca de 30 mil homens) e uma pequena unidade aérea; seguiria os padrões da organização militar americana e ficaria sob a direção funcional e estratégica do alto comando do exército americano. Desta forma, a responsabilidade pelos equipamentos, transporte, tempo e lugar de deslocamento estaria nas mãos dos Estados Unidos.

⁴¹ General de Divisão, nomeado como representante do Brasil na Comissão Mista de Defesa Brasil – Estados Unidos, responsável por montar o primeiro plano de defesa brasileira para a região Nordeste, em 1942.

⁴² CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: A Noite, 1952. p.294

⁴³ MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões**. Op. Cit., p.27.

No entanto, o final do ano de 1943 foi complicado para a formação da FEB uma vez que, os americanos tinham dificuldades em acreditar que a Força Expedicionária realmente iria acontecer. Além disso, os militares americanos não deixaram de perceber que a criação da FEB era utilizada para manipulação política, e que os pedidos de material bélico estavam mais ligados ao fortalecimento das Forças Armadas Brasileiras, do que à guerra. Os americanos entendiam pouco a pouco que uma participação brasileira na guerra assumia uma importância crucial para o governo brasileiro, e buscavam fazer barganhas, apontando como necessária, por exemplo, a adesão brasileira às Nações Unidas, no que o Presidente Vargas era relutante, devido à presença da URSS.

Os acontecimentos a partir de 1944 são descritos por Gerson Moura, que afirma neste período ter se resolvido o impasse brasileiro para o envio da FEB. Segundo o autor, em função de fatores inesperados da política da América do Sul⁴⁴, os Estados Unidos, preocupados, concluíram da necessidade de fortalecer as fronteiras brasileiras. Outra razão envolve os planos deste país para o pós-guerra, que previa o desempenho de um papel central na Nova Ordem Internacional, e o controle do continente Sul Americano fazia parte disto, de forma que uma aliança com o Brasil só seria positiva. A permanência de militares americanos nas bases brasileiras também.

⁴⁴ Argentina mantinha até 1944 posição relutante em romper relações com o Eixo, e os rumos de sua política nacional com o Golpe de Estado que levou ao poder o General Ramirez, levou os Estados Unidos a se preocupar com uma possível coalizão Argentina-Bolívia. MOURA, Gerson, **Sucessos e Ilusões**, Op. Cit., p.35.

Vargas tinha pleno conhecimento dos interesses americanos no Brasil e assina então um acordo estabelecendo que, além de enviarem os meios prometidos para a construção das bases aéreas no Sul do país, a FEB (na forma de sua única divisão) devia ser embarcada para o exterior. E dessa maneira, no dia 30 de junho de 1944, finalmente, o primeiro Regimento da Força Expedicionária Brasileira embarca para o além-mar.

1.2 2 A Força Expedicionária Brasileira

Como foi apresentado anteriormente que o povo brasileiro tolerou as demoras do governo em enviar uma Força para guerrear além mar, a ponto de acreditar que uma cobra poderia fumar antes do Brasil entrar na guerra. O símbolo da Força Expedicionária Brasileira, o desenho de uma cobra fumando, foi uma boa resposta para esta expectativa.

A FEB é abordada por diferentes estudiosos, civis e militares. Gerson Moura a vincula com o projeto político-militar do Estado Novo, afirmando que:

Motivada por ideais antifascistas, integrada por camponeses, trabalhadores rurais e urbanos e por empregados do comércio, a FEB foi instrumento de um projeto político-militar que visava o fortalecimento do regime e a ampliação do prestígio e do poder de setores da classe governante civil e militar brasileira.⁴⁵

⁴⁵ MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões Op. Cit. P.38**

Já para os autores relacionados às Forças Armadas, a FEB foi compreendida, nas palavras de seu comandante, como um instrumento militar nacional “destinado a desagrar a ofensa e a cooperar com as Nações Unidas na missão de destruir o inimigo comum”.⁴⁶ Para o Marechal José Inácio Veríssimo, a FEB foi a prova da “posição política que adotamos como povo que não aceita o abastardamento do homem diante do Estado”.⁴⁷

Mas se considerarmos a análise do conjunto da nação brasileira, tarefa impossível para esgotar em um único trabalho, devemos então realizar o recorte pelo qual já nos pronunciamos, compreendendo então que a FEB, além de significar uma extensão de nosso Exército, representou uma expressão de parte do povo brasileiro.

Nesse sentido nos aponta Luis Fernando Neves, afirmando que a FEB foi uma simples divisão dentro de um corpo de exército, ou como analisaria Duroselle, um **grupo real** compondo outro **grupo real**. Formava especificamente o IV Corpo de Exército, que era parte integrante do Exército Norte-Americano, que por sua vez incorporava, juntamente com o VIII Exército Britânico, o XIV grupo de exércitos na II Guerra Mundial. Mas, apesar de ter nascido do exército e por ele organizada, não foi por ele totalmente constituída, sendo “o grosso da tropa enviada composto de civis”.⁴⁸ Assim também discorre o Marechal José Inácio Veríssimo, ao enfatizar:

A FEB transformou-se [...] em algo mais humano, mais vivo, mais real. E os seus componentes , em atores de uma intensa

⁴⁶ MORAES, Marechal J. B. Mascarenhas de. **A F.E.B. pelo seu comandante**. São Paulo: Progresso Editorial, 1947. 2ª edição. p 21.

⁴⁷ HENRIQUES, Major Elber de Mello. **A FEB doze anos depois**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

⁴⁸ NEVES, Luis Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. 234 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, UFRJ, 1992.

representação onde houve de tudo: o humor, o erro de organização, o temperamento do chefe, a dor, a alegria, o medo da morte, a coragem irrefletida, a inquietação, etc, etc. Representação em que o homem, com o seu coração e o seu psique, se revelou por inteiro.⁴⁹

A Portaria Ministerial número 47-44 de 09 de Agosto de 1943, estabeleceu as normas gerais de estruturação da 1ª DIE (Primeira Divisão de Infantaria do Exército)⁵⁰. De acordo com o que estava previsto nesta portaria, seriam aproveitadas unidades já existentes, transformadas algumas, e criadas outras. No entanto, numerosos e difíceis foram os obstáculos à tarefa de se organizar uma Força Expedicionária de acordo com os moldes norte-americanos. Segundo João Falcão⁵¹, que participou diretamente do conflito como soldado convocado, o projeto de envio da Força Expedicionária apenas se acelerou a partir da nomeação do General João Batista Mascarenhas de Moraes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, para organizar e instruir a Primeira Divisão de Infantaria do Exército (1ª DIE), que tomou posse em 28/11/1943.

É preciso ter em vista que o Exército brasileiro era baseado nos preceitos da antiga “Missão Francesa”⁵² desde a sua organização, regulamentos, e processos

⁴⁹ HENRIQUES, Major Elber de Mello, Op. Cit., p.9.

⁵⁰ Para melhor entendimento da análise que aqui se faz, é importante ressaltar que a infantaria compreende o conjunto de tropas de um exército aptas para realizar o combate a pé, ainda que utilizando meios de transporte terrestres, aéreos, ou aquáticos para seu deslocamento. É o artifício em guerra em que se faz o combate aproximado, capaz de operar em qualquer tipo de terreno e sob quaisquer condições de tempo e visibilidade. Por fim, cabe ao Infante adaptar-se e resistir às artimanhas de cunho ideológico, presentes nas guerras em geral. Ministério do Exército – Estado Maior do Exército. **Manual de Campanha: Emprego da Infantaria**. 2ª edição. Brasília: DF, 1984.

⁵¹ FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: Editora da UNB, 1999. p.213

⁵² A Missão Militar Francesa atuou o exército brasileiro de 1919 a 1939. Embora limitada por exigências do Estado Maior do Exército, a um papel de consultora, teve efeitos profundos em toda

de combate. Portanto, deveria se formar de um maquinismo montado à francesa, uma Força Expedicionária que funcionasse à americana. Para tanto, havia algumas dificuldades a superar: a insuficiência do material de guerra americano entre os brasileiros precisava ser suprida e os uniformes necessitavam adequação ao clima do futuro teatro de operações; a seleção física de pessoal devia ser em busca de um homem robusto e apto para o combate em clima e ambientes totalmente diversos àqueles aos que estava habituado e, por fim, de um soldado capaz de submeter-se à subordinação administrativa e disciplinar dos comandos de regiões militares internacionais.

Em janeiro de 1944, o Ministro da Guerra realizou a abertura do voluntariado, mandando incluir nos corpos da tropa, como convocados, os brasileiros hábeis que se apresentassem espontaneamente e que tivessem mais de 18 e menos de 30 anos de idade, a fim de preencher claros nos quadros das forças expedicionárias.⁵³ A seleção do voluntariado realizou-se em todo o país. Os que embarcariam para a Europa foram chamados de “pracinhas” pela imprensa e passaram a ser objeto de culto pelo movimento patriótico e antifascista, que apoiava suas ações como exemplo para o povo. Houve reduzido número de estudantes universitários na FEB, apesar de muitos terem se apresentado como voluntários. A

organização do Exército. Inicialmente encarregada de organizar cursos de aperfeiçoamento de oficiais, influenciou toda a educação militar, que se tornou mais técnica com criação de escolas para cada especialidade. Foi, Segundo José Murilo de Carvalho, impactante seu papel no exército quanto a formação de oficiais de Estado-Maior, pois modificou a noção de defesa nacional, modernizando-a, criando condições para a mobilização de recursos técnicos e econômico. CARVALHO, José Murilo. *As Forças Armadas na Primeira República: o Poder desestabilizador*. In FAUSTO, BÓRIS. *História Geral...Op. Cit.*, p.200. Mais Informações sobre a atuação militar francesa: MAGALHÃES, J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958; McCANN Jr., Frank. *A Influência estrangeira e o exército brasileiro, 1905-1945*. In: **A Revolução de 30, Seminário Internacional – CPDOC**. Brasília:UNB, 1983. p.211-246.

⁵³ MORAES, Mascarenhas de. *Op. Cit.*, p. 214.

grande maioria do voluntariado era formada por analfabetos, trabalhadores do campo, operários, comerciários e funcionários públicos com curso primário ou ginásial.

Ao lado dos voluntários, encontrava-se a grande maioria dos convocados, oriundos de todas as partes do país. Estes foram chamados através de listagens nos jornais ou recebiam comunicados em casa. Ao apresentar-se, eram submetidos a exames de saúde, e após duas semanas, se aprovados, eram distribuídos para os quartéis onde começavam seus treinamentos como membros da infantaria expedicionária, na sua maioria.

A seleção não atendeu às normas internacionais usuais. Os exames médicos não foram rigorosos, os oficiais e praças foram submetidos a provas rotineiras, e os exames psicológicos eram falhos. Massari Udihara, médico civil, que fez parte da FEB como comandante do pelotão de fuzileiros do 6º Regimento nos conta que havia vários casos reconhecidos de tuberculose entre os praças, além de mencionar indivíduos cuja arcada dentária não seria apta para o serviço militar, mesmo em situação normal, devido à ausência do mínimo de dentes exigido.⁵⁴

A preparação técnica e tática da 1ª DIE foi encarada por Mascarenhas de Moraes em dois ciclos bem diferentes: um treinamento inicial, modelado na instrução individual, e um desenvolvimento geral da instrução, abarcando dois períodos e objetivando o emprego de unidades constituídas. Ainda no próprio ciclo de instrução existia a previsão de um período final, que seria realizado no próprio teatro da

⁵⁴ UDIHARA, Massari. Um médico na Infantaria. In: **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a F.E.B.** Rio de Janeiro:Cobraci, 3ª edição, [s.d.]. p.144.

guerra, o que possibilitaria maior desenvolvimento no adestramento tático das unidades.

A instrução era dificultosa, pois envolvia não o treinamento, mas o aprendizado de novas técnicas, novas doutrinas e novos materiais. Desde a instrução especial para cada arma ou serviço, passando pela formação dos Praças, até a formação de especialistas e a instrução da tropa. Somadas a estas dificuldades iniciais, Mario Amaral, tenente da FEB na guerra e funcionário de companhia de transportes públicos na vida civil, afirma que a desorganização da instrução foi completa devido a diferentes fatores, como questões burocráticas, carência de material e local de treino, além de inconstância nas ordens. E enfatiza:

As diretivas de instrução para a F.E.B., que então se organizava, emitidas pelo alto comando do Exército, muito embora preparadas, via de regra, por pessoal experimentado e possuidor de vários cursos, nunca puderam ser observadas na sua totalidade, e nem mesmo sequer um terço de suas prescrições.⁵⁵

Mas apesar disso, na tarde de 31 de março de 1944, a Infantaria da 1ª DIE, sob o comando do General Zenóbio da Costa, desfilou pelas principais avenidas do Rio de Janeiro, entre aclamações da população presente.⁵⁶ Para o embarque além-mar, compôs-se de um Comando, uma divisão de Infantaria, um Depósito de Pessoal e pequenas organizações com Serviço de Justiça e Serviço de Saúde ao

⁵⁵ Amaral, Mário. A Instrução da FEB. In: **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a F.E.B**, Op. Cit., p.160.

⁵⁶ Nessa oportunidade, cujo percurso não ultrapassava 30 quilômetros, um dos soldados não agüentou a marcha por todo o trajeto – teve de parar na metade, pois tinha “pé chato”. MASSARI, Udihara. Op. Cit., p.145.

qual estiveram integrados cerca de 100 médicos e 111 enfermeiras, Serviço Religioso e contingentes de ligação, de intendência. A força combatente da FEB foi a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (e única), comandada pelo General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, um conjunto tático-operacional constituído por infantaria, artilharia, cavalaria-motorizada, engenharia, aviação de ligação e observação e serviços de apoio e combate.

Em relação ao alto oficialato, fundou-se em 15 de maio de 1944 o Estado Maior Especial, o **grupo real central** da FEB, criado para atuar no Teatro de Operações Italiano. Integraram-no quatro oficiais brasileiros, sendo três expedicionários e integrantes do Estado Maior da 1ª DIE: O General-de-Divisão Mascarenhas de Moraes, conforme já citado, acumulou o comando da Divisão com as demais forças não divisionárias estacionadas na Itália; o General-de-Brigada Zenóbio da Costa como Comandante da Artilharia Divisionária; como Comandante da Infantaria Divisionária o General-de-Brigada Oswaldo Cordeiro de Farias e o General-de-Brigada Olympio Falconieri da Cunha como Comandante dos elementos não divisionários. Além desses, dois tenentes-coronéis do exército dos Estados Unidos, todos sob a supervisão do General Hayes Kroner.⁵⁷

Na noite de 29 para 30 de junho, os três grupamentos em que estavam organizados os futuros expedicionários até então, partiram para as suas bases, ou pelo menos assim o pensavam. Para garantir o sigilo das operações, os pracinhas não sabiam datas de embarque ou quaisquer rumos nos deslocamentos. Nesta noite, o Grupamento 2 comandado pelo General Euclides Zenóbio da Costa não seguiu

⁵⁷MORAES, Mascarenhas. Op. Cit., p. 33.

como previsto – movimentou-se para o cais do porto, a fim de proceder ao embarque com destino ao teatro de guerra. Mais tarde, em setembro de 1944, os outros dois grupamentos (1 e 3) embarcaram no cais do Porto do Rio de Janeiro rumando para Nápoles.

O efetivo da FEB deslocou-se para o Teatro de Operações em navios de transporte de tropa da Marinha norte-americana, em cinco escalões sucessivos; todos eles cruzaram o oceano Atlântico e penetraram no mar Mediterrâneo protegidos por poderosas escoltas aeronavais em vista dos perigos da ativa guerra submarina desenvolvida pelos alemães e italianos. Somente as 111 enfermeiras foram transportadas por via aérea.

Ao chegar, a tropa brasileira foi incorporada ao V Exército norte-americano comandado pelo General Mark Clark e incluída nos quadros do IV Corpo de Exército, comandado pelo General Willis Crittenger. Com um efetivo de 25.334 homens, participou ativamente das operações de guerra no Teatro do Mediterrâneo de julho de 1944 a maio de 1945, na Campanha da Itália.

CAPÍTULO 2

A PRESSÃO DA CULTURA POLÍTICA

Durante o Estado Novo, a questão da nacionalidade passou a ser concebida em termos políticos: o regime criou seus próprios aparatos, os quais passaram a difundir a ideologia oficial para o conjunto da sociedade. O papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) neste projeto é de importância decisiva, uma vez que se constitui em um dos mecanismos fundamentais na difusão da imagem do Estado Novo. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes⁵⁸, a centralidade da imprensa dentre as seções que compunham o conjunto do Departamento era evidente, pois o mesmo era o *lócus* da produção principal dos elementos de discurso que deveriam ser trabalhados e transmitidos por todos os demais meios de comunicação, segundo suas linguagens particulares.

Dentre as revistas criadas para fazer a propaganda do Regime, incluíam-se a *Cultura Política*, *Ciência Política* e *Estudos e Conferências*. Como foco de nosso estudo temos, a *Cultura Política* foi dirigida por Almir de Andrade até 1942, era a revista oficial diretamente vinculada ao DIP, sendo caracterizada como uma “revista de estudos brasileiros”, de acordo com seu título, e com o propósito de unificar a

⁵⁸ O Estado Novo e a recuperação do Passado Brasileiro. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores – A política cultural no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ordem política e social, legitimando a natureza do Estado Novo, definindo e esclarecendo as transformações pelas quais passava o país. Para tanto, contava com a colaboração dos intelectuais do regime, que buscavam unir governo e povo, formando a opinião pública.

A estrutura do DIP e, conseqüentemente de sua revista oficial, sofreria grandes mudanças durante o ano de 1942 em função do contexto político de alinhamento do Brasil com os Estado Unidos, e da posterior entrada do país na Guerra contra o Eixo. Desenvolve-se uma revista com outro perfil e com o objetivo primordial de conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira para o conflito. A Revista *Cultura Política* passa a agir então, de acordo com nossa análise, como força de **pressão**, relacionando-se profundamente com a **pulsão** da sociedade após os ataques aos navios mercantes brasileiros.

Neste capítulo abordaremos de que forma, a partir de uma **pulsão**, o governo Vargas ajustou sua propaganda político-ideológica, gerando uma força de **pressão** sobre a comunidade brasileira, asseverando-a para a participação efetiva na Segunda Guerra Mundial, através da Revista *Cultura Política*, em sua “Edição Comemorativa de Entrada do Brasil na Guerra”, em 1943.

2.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP

O estudo do DIP, entidade criada para exercer o controle da comunicação social, vincula-se à preocupação em focalizar a atuação do Estado Novo não apenas na difusão sistemática de seu projeto político-ideológico, mas também na criação de uma base social que legitimasse, principalmente, as propostas de unidade nacional e da centralização política.

Ideologicamente o Estado Novo adotava uma postura antiliberal, nacionalista e centralizadora. O autoritarismo foi, portanto, a vertente ideológica que inculcou no país os princípios da primazia do Estado, da obediência à hierarquia e da passividade política da sociedade. O nacionalismo pregava a unidade nacional, a adequação da cultura e das instituições à “realidade brasileira” e a utilização de recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado. A centralização aparecia como um corolário indispensável à consecução de interesses apresentados como sendo os da nação, implicando um intervencionismo crescente nas esferas política, econômica e social.

Em complemento à idéia autoritária, o nacionalismo legitimava a soberania como atributo exclusivo do Estado, assim como a capacidade de ação do governo federal sobre todo o território nacional. Eram esses os ingredientes considerados à criação da nacionalidade. Além disso, o nacionalismo pressupunha a identificação de todos os membros da sociedade a um destino comum, e, nas palavras de Silvana Goulart, identificava como nação:

“uma coletividade histórica, um conjunto de valores morais, que constituísse um todo orgânico, cujos objetivos se realizavam por meio do Estado: o responsável pela manutenção da ordem moral, o tutor da virtude cívica e da consciência imanente da coletividade.”⁵⁹

O DIP foi criado, através de decreto presidencial, em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Entretanto, sua origem remontava a um período anterior. Em 1931 foi criado o Departamento Oficial de Publicidade, e em 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Já no Estado Novo, no início de 1938, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que finalmente deu lugar ao DIP. Sendo assim,

O DIP iria coordenar e centralizar a comunicação social do Estado Novo. Como a obtenção de consenso em torno do novo regime implicava na necessidade do aumento de coerção e imposição ideológica, foi com esse sentido que a comunicação se dirigiu aos diferentes segmentos da sociedade.⁶⁰

A criação, em 1934, no contexto das eleições indiretas para a Presidência da República, de um Departamento de Publicidade deixa claro que as preocupações de Vargas quanto ao uso de técnicas modernas de propaganda política não datavam do Estado Novo, o que também se evidencia quando se observa que de 1934 a

⁵⁹ GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: Ideologia, Propaganda e censura no Estado Novo.** São Paulo: Marco Zero, 1990, p.15.

⁶⁰ Ibidem, p.17

1942, a direção desta tarefa esteve nas mãos de um mesmo homem: o jornalista Lourival Fontes.

O DIP incluía os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências, e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Vários estados possuíam órgãos filiados ao DIP, os chamados "Deips". Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país.

Segundo Silvana Goulart, O DIP também foi fruto de uma ampliação do Estado que, para atingir seus fins, controlou e centralizou os meios de comunicação de massa. Dessa forma, esses meios passaram indiretamente à tutela do Estado e foram obrigados a veicular um discurso emanado do interior do próprio aparelho estatal. Através do DIP, o Estado veiculava seu projeto político-ideológico, procurando firmá-lo como socialmente dominante.

O principal objetivo do DIP, segundo Ângela Maria de Castro Gomes, estava dividido em duas faces opostas e complementares. Por um lado, difundia amplamente a imagem do novo regime que se instalara em novembro de 1937; e de outro, combatia a veiculação de todas as mensagens que lhe fossem contrárias. Para tanto, o órgão detinha um grande mecanismo de promoção do Chefe de Estado, das autoridades que o cercavam e das iniciativas políticas então

implementadas, produzindo e divulgando o noticiário oficial além de supervisionar todos os instrumentos de comunicação de massa.

Com o auxílio do Ministério da Educação e do DIP, o regime autoritário do Estado Novo articulou uma dupla estratégia de atuação na área cultural, voltada tanto para as elites intelectuais como para as camadas populares. Ao mesmo tempo em que incentivava a pesquisa e a reflexão conduzidas pelos intelectuais reunidos no ministério chefiado por Gustavo Capanema, o governo estabelecia, via DIP, uma rígida política de vigilância em relação às manifestações da cultura popular. A propaganda do regime foi facilitada pelo controle dos mais variados meios de comunicação, e seus instrumentos principais foram o rádio e a imprensa.

Seguindo a hipótese de Mônica Velloso, de que o discurso veiculado pelo conjunto dos meios de comunicação tinha a sua matriz na imprensa escrita, assinalamos este veículo como fonte principal de produção e difusão do discurso nacionalista⁶¹. Na imprensa, a uniformização das notícias era garantida pela Agência Nacional. O DIP as distribuía gratuitamente ou como matéria subvencionada, dificultando assim o trabalho das empresas particulares.

Como já colocamos anteriormente, entre 1934 e 1942 o DIP esteve sob a direção de Lourival Fontes, a partir de 1942, coincidindo com a entrada do Brasil na Guerra, seus sucessores foram o major Coelho dos Reis, de agosto de 1942 até julho de 1943, e o capitão Amilcar Dutra de Menezes, que atuou até a extinção do DIP, em maio de 1945.

⁶¹ VELLOSO, Mônica. Uma configuração do campo intelectual. In: Op. Cit., p73

Utilizando-se do DIP e de recursos para manipular as comunicações no Brasil, o Estado construiu um “sistema de valores a serem incorporados pela sociedade e introjetados na consciência popular”⁶². O DIP exerceu uma função educativa e pedagógica: buscou inculcar na população um modo de ser, um padrão de comportamento público e privado em que se destacava, através da força de **pressão**, uma postura favorável à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como forma de defesa da Honra Nacional, rumo à industrialização e a equiparação às grandes potências.

2.2 A Revista *Cultura Política*

Segundo Mônica Velloso⁶³, no Estado Novo, a alta centralização do poder político estava acompanhada pela centralização do poder simbólico. Desta forma, o controle efetuado pelo DIP na tentativa de obstaculizar a divulgação dos outros discursos configurou um campo ideológico controlado pelo governo.

Neste sentido, de acordo com as afirmações da autora, podemos ver a *Cultura Política* como a publicação que vem representar a matriz ideológica do regime, cujas características permitem configurar a eficácia do projeto ideológico estadonovista e o seu elevado grau de elaboração na montagem da estratégia discursiva, uma vez que a revista propunha-se a definir e/ou esclarecer o rumo das

⁶² GOULART, Silvana, op. Cit., p.23

⁶³ VELLOSO, Mônica. Op. Cit., p.75

transformações político-sociais, fornecendo as coordenadas do discurso para o conjunto da nação.

A revista produzia um discurso altamente elaborado, permeado por concepções filosóficas acerca da natureza do Estado e da nação, no lugar ocupado pelo indivíduo na ordem política, do exercício da autoridade do Estado e da nação, entre outros. O sucesso de tal empreendimento foi atingido porque a *Cultura Política* reunia no seu quadro de colaboradores a elite intelectual do período. Os principais ideólogos do Estado Novo, conforme já afirmamos, se fazem presentes nas suas páginas, marcando espaço expressivo na produção de discurso. Nomes como os de Francisco Campos, Azevedo Amaral, Almir de Andrade (diretor da publicação) e Lourival Fontes (diretor do DIP), além da colaboração de Néelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e Graciliano Ramos.

Mônica Velloso afirma que a *Cultura Política* desempenhava um papel de “verdadeira central de informações”, uma vez que tudo que se escrevia a respeito do governo e do governante era assiduamente registrado na seção bibliográfica da revista. A preocupação explícita em atualizar, centralizar e controlar as informações na imprensa dá conta do alto grau de organização e eficácia do projeto ideológico estadonovista.

Bem divulgada, achando-se à venda nas bancas de jornal do Rio de Janeiro e São Paulo, sob a direção de Almir de Andrade, a revista lançou seu primeiro número em 1942 e o último em 1945. Reafirmando o que foi dito

anteriormente, era considerada a revista oficial do regime e estava diretamente vinculada ao DIP.

Conforme configura-se no seu subtítulo, "Revista de Estudos Brasileiros", tratava-se de uma revista cuja proposta era definir e esclarecer o rumo das transformações sociais e políticas do país. A *Cultura Política* era dividida em diversas seções, cada uma precedida de uma nota introdutória onde estavam explicitados os seus objetivos, justificados os seus princípios norteadores e, finalmente, fornecidos os dados bibliográficos dos autores que a subscreviam. Até 1942 apresentou as seguintes seções: "Problemas Políticos e Sociais", "O pensamento político do chefe de governo", "A estrutura jurídico-política do Brasil", "Textos e documentos históricos", "A atividade governamental", "Brasil social, intelectual e artístico".

Embora uma mudança mais radical só possa ser detectada a partir de setembro de 1942, desde maio daquele ano, já se podia sentir o quanto a guerra modificaria a orientação da política cultural do regime. No número de maio inaugurou-se uma nova seção – "Política Militar e Defesa Nacional" -, com vários artigos de militares, assim como uma bibliografia dos melhores livros que podiam ser encontrados sobre o assunto. Essa seção seria mantida, dedicando-se ao estudo da política militar do governo além de ressaltar o alto grau de desenvolvimento alcançado pelas Forças Armadas, graças aos esforços modernizadores do Estado.

Mas é no número de outubro que a revista inaugura uma nova seção intitulada "O Brasil na Guerra", a qual visava esclarecer o pensamento do Presidente

no que dizia respeito às questões como fascismo, preparação do contingente militar, economia de guerra e outras. Nesta seção o leitor podia acompanhar mês a mês, o noticiário sobre a preparação do Exército Brasileiro para a guerra, e posteriormente seu desempenho nos campos de batalha na Itália. De acordo com Ângela Maria de Castro Gomes⁶⁴, a nova seção também se concentrava nos discursos de Vargas, porém, canalizando-os para a grande questão do momento, combinando desta forma a dimensão programática e de culto à figura do Presidente com uma dimensão informativa, o que era próprio da revista.

Conforme podemos observar, acompanhando a publicação de 1941 a 1945, é possível ver claramente que essa revista possui duas fases. Uma inicial que vai de março de 1941, quando é criada, a maio de 1942, apresentando um número fixo de seis seções. E uma segunda fase, a partir do ano de 1942, que marca as grandes mudanças da revista em função do contexto político de alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e da posterior entrada de nosso país na guerra contra o Eixo. Sendo esta fase a que mais interessa ao nosso estudo.

Com a declaração de guerra como pano de fundo, durante o mês de julho de 1942, eclode uma crise política envolvendo algumas das mais importantes personalidades do governo, e entre as várias alterações que o conflito produz encontra-se o afastamento de Lourival Fontes do DIP, a pedido do próprio General Dutra. A escolha do novo diretor recairia então sobre um membro do próprio gabinete do Ministro da Guerra, o Major Coelho dos Reis.

⁶⁴ O Estado Novo e a recuperação do Passado Brasileiro. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores Op. Cit. p.126**

Tais transformações teriam desdobramentos fundamentais para a revista, pois, já no número seguinte, ela adota um outro perfil cujo objetivo primordial é o de conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira para o conflito, conforme afirma Ângela Maria de Castro Gomes:

a partir daí, Cultura Política, sem deixar de ser um “espelho do Brasil”, passa a implementar uma diretriz que visava basicamente ao desenvolvimento e à difusão de uma “cultura militar”, voltada para a “segurança da pátria” e destinada a garantir a “defesa nacional”.⁶⁵

A partir de então, caracterizando sua segunda fase, o periódico deixa de ter um número fixo de seções e passa a receber uma acentuada colaboração de militares e de profissionais com formação técnica. Algumas das 24 novas seções (apresentadas ao longo de três números) eram exclusivamente dedicadas à questão da guerra, como “Política Internacional”, o “Brasil na Guerra” e o “Brasil no exterior”; outras relacionavam-se diretamente com esse evento no tratamento dos temas que abordavam: “Alimentação”, “Inquéritos e Reportagens”, etc.

Centramos nossa análise a respeito da **pressão** exercida pela *Cultura Política*, manifestada especialmente na edição extraordinária de 1943, lançada um ano após a declaração de guerra, em agosto, introduzida por editorial assinado pelo embaixador norte-americano Jefferson Caffery.

Essa edição traz inúmeras novas seções e matérias voltadas para os vários aspectos que a guerra impunha à economia e à sociedade brasileira. Há

⁶⁵ Ibidem, p. 130

inclusive uma seção intitulada “Outras guerras do Brasil: História, Literatura e documentos”. Precedida de um longo ensaio, em que se relembavam todos os conflitos nos quais o Brasil estivera envolvido desde o século XVI, demonstrava como um “povo pacífico” sempre soube defender a honra nacional de armas na mão, quando sua soberania se via ameaçada. Na seção “O Brasil na Guerra” deste número, a justificativa moral para a entrada do país na guerra é construída a partir de um texto intitulado “Antecedentes da Declaração de Guerra”, um relato minucioso das negociações brasileiras nas Conferências Americanas dos Chanceleres. Havia inúmeros textos que reforçavam e descreviam o potencial bélico das Forças Armadas Brasileiras, e também uma reportagem especial, apresentando a “Política do Brasil com os Estados Unidos”, reforçando o potencial dos aliados e as relações amigáveis com este país.

2.3 Análise de Conteúdo

Para trabalhar com a Revista *Cultura Política*, em sua “Edição Extraordinária de Comemoração da Declaração de Guerra”, buscou-se o aporte metodológico da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin⁶⁶. De acordo com Bardin, Análise de Conteúdo consiste em:

⁶⁶ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

Um conjunto de técnicas de análise que utiliza procedimentos sistemáticos objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens [com a] intenção de inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).⁶⁷

É válido salientar que a análise de conteúdo desenvolvida é do tipo qualitativa, uma vez que as inferências acerca do texto são elaboradas a partir da presença da unidade de registro⁶⁸ e não sobre a frequência de sua aparição a cada comunicação. Destaca-se ainda, que a Análise de Conteúdo no seu caráter qualitativo recorre a indicadores não freqüentes, que permitem inferências, onde a presença ou ausência de um tema pode constituir-se de um indício tanto ou mais frutífero que a frequência de sua aparição.

Dessa forma, a análise qualitativa é mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. É um tipo de análise válida na elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa e não em inferências gerais, funcionando desta maneira, em *corpus* documentais reduzidos, estabelecendo categorias mais discriminantes. E por fim, apesar de qualitativa, a análise não rejeita todas as formas de quantificação, mas constrói as unidades de registro de forma não quantitativa.

⁶⁷ Ibidem p. 38

⁶⁸ Unidade de registro é o conteúdo selecionado do texto, que pode ser trabalhado a partir de palavras, de temas, objetos, personagens acontecimentos ou documentos. BARDIN, Laurence. Op. Cit., p.104

Ademais, a escolha das unidades de registro para análise foi elaborada a partir de temas: “afirmações acerca de um assunto”, consistindo assim de “uma unidade de significação complexa, de comprimento variável”, onde sua validade é de ordem psicológica e a sua simples alusão pode constituir-se de um tema. Tal opção é válida, porque o tema é utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças, tendências, entre outras, de acordo com os objetivos traçados.

Os temas foram, por sua vez, determinados em função dos objetivos de análise traçados *a priori*, de forma a por à prova posições latentes já presumidas. **Objetivo** é compreendido pela autora como a finalidade geral a que nos propomos e que está relacionada com o quadro teórico no qual os resultados serão utilizados, portanto, formulamos três objetivos para este trabalho, a partir do trabalho teórico de Jean-Baptiste Duroselle, já mencionado.

Primeiro objetivo trabalhado foi a busca pela localização do domínio psicológico de reforço da estrutura nacional brasileira, a partir da exaltação de **valores essenciais**, como pátria, religião, família, grande causa social, sendo estes os temas e palavras-eixo acerca das quais a análise se baseou como unidade de registro.

O segundo objetivo foi o de localizar o componente ideológico dos textos que caracterizassem uma justificativa moral e política da causa pela qual se sacrificavam tantas vidas. A exaltação da capacidade das Forças Armadas Brasileiras para o combate além-mar, a Defesa da Honra Nacional e o futuro papel

brasileiro no cenário mundial após a guerra são os temas traçados para a análise dos textos em função deste objetivo.

O terceiro e último objetivo traçado consiste em identificar a propaganda estatal como Guerra Psicológica, de acordo com Duroselle, já citado na introdução deste trabalho. Nesse caso, os temas analisados serão os **valores essenciais** como reforço do moral dos combatentes brasileiros; a tentativa de enfraquecer o papel dos inimigos, reforçando a imagem brasileira e a busca por sorrabar a imagem dos aliados, mais especificamente a dos Estados Unidos.

2.4 Análise de Conteúdo aplicada a Revista *Cultura Política*, em sua Edição Comemorativa de Entrada do Brasil na Guerra, em 1943.

O ardor patriótico brasileiro inicialmente voltado para o problema das minorias estrangeiras, sobretudo alemãs, no ano de 1942 volta-se para participação do Brasil na II Guerra Mundial. Até e durante o ano de 1941, Vargas buscou assegurar no plano internacional uma política externa mais independente, explorando a rivalidade entre EUA e Alemanha.

No entanto, a partir de dezembro de 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, e a conseqüente III Reunião de Consulta aos Ministros das Nações Americanas, ocorrida no Rio de Janeiro, consagrou-se o rompimento brasileiro com os países do Eixo, e a atenção se voltou para a ameaça externa apresentada pelas forças militares destas potências.

Tal ameaça manifestava-se com o afundamento de Navios da Marinha Mercante brasileira em águas do Atlântico Norte. Para melhor compreensão dos ataques, apresentamos, na página seguinte, tabela formulada a partir de dados encontrados na obra de Hélio Silva:⁶⁹

⁶⁹ SILVA, Hélio. 1942.. *Op. Cit.*, p329 - 372.

DATA	NAVIO	TRIPULAÇÃO/ PASSAGEIROS		ATACADO POR
15/2/42	Buarque	74 tripulantes	Todos salvos	U-432, Capitão Schultz
19/2/42	Olinda	46 tripulantes	Todos salvos	U-432, Capitão Schultz
25/2/42	Cabelo*	Sem registro	Nenhum sobrevivente	Leonardo da Vinci, Capitão Longanesi-Catani
7/3/42	Arabutan	59 tripulantes	1 tripulante morto	U-155, Cap. Piening
10/3/42	Cairu	75 tripulantes 14 passageiros	47 tripulantes mortos 6 passageiros mortos	U-94, Cap. Ites
1/5/42	Parnaíba	72 tripulantes	7 mortes	U-162, Cap. Wattenberg
18/5/42	Comandante Lira	52 tripulantes	2 mortos	Barbarigo, Cap. Grossi
1/6/42	Alegrete	64 tripulantes	Todos salvos	U-156, Cap. Hartenstein
26/6/42	Pedrinhas	48 tripulantes		U-203, Cap. Mützelberg
26/7/42	Tamandaré			U-66, Cap. Maukworth
28/7/42	Barbacena	61 tripulantes 1 passageiro	6 mortos	U-66, Cap. Maukworth
28/7/42	Piave	34 tripulantes	1 morto	U-155, Cap. Piening
15/8/42	Baependi	73 tripulantes 232 passageiros	55 tripulantes mortos 214 passageiros mortos	U-507, Cap. Corveta Harro Schacht
15/8/42	Araraquara	74 tripulantes 68 passageiros	8 tripulantes mortos 3 passageiros	U-507, Cap. Corveta Harro Schacht
16/8/42	Aníbal Benévolo	71 tripulantes 68 passageiros	67 tripulantes mortos Todos passageiros mortos	U-507, Cap. Corveta Harro Schacht
17/8/42	Itagiba	60 tripulantes 121 passageiros	30 mortos	U-507, Cap. Corveta Harro Schacht
18/8/42	Arará	35 tripulantes	20 mortos	U-507, Cap. Corveta Harro Schacht
19/8/42	Jacira	35 tripulantes 2 clandestinos	30 mortos	U-507, Cap. Corveta Harro Schacht
27/9/42	Osório **	39 tripulantes	4 mortos	U-514, Cap. Auffermann
27/9/42	Lajes	49 tripulantes	3 mortos	U-514, Cap. Auffermann
28/9/42	Antonico	40 tripulantes	16 mortos	U-516, Gen. Wiebe
3/11/42	Porto Alegre	59 tripulantes	1 morto	U-504, Cap. Poske
22/11/42	Apalóide	57 tripulantes	5 mortos	U – 163, Cap. Engelmann

* Cabelo foi na verdade o primeiro navio afundado, mas terminada a guerra é que se soube.

** Primeiro navio afundado após a declaração de guerra contra a Alemanha.

Como podemos observar no quadro acima, a maior parte dos navios foi afundada antes da declaração de guerra contra a Alemanha, ocorrida em 31 de agosto de 1942, através do Decreto 10.358. Isto reforça a idéia de que foi a Alemanha que instigou o Brasil a participar efetivamente da guerra, de acordo com Ricardo Seitenfus, conforme já citamos.

Por outro lado, a posição de Jaime Pinsky, também deve ser considerada, pois justifica o afundamento dos navios brasileiros em função de que a Marinha Mercante brasileira, para os padrões de terceiro mundo, era uma das mais numerosas e bem equipadas, podendo assim desempenhar importante papel para o abastecimento dos países beligerantes, além do contato comercial permanente com os Estados Unidos⁷⁰. De qualquer forma, consideramos que, apesar de o resultado ter sido a entrada do Brasil na guerra, a Alemanha não atacou os navios brasileiros com outro objetivo, senão o de intimidar as Forças Políticas e Forças Armadas Brasileiras.

A II Guerra Mundial exaltou grandemente o patriotismo brasileiro no plano popular. Após a denúncia do ataque da Alemanha a navios mercantes brasileiros, que provocou a declaração de guerra no Brasil, em Agosto de 1942, Vargas lançou um apelo em prol da mobilização geral dos recursos humanos e materiais do país. Pediu aos brasileiros que se unissem, esquecendo as antigas divergências e os interesses pessoais, em favor da defesa nacional. A unidade nacional e a

⁷⁰ PINSKY, Jaime. O Brasil nas Relações Internacionais: 1930 – 1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1968.

solidariedade do hemisfério eram os imperativos do momento, e ele prometeu que o Brasil combateria por sua causa justa, até ser alcançada a vitória decisiva⁷¹.

A ação estatal em relação ao tema II Guerra Mundial estava de acordo com os posicionamentos da política externa brasileira. Enquanto o Brasil mantinha sua neutralidade diante do conflito europeu, a imprensa e o rádio permaneciam neutros ao divulgar notícias sobre a guerra. Publicidades que insinuassem a necessidade de uma tomada de posição do governo diante do conflito eram censuradas, assim como matérias a favor ou contra quaisquer dos lados envolvidos.

A partir do rompimento das relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão, e em virtude do estreitamento das relações com os Estados Unidos, o Brasil passou a permitir cada vez mais a influência americana sobre todos os meios de comunicação, ao mesmo tempo que era deflagrada uma propaganda sistemática contra todos os países do Eixo.

O Brasil produzia sua propaganda de guerra. O DIP se encarregava de organizar cerimônias e concentrações populares visando a mobilização moral e material para a guerra. Toda propaganda era feita no sentido de enaltecer as Forças Armadas no Brasil, mostrando-as aptas a enfrentar um conflito de tamanhas proporções, assim como o cotidiano dos pracinhas, sua convocação e alistamento; além da edição de coleções como *O Brasil na Guerra* e a dedicação de um número

⁷¹ Discursos de Boas vindas proferido por Getúlio Vargas, na III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em 15/01/42. In: SILVA, Hélio. 1942...Op. Cit., p.189.

extraordinário da Revista *Cultura Política*, especialmente para o aniversário da declaração de guerra, objeto de nossa análise.

A revista está dividida em dez seções principais, logo na abertura da revista, texto como “O Papel o Brasil na Guerra”, escrito pelo Embaixador norte americano Jefferson Caffery, já apresenta a exclusividade da publicação em tratar das questões relativas à Guerra. Seguido pelas seções “O Brasil na Guerra”, “A atitude do Presidente e a Guerra”, e a “Política Internacional do Brasil”, das quais fazem parte matérias como, “A política do Brasil na Guerra e na paz”, e o texto do historiador Sílvio Peixoto “A coerência histórica de uma atitude política”, e “A política do Brasil com os Estados Unidos”, observamos a tentativa governamental de inserir e atualizar o leitor sobre todas as questões possíveis referentes a participação do Brasil no conflito.

Retomamos neste momento uma questão a respeito de Bardin, no que ela denomina de “pré-análise”,⁷² onde uma das missões do pesquisador envolve a escolha dos documentos, que é feita a partir da formulação dos objetivos, no caso desta pesquisa. Nosso universo documental corresponde ao número completo da Edição comemorativa de entrada do Brasil na Guerra, da Revista *Cultura Política* . no entanto, para apresentação neste trabalho, optamos por constituir um *corpus documental* , ou seja:

⁷² Bardin, Op. Cit., 95

O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos a procedimentos analíticos. A sua constituição implica muitas vezes, escolhas, seleções e regras.⁷³

O *corpus* que formamos para apresentação não implica na exclusão da análise do conjunto da revista, mas sim, numa amostragem selecionada para apresentação, que respeita a regra da representatividade, que afirma ser uma “amostra rigorosa” aquela que for parte representativa do universo inicial de documentos. O critério para a seleção da amostra baseia-se na retirada de uma reportagem de cada seção ligada diretamente a questão da Segunda Guerra Mundial, ficando de fora, portanto, a seção de “Outras guerras: história, literatura e documentos”, e a seção de “trabalho, segurança e justiça social”. Desta forma, podemos apresentar o quadro das reportagens da seguinte maneira:

Seção	Texto	Anexo
Apresentação	1 - O papel do Brasil na guerra, do Embaixador dos EUA, Jefferson Caffery	I
O Brasil na Guerra	2 - Antecedentes da declaração de Guerra – Reportagem Especial de Cultura Política	II
A Atitude do Presidente e a Guerra	3 - A coerência histórica de uma atitude política, de Silvio Peixoto	III
Política Internacional do Brasil	4 - A diplomacia Brasileira e a Guerra, de Jaime de Barros	IV
Economia de Guerra	5 - A campanha nacional das obrigações de guerra – Reportagem Especial de Cultura Política	V
As Forças Armadas do Brasil e a Guerra	6 - As verdadeiras bases do poderio militar, do General de Brigada F. de Paula Cidade	VI
Mobilização para a Guerra	7 – Seleção e preparação de material humano para a guerra, de Peregrino Junior	VII

Os documentos retidos ainda respeitam a regra da homogeneidade, pois apresentam-se sob os mesmos critérios, fazendo parte da mesma revista,

⁷³ Ibidem, p. 97

representando cada um, uma seção desta; e ainda, são adequados como fonte de informação, correspondendo aos objetivos traçados, respeitando assim a terceira e última regra que Bardin nos apresenta, a regra da *pertinência*. Vejamos então, a organização dos indicadores no quadro a seguir:

OBJETIVO 1	CATEGORIA Unidade de Registro: Tema	SUB- CATEGO RIA: tema-eixo	CONTEÚDO	
Localizar o domínio psicológico de reforço da estrutura nacional brasileira, a partir da exaltação dos valores essenciais.	Valores essenciais	Pátria	1	preparava-se patrioticamente para a participação direta na luta armada.
		2	tradições de nação pacífica, procurou evitar a guerra que a Alemanha agora torna irrecusável. Em todas as decisões o Brasil se salientou, colaborando com os demais países para a subsistência da fraternidade americana, principalmente nos transe difíceis da vida internacional, em que se verificasse a afronta a um parte do todo. levando aquela bandeira, que era uma flâmula de esperança e que deveria significar, para todos, que as ocorrências contra as quais se protestava não podiam afetar o coração do Brasil, porque o Brasil era imortal.	
		3		
		4	da neutralidade exemplar que mantivemos, enquanto foi de neutralidade a posição da América. Deu, assim, mais um exemplo da correção, da lealdade, da firmeza com que se orienta sempre a diplomacia brasileira. Em nenhum momento, a grande crise encontrou o Brasil desatento	
		5	...graças ao admirável espírito de ordem e de organização que preside aos atos da vida nacional, orientados pelo senso prático de Getúlio Vargas, chegamos ao fim do primeiro ano de guerra com um orçamento...	
		6		
		7		
		Grande causa social	1	E o seu exército, rico de elemento humano e de possibilidades materiais, converteu-se numa força moderna e pujante, espiritual e tecnicamente aprestada para combater com êxito onde for necessário. Abriu os veios mais férteis do seu subsolo às necessidades da indústria bélica das Nações Unidas, franqueou-lhes as suas florestas, de onde manam preciosos produtos, essenciais ao nosso esforço conjunto.
		2	Revidar o inominável atentado contra indefesas unidades da marinha mercante de um país pacífico	
		3	...Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas de expressar a vontade popular que o Governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito. ..."Tenho firme convicção de que o Brasil inteiro se erguerá para lavar esta afronta." ...É propósito dos brasileiro defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para assalto a nações irmãs.	
		4	...nossa dignidade, da nossa soberania, da nossa segurança e da América e a repelir na medida de nossas forças. ...o embaixador Souza Dantas, diplomata cheio de serviços ao país, repeliu os invasores, só cedendo diante da arma apontada contra ele por um oficial alemão.	
		5	...Vargas preferiu apelar para a economia interna, através de uma contribuição justa e de acordo com as posses de cada cidadão. ... O empréstimo popular era portanto, a forma mais aconselhável de obter a importância correspondente aos níveis de sacrifícios a que se obrigou o Brasil... ...Como toda reserva forçada, é claro, as obrigações de guerra não deixam de representar um sacrifício. Mas como já tivemos ocasião de acentuar – nesta hora atribulada dos povos, (...), o dinheiro é o mínimo que nos cabe dar...	
		6		
		7	... a necessidade de estabelecer comandos civis, tão importantes no esforço total da guerra como os comandos militares. É a organização civil que evita o colapso militar e conduz à vitória.	
		Povo	1	
		2	O governo não fez outra coisa senão sancionar a vontade do povo. Deve o povo manter-se calmo e confiante, na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e os bens dos brasileiros. Todos os brasileiros deviam participar desse sentimento, e ao mesmo tempo da revolta e da indignação com que fomos colhidos, de surpresa, por um ato de pirataria.	
		3	Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas de expressar a vontade popular que o Governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito. "Tenho firme convicção de que o Brasil inteiro se erguerá para lavar esta afronta". A população vibrava de indignação ante esses covardes atentados à nossa soberania.	
		4	nossa dignidade, da nossa soberania, da nossa segurança e da América e a repelir na medida de nossas forças. o embaixador Souza Dantas, diplomata cheio de serviços ao país, repeliu os invasores, só cedendo diante da arma apontada contra ele por um oficial alemão.	
		5	...a mais do verdadeiro espírito de compreensão e patriotismo dos filhos desta terra, sempre orgulhosos de dar do algo que possuem e dispostos a ceder tudo quanto lhes pertence em favor dos supremos interesses da Pátria. ... a praça da República acolheu grande massa popular, o que demonstra ter o público brasileiro compreendido o verdadeiro sentido do apelo que se fez a Nação para obter os recursos considerados necessários às despesas extraordinárias da segurança nacional.	
		6	...População deixa de ter um valor negativo, como na China e Índia e passa a desempenhar um papel realmente importante em caso de guerra.	
		7	...Mas esses monstros apocalípticos da destruição, ao contrário do que muita gente supõe, não dispensam a colaboração do homem, não suprimem a inteligência, a coragem, e a força do homem. ...E os homens que as máquinas modernas de destruição pedem para manejá-las ou para enfrentá-las são homens excepcionalmente robustos, serenos e corajosos. ...a saúde, o vigor, o equilíbrio, o tônus moral, a confiança e o relativo bem-estar do povo, o que é essencial a resistência civil e, portanto, à vitória militar.	

OBJETIVO 2	CATEGORIA Unidade de Registro: Tema	SUB-CATEGORIA A tema-eixo	CONTEÚDO		
Identificar o componente ideológico que caracterize uma justificativa moral e política da causa defendida	Justificativas para a entrada na guerra	causa defendida	1	...revestiu-se de poderoso significado moral e político e delineou, para os agentes inimigos que se encamiçavam ...os inimigos, afundando vapores de comércio costeiro pacífico à vista da costa brasileira, assassinando indiscriminadamente estrépito da onda de justa indignação que varreu o país de norte a sul, apoiando as medidas resolutas que o Governo tomava	
			2	...a altivez que reclama a dignidade nacional ...diante das provas conseguidas, o governo brasileiro não vacilou um só instante em procurar uma desafronta para a soberania nacional ...só admitiu o penoso recurso da guerra no exercício do direito de legítima defesa, que nenhum povo pode recusar sem desprestígio ou diminuição da sua autoridade, da sua soberania e da sua dignidade. ...Estamos em guerra, porque assim exigia a nossa honra, assim exigia o sentimento de todo o brasileiro. ...o atentado contra a integridade do território e a soberania dos Estados Unidos deveria ser considerado como um ato de agressão ao Brasil, determinando a nossa participação no conflito e não a simples declaração de solidariedade com o agredido, seguida, algum tempo depois, da interrupção das relações diplomáticas com os Estados agressores. ...Não há como negar que a Alemanha praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança, e da América, e a repelir na medida das nossas forças.	
			3	...Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas de expressar a vontade popular que o Governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito. ...A honra e os interesses mais sagrados da Pátria exigem, imperativamente, a atitude que tomamos. Agora nos sentimos de consciência tranqüila, resolutos e dispostos, a defender os brios legítimos do nosso povo, que nunca se ajustou às atitudes de servo e há de prosseguir independente e soberano. ...A alma popular, numa justa eclosão de revolta, clamava pela declaração de guerra. ...Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada, a fim de evitar que, portas a dentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou por em perigo a segurança das Américas.	
			4	...com as instituições de que a ruptura de relações conduziria à guerra, mostramo-nos dispostos a aceitar essas conseqüências extremas, se até elas chegassem as nações agressoras. ...esses países praticaram atos de guerra, criando uma situação de beligerância, que éramos "forçados a reconhecer", na defesa A nossa entrada na guerra foi, portanto, motivada por um ato de agressão direta	
			5	...Arrastados à dura contingência de uma segunda conflagração – agora como da outra vez, desencadeada pela fúria sanguinária da mesma nação agressora – tivemos que nos arregimentar apressadamente para a luta... ...Perpetrado porém, o crime desalmado e frio, dentro de nossas águas territoriais e quase a vista de nossas costas, com o sacrifício inútil de tantas vidas, inclusive mulheres e crianças, recolhemos a luvá e aceitamos o desafio.	
			6	A própria manutenção dos cidadãos sob as bandeiras e de suas famílias merecem cuidados que só os povos economicamente fortes poderão dispensar em parte. A guerra atual, concomitantemente, tapa a boca dos ingratos caluniadores do combustível brasileiro...	
			7	...as populações civis das cidades são hoje verdadeiros exércitos combatentes: sofrem e lutam como se estivessem no "front"...	
			Futuro do Brasil, em termos desenvolvimentistas e no cenário mundial pós-guerra.	1	
				2	
				3	
				4	
				5	
				6	...Fabricar máquinas, produzir tudo que se possa vender, invadir mercados externos, arranjar balanças comerciais favoráveis e amealhar saldos são as primeiras etapas da grandeza militar... ...a grande siderurgia, talvez o maior monumento do estado Nacional torna-se possível... ...O desenvolvimento desse plano de conjunto, sem deflexões de finalidades é a certeza técnica da futura grandeza econômica e militar do país.
		7			
		Potencial de guerra das Forças Armadas Brasileiras	1	...o Brasil vem desempenhando com decisão e eficiência o papel que as circunstâncias lhe ditam. Emprestando uma colaboração valiosíssima nas atividades do patrulhamento do Atlântico ...E o seu exército, rico de elemento humano e de possibilidades materiais, converteu-se numa força moderna e pujante, espiritual e tecnicamente aprestada para combater com êxito onde for necessário.	
			2	fortalecendo os aparelhos de resistência nacional e completando a evolução da nossa política externa à altura das agressões que vier a sofrer o Brasil.	
			3		
			4	O sistema funcionaria ante qualquer manifestação hostil ou ato de força. foi vigorosa a ação repressiva das forças aéreas brasileiras, que lograram afundar, nas nossas costas, vários submarinos inimigos.	
			5		
			6	É essa planificação de conjunto de todas as atividades produtivas do país que constitui o germe de todo poderio militar incontestável.	
			7	... a necessidade de estabelecer comandos civis, tão importantes no esforço total da guerra como os comandos militares. É a organização civil que evita o colapso militar e conduz à vitória.	

OBJETIVO 3	CATEGORIA. Unidade de registro: tema	SUB-CATEGORIA Tema-eixo	CONTEÚDO	
<p>Identificar a propaganda estatal como Guerra Psicológica, enfocando os valores essenciais como reforço do moral dos combatentes brasileiros, a busca por sorraborar a imagem de aliados com os EUA e enfraquecimento do papel do inimigo.</p>	Valores essenciais	reforçar o moral dos seus combatentes	1	
			2	
			3	
			4	
			5	<p>...É fácil ver, desde o rompimento de relações com as nações totalitárias até o reconhecimento do "estado de beligerância", como ...se agravou a situação, conduzindo-se a diplomacia brasileira com energia, na defesa dos nossos interesses e da dignidade nacional.</p> <p>... a fim de abastecer as nações aliadas de matérias primas, ao mesmo tempo que fortalecíamos de comum acordo com o governo de Washington, as bases navais e aéreas do norte do país, de onde se estabelecera a corrente contínua de abastecimento que permitiria o assalto vitorioso à África.</p> <p>...foi vigorosa a ação repressiva das forças aéreas brasileiras, que lograram afundar, nas nossas costas, vários submarinos inimigos.</p>
		6		
		7	<p>...Mas esses monstros apocalípticos da destruição, ao contrário do que muita gente supõe, não dispensam a colaboração do homem, não suprimem a inteligência, a coragem, e a força do homem.</p> <p>...E os homens que as máquinas modernas de destruição pedem para manejá-las ou para enfrontá-las são homens excepcionalmente robustos, serenos e corajosos.</p> <p>...Agilidade e força de atleta. Bravura serena. Cálculo frio. Calma e decisão. Nervos de boa tempera. Músculos de rijo metal...</p>	
		Reforçar papel aliado - EUA	1	...ombro a ombro com os Aliados
			2	
			3	
			4	
			5	<p>...Representavam os Estados Unidos uma poderosa força contrária às doutrinas e às ambições dos países totalitários e militaristas.</p> <p>...O Brasil e os Estados Unidos procuram tornar o Oceano Atlântico livre de perigo para todas as demais nações.</p>
			6	Um exemplo digno de ser meditado é o desenvolvimento da potência militar inglesa, a qual, através de sua ideologia livre cambista, facilitou o surto de outros povos, como o americano, chegados mais tarde que a Grã Bretanha para a conquista de mercados.
			7	<p>...Os norte americanos e os ingleses consolidaram as virtudes heróicas de resistência e de bravura de seus soldados e de suas populações civis, ministrando-lhes generosamente vitaminas...</p> <p>...O que tem feito nos Estados Unidos e na Inglaterra os técnicos de educação física por exemplo, para uma melhor preparação do soldado para a guerra é sem dúvida surpreendente.</p>
	erodir o moral do inimigo	o moral do inimigo	1	<p>...a pirataria internacional do Eixo</p> <p>...o triunvirato sinistro que ensanguenta o mundo</p> <p>...cujas águas e os seus bravos aviadores os corsários que se atreveram a perseguir na ronda covarde, à cata de outras presas inermes.</p>
			2	<p>...A campanha submarina ameaça tolher a liberdade dos mares.</p> <p>...A responsabilidade desta situação a que somos levados cabe exclusivamente àquela potência que, desprezando todas as regras do direito das gentes e as normas indispensáveis à convivência internacional, vem dia a dia generalizando as conseqüências da guerra que ela preparou ou desencadeou, ofendendo e agredindo, indiferentemente, neutros e beligerantes.</p>
			3	...hordas sangüíneas das ditaduras escravizantes do velho mundo.
			4	...andava de novo a solta o espírito de conquista e o instinto de rapina de povos habituados à política pedratória e sanguinária da guerra.
			5	...Agora, como da outra vez, desencadeada pela fúria sanguinária da mesma nação agressora.
			6	
			7	...Mas esses monstros apocalípticos da destruição,...

Na busca por um domínio psicológico da nação, através da exaltação dos **valores essenciais** da população brasileira, todas as mostras analisadas, desde as mais técnicas, passando por análises econômicas e nas epígrafes da revista, são encontradas referências a eles, variando conforme a seção da revista as manifestações temáticas relativas à pátria, grande causa social ou ao povo brasileiro, como podemos ver no quadro abaixo:

	Tema-eixo	1	2	3	4	5	6	7	Total (%)
Objetivo 1	Pátria	X	X	-	X	X	-	-	60%
	Grande Causa Social	X	X	X	X	X	-	X	85%
	Povo	-	X	X	X	X	X	X	85%
Objetivo 2	Causa defendida	X	X	X	X	X	X	X	100%
	Futuro do Brasil	-	-	-	-	-	X	-	15%
	Potencial das F. A.	X	X	-	X	-	X	X	70%
Objetivo 3	Moral dos seus	-	-	-	-	X	-	X	30%
	Moral dos Aliados	X	-	-	-	X	X	X	60%
	Moral do inimigo	X	X	X	X	X	-	X	85%

Aos brasileiros, a revista se refere como povo, como nação, às vezes utilizando as duas palavras, enfatizando o caráter patriótico e correto desse grupo, caracterizado por uma história e por um governo tão íntegro quanto ele:

Por felicidade nossa, a coerência, a fidelidade aos princípios sobre os quais nos formamos, como povo e como nação, constitue [sic], essencialmente, um caráter histórico do governo brasileiro. Na paz ou na guerra, nossa atitude externa jamais se modificou.⁷⁴

O governo, liderado por um chefe de Estado “clarividente”, era autor de “política realista”, de positiva prevenção dos destinos da nação, acompanhada pela “correção, lealdade e firmeza” com que se orientava a diplomacia brasileira. Mas são nos símbolos que se manifestam as mais profundas exaltações à pátria, como podemos observar:

...Levando aquela bandeira, que era uma flâmula de esperança, e que deveria significar, para todos, que as ocorrências pelas quais se protestava não podiam afetar o coração do Brasil, porque o Brasil era imortal.

Com sucesso somos capazes de localizar componentes ideológicos em todas as matérias da revista que caracterizam justificativas morais e políticas para o emprego de tanto esforço e tantas vidas, exaltando a causa defendida, nos quais freqüentemente a responsabilidade pela entrada do Brasil na guerra é lançada para a população, devido a suas manifestações quanto ao torpedeamento dos navios brasileiros, além da exaltação da capacidade das Forças Armadas Brasileiras para o combate (tema trabalhado exaustivamente ao longo de cem páginas e 07 matérias⁷⁵).

⁷⁴ **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano III, n.31, agosto de 1943. Edição Extraordinária: O Brasil na Guerra. p.11

⁷⁵ Duas seções especiais para a questão das forças armadas: “As Forças Armadas do Brasil e a Guerra: I) A Marinha” e As Forças Armadas do Brasil e a Guerra: II) O Exército”, com textos de militares, historiadores e do próprio editorial da Revista. Ibidem.

Ao longo de toda revista o leitor é reafirmado de sua responsabilidade pela declaração de guerra, em função de suas manifestações anti-eixistas e do afundamento dos navios. Seja nas reportagens, seja nas epígrafes, ou nas inúmeras citações dos discursos do Presidente, a população é chamada atenção, num claro exemplo de **pressão**, formulada a partir da **pulsão**, constantemente lembrada ao povo:

A nossa reação, brasileiros, esteve à altura da ofensa. Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas, de expressar a vontade popular, que o governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito.⁷⁶

Quanto às Forças Armadas, ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade de reestruturação de sua capacidade material, se indica caminhos para tanto, através de uma economia de guerra, e investimentos na siderurgia, que acabam por invocar uma causa social para que se empregue tantos esforços. Ao mesmo tempo, valoriza-se o homem, o brasileiro, o militar e a capacidade bélica brasileira, uma vez equipada com o material adequado.

E, embora considerando que a perfeição não seja desse mundo, muito nos avizinhamos dela no conjunto da nossa missão, se conseguirmos elevar as convicções dos jovens oficiais da reserva, até a plenitude desse trabalho de catequese social-militar, que visa levantar a nação como um só homem, para fazer face a qualquer ameaça de desagregação...⁷⁷

Invocações da capacidade histórica das nossas forças armadas também são freqüentes ao longo de toda esta edição, onde o “exército sempre esteve ligado

⁷⁶ Discurso do Presidente, **Cultura Política**, Op. Cit., p. 51

⁷⁷ Ibidem, p.203

aos grandes movimentos que expressam o sentir profundo do nosso povo”. Sendo a seção das Forças Armadas e o Brasil dividida em Exército, Marinha e Aviação, podemos observar sobre a Marinha:

Nossa valorosa Marinha – depositária das glórias de Riachuelo e sob o nume tutelar de Tamandaré – assim que foi declarada a guerra, entrou a cooperar brilhantemente com as demais forças armadas nacionais e com as das Nações Unidas, limpando os mares dos submarinos piratas...⁷⁸

Sobre o Exército,

Auxiliados pelos nossos amigos norte americanos, que nos suprirão das armas que nos faltam e que ainda não fabricamos, havemos de aparelhar nossas forças e treinar nossos homens de tal maneira que saberão honrar – já provavelmente em chão europeu – as tradições de bravura do Exército de Caxias.⁷⁹

A aviação era uma nova força armada, cujo Ministério da Aeronáutica só foi criado em 1941, instalando-se assim diversos órgãos próprios de direção e bases aéreas por diversos pontos da cidade. Essa força resultou da fusão da Marinha e do Exército, e era designada por três iniciais : FAB – Força Aérea Brasileira.

Qualquer inimigo que pise o solo pátrio, sobrevoe as nossas cidades ou infeste o mar territorial receberá o mesmo castigo infligido aos submarinos que, numa prática de pirataria, investiram contra a navegação costeira e foram afundados pelos intrépidos e eficientes pilotos das nossas Forças Aéreas.⁸⁰

⁷⁸ **Cultura Política**, p. 205

⁷⁹ **Cultura Política**, p. 209

⁸⁰ Discurso do Presidente, **Cultura Política**, Op. Cit., p., 210

A propaganda estatal na Revista Cultura Política, também em grande escala, tratou de reforçar o moral brasileiro, seja por enaltecê-lo na sua honra patriótica, ou pela sua capacidade bélica, agindo dessa forma em consonância com o objetivo de análise pré-estabelecido da guerra psicológica, de tal forma que foi possível afastar a influência alemã e italiana exercida pelas comunidades imigrantes, inclusive asseverando a população contra estas comunidades em alguns casos. Mas o reforço da imagem dos aliados perante a população foi marcante no decorrer de toda análise, assim como a parceria firmada entre os dois países:

Representavam os Estados Unidos uma poderosa força contrária às doutrinas e às ambições dos países totalitários e militaristas. (...) Seríamos assim, na América, as duas nações logo atingidas, direta ou indiretamente (...) e foi em face dessas previsões, de uma exatidão absoluta, que começamos, com os Estados Unidos, a preparar uma política defensiva, que não interessava somente aos dois países, mas ao continente inteiro.⁸¹

⁸¹ Ibidem, p.256.

CAPÍTULO 3

A GUERRA PSICOLÓGICA E A PROPAGANDA NO FRONT

Para examinar a eficiência das forças de **pulsão** e **pressão**, segundo Duroselle, devemos avaliar o que se passa, não em todo o conjunto da sociedade, mas em grupamentos específicos, (conforme já visto), os denominados **grupos reais**, que inclui, entre outros, o pelotão militar, e em nosso caso específico, a FEB, já apresentada em nosso primeiro capítulo.

Os combatentes que integravam a FEB eram brasileiros, maiores de 18 anos e viviam em solo brasileiro e sob o regime Vargasista, estando suscetíveis às suas campanhas de nacionalização. Esses soldados estavam imbuídos, portanto, dos **valores essenciais** incorruptíveis de cidadãos brasileiros: amor à pátria, à família, ao seu governante. Estavam também acompanhando o ataque alemão aos navios mercantes brasileiros e sofreram a força da **pulsão** em função desses ataques, tendo ainda, asseverado seus humores contra os alemães através da **pressão** estatal para tanto, através da campanha pela entrada do Brasil na Guerra, já apresentada no segundo capítulo.

Neste terceiro capítulo é nossa intenção demonstrar a guerra psicológica a que foi submetido o praça expedicionário da FEB. Para tanto, faremos uso da teoria

de guerra psicológica de Paul Linebarger, assim como da **análise de conteúdo** feita sobre panfletos distribuídos para os brasileiros, no front de guerra italiano, escritos em português, elaborados pelos alemães.

3.1 A Guerra Psicológica

A análise está baseada nas idéias dos autores das Relações Internacionais, Raymond Aron, Jean-Baptiste Duroselle e o militar Paul Linebarger, para podermos compreender de maneira mais ampla a questão da Guerra Psicológica, sua relação com os conflitos bélicos em geral, sua definição, seus atores, e os tipos de propaganda que emprega.

Em sua primeira parte, a obra de Raymond Aron⁸², está inspirada em Clausewitz, no seu conceito de “guerra total ou absoluta”, que reflete, em termos gerais, a consciência de que a guerra é uma extensão da prática política, de onde o autor desenvolve a análise de que a guerra é um fenômeno atemporal, e sua prática depende dos meios e técnicas disponíveis.

Aron não considera a guerra como um ato isolado, mas em conexão com a vida anterior do Estado, e seja qual for o objetivo da política externa, normalmente ele nunca é a guerra em si: “A causa profunda da guerra é a intenção hostil, e não o sentimento de hostilidade”. Enquanto ato social a guerra é compreendida como “a

⁸² ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as nações. Brasília: Editora da UnB, 2002.

contraposição das vontades, isto é, pressupõe as coletividades politicamente organizadas, cada uma das quais quer sobrepor-se às outras”, e para tanto faz uso de todos os meios disponíveis. Em suma:

A guerra é um ato político, surge de uma situação política e resulta de uma razão política. Pertence por natureza ao diálogo puro, por tratar-se de um instrumento da política. O elemento passional interessa, sobretudo ao povo; o elemento aleatório ao exército e ao seu comandante; o elemento intelectual ao governo; este último é decisivo e deve ordenar o conjunto.⁸³

Duroselle em sua obra, amplamente referida neste estudo, elabora acerca da guerra uma série de sistemas que estuda os tipos de conflito, sua duração, os perfis de combatentes que se envolvem numa guerra. Afirma, em relação ao conflito bélico que, para lutar contra outros homens, todos os recursos da inteligência devem ser utilizados, pois “a força bruta não é suficiente diante de seus seres inventivos, que criam o imprevisível e o aleatório”.⁸⁴

Dentre os cinco sistemas de valores que o autor estabelece para as guerras, selecionamos aquela indispensável à esta pesquisa, a da **guerra aceita**, a qual é aceita por ser considerada “justa” pelo conjunto da nação. Tal assertiva é adequada para esta pesquisa, e está profundamente relacionada com a **força de pulsão**. Ainda que, conforme o autor:

(...) Quanto à idéia de guerra justa, povos tem muitas vezes a impressão de que estão “cercados” ou de que são vítimas de injustiças. (...) A guerra aceita como justa não é necessariamente

⁸³ Ibidem, 71

⁸⁴ DUROSELLE, Jean-Baptiste, Op. Cit., p.315

defensiva. Pode-se considerar “justa” a reconquista de um território perdido, ou a revanche.⁸⁵

No que se refere ao emprego dos soldados em campo de batalha, Duroselle separa os combatentes em três categorias: *voluntários*, *mercenários* e *soldados-cidadãos* (mobilizados). Os *voluntários* são motivados por uma grande causa, como por exemplo, “a pátria em perigo”, e eles passam por alternâncias de entusiasmo, paixão e cansaço. Sobre o plano de valores, os *mobilizados*, (que assim o são mediante obrigações legais), são, em média, mais motivados que os *mercenários*, (motivados por questões materiais ou de auto benefício), porém menos que os *voluntários*. No Brasil, o recrutamento de soldados foi feito através de convocação e mobilização de voluntários.

A infantaria foi o conjunto de tropas selecionado para o combate além-mar. Afora a definição de infantaria, já apresentada no primeiro capítulo, ressaltamos que, de acordo com o Manual de Campanha do Ministério do Exército, os tempos contemporâneos impuseram novos desafios aos exércitos do mundo, e em especial para a sua Infantaria. Para enfrentá-los, de acordo com o manual, o Infante necessita mais do que armas e treinamento, “ele precisa cultivar, no mais alto grau, as virtudes militares e ser dotado de elevado moral”.⁸⁶ Pois a Infantaria, ainda, segundo o manual, depende fundamentalmente do homem e do seu valor moral e combativo, sobretudo na Idade Contemporânea, onde :

⁸⁵ Ibidem, p.317

⁸⁶ **Manual da Infantaria**, Op. Cit., p.06

O cunho ideológico, presente em algumas guerras mais recentes, deu maior importância à arma psicológica, explorada em escala nunca antes vista. Forças irregulares passaram a ser empregadas em combinação ou não com forças regulares. O infante teve de se adaptar a essas novas circunstâncias de combate, seja para enfrentá-las, ou para tirar partido delas.⁸⁷

É neste sentido que abordamos a guerra psicológica, a partir de seu uso contemporâneo, aliada à propaganda e à psicologia⁸⁸. Compreendemos a guerra psicológica de acordo com Linebarger:

*A guerra psicológica compreende o emprego da propaganda contra um inimigo, associada a outras medidas operacionais de caráter militar, econômico ou político necessárias à suplementação da propaganda*⁸⁹ [SIC].

A guerra psicológica é empreendida antes, durante e após a guerra; não é travada contra os agentes da guerra psicológica do adversário; não é controlada por leis, praxes e costumes da guerra; não pode ser definida em função do terreno, da ordem de batalha ou de determinados combates. Ela é um processo contínuo, compreende o emprego da propaganda contra um inimigo, conjuntamente com as

⁸⁷ Idem

⁸⁸ Segundo Paul Linebarger, a psicologia é capaz de auxiliar na guerra, no sentido de chamar a atenção dos soldados para os “elementos do espírito humano que normalmente escapam à observação”. Ânias, raivas ou covardias coletivas, ressentimentos, enfim, consegue traçar um caminho para penetrar-se no inconsciente do inimigo em busca de materiais; estabelece técnicas e métodos para descobrir os verdadeiros sentimentos do inimigo; auxilia o agente militar de guerra psicológica a conservar seu senso de missão e proporção (evitando zombarias ou algo semelhante); e por fim, pode prescrever qual seria o melhor instrumento da propaganda para tirar proveito dessas informações. No entanto, conforme o próprio autor nos elucida, uma boa propaganda pode ser dirigida por pessoas sem conhecimentos formais de psicologia. Sensibilidade, e criatividade estão presentes em pessoas que sequer leram uma linha de Pavlov ou Freud. (LINEBARGER, Op. Cit., p. 70 – 75). Por isso não nos aprofundaremos nas assertivas acadêmicas a respeito da Psicologia, baseando nossa análise nas hipóteses formuladas pela análise de conteúdo para a compreensão da propaganda empregada contra o soldado brasileiro.

⁸⁹ LINEBARGER, Paul. Op. Cit., p.98

medidas militares operacionais suscetíveis de complementarem a propaganda.

Fundamental para este estudo é a definição da propaganda:

A propaganda pode ser descrita por sua vez, como persuasão organizada por meios não violentos. A guerra propriamente dita pode ser encarada como sendo, entre outras coisas, uma forma violenta de persuasão⁹⁰.

Sendo assim, faz parte do ato político em que se consiste a guerra, não sendo uma simples ferramenta. Linebarger afirma que a guerra psicológica é uma extensão da guerra, uma forma de guerrear sem o uso da violência, não que ela elimine outras operações regulares do exercício bélico, mas de certa forma é menos violenta, e, de acordo com o autor, geralmente menos eficaz, mas com certeza, parte do processo de fazer o inimigo cessar a luta.

A guerra psicológica tangencia muitas ciências e coincide com todas as funções da guerra – Linebarger a divide em três etapas: inicialmente apresenta um esquema geral elaborado; seguido pela busca da descoberta e análise das operações estrangeiras de Guerra Psicológica; e por fim, a direção tática ou imediata da Guerra Psicológica. Em cada um desses casos o autor relembra a necessidade de observar que este tipo de operação não é estanque, que para ser eficaz deve integrar-se na vida e no combate cotidianos do público visado.

Neste sentido, demonstramos o potencial de guerra psicológica da Alemanha quando reproduzimos de forma resumida, o depoimento de Leonécio

⁹⁰ Ibidem, p. 69

Soares em sua obra, onde ele caracteriza a forma que eram distribuídos panfletos de guerra no front italiano:

Nilson Rabel esgueirou-se rastejando e mergulhando na neve; avançou até uma distância, recolhendo os papéis espalhados pela bomba. Eram panfletos. Vários. Muitos deles em modelos e tipos diversos.⁹¹

A Sede Nacional dos Veteranos da FEB apresenta 09 variações da propaganda, 05 analisadas neste estudo, que trazem a tona questões sobre a necessidade do praça no *front*, as condições em que este Praça foi enviado para a guerra, questionamentos sobre o Brasil naquele momento e o que faria o combatente ao voltar para sua terra, a própria maneira com que são distribuídos também pode ser considerado artifício da guerra psicológica. Tais panfletos serão analisados ao longo desse capítulo e exibidos nos anexos ao final desta dissertação.

Em uma análise feita *a priori*, o leitor mais distraído é capaz de observar características latentes da guerra psicológica – a busca militar de atingir vantagens sem a utilização da força bélica –, onde a propaganda deveria afetar as idéias e emoções do grupo inimigo, através de um autor que evita identificar-se, disfarçando-se de amigo e conselheiro, atacando um grupo incapaz de retrucar:

Os panfletos tocavam-lhes na alma, falando de coisas próximas, sofridas e sentidas: da neve, dos rigores do inverno, das influências perniciosas do mundo capitalista, sobre o Brasil, sobre o sacrifício da juventude em Monte Castelo e Abetália, “corredor de mortes”.

E ainda,

⁹¹ SOARES, Leonércio. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**. Edição do Autor, 1984. Op. Cit., p.174.

Na esteira daquela primeira bomba de panfletos, vieram outras. As granadas de estilhaço de aço passaram a ser substituídas pelas bombas de estilhaço de papel. Estilhaços que não feriam os corpos, mas tocavam fundo no espírito dos soldados, numa tentativa de abater-lhes a moral.⁹²

Linebarger prevê tal atitude, a de que o agente da guerra psicológica evita identificar-se e se disfarça de amigo, de voz do lar, voz de Deus. O propagandista vai falar sobre aquilo que chama a atenção do seu público alvo, além de conceber fatos culturais relacionados com os combatentes. A finalidade desta luta psicológica seria a de fazer o oponente mudar de idéia, rebaixar seu moral, reforçando o moral de seus próprios combatentes, criando um novo inimigo, e ainda, lançar dúvidas sobre a causa da guerra em que se emprega o uso de tantas vidas. Em suma:

A propaganda militar consiste no emprego planejado de qualquer forma de comunicação destinada a afetar as idéias e emoções de um dado grupo inimigo, neutro ou amigo, com uma determinada finalidade estratégica ou tática. [sic]⁹³

Em uma análise profunda como a que faz Linebarger, encontramos referências de outras formas de se empregar o termos “guerra psicológica”, e, além do citado, uma outra maneira nos chama a atenção. A guerra psicológica aplicada antes da Segunda Guerra Mundial, e que o autor corrige, chamando não de guerra psicológica, mas de *uma guerra feita psicologicamente*.

⁹² Ibidem, p.176.

⁹³ LINEBARGER, Paul. Op. Cit., p. 96.

Para os norte-americanos, a guerra psicológica era uma suplementação das operações militares graças à utilização de comunicação em grande escala, no sentido nazista, eram o estudo e a execução de uma estratégia política e militar baseada em dados psicológicos.⁹⁴

Segundo Linebarger, no período estudado, desenvolveu-se na Alemanha uma nova forma de desenvolver a estratégia da guerra, na busca por tornar científica a guerra em que se envolviam - “era como se os nazistas houvessem [sic] descoberto alguma fórmula científica para determinar exatamente quando uma nação sucumbiria”⁹⁵. A guerra psicológica alemã não era travada apenas com subterfúgios propagandísticos de persuasão de seu povo para o combate, mas se apoiou em antecedentes políticos, históricos, e soube usar durante muito tempo a vantagem da ameaça de começar uma guerra, e uma vez esta começada, tratar deliberadamente de fazê-la tão terrível quanto fora anunciado.

Claro que a guerra psicológica travada no *front* italiano contra os praças brasileiros não foi a mesma guerra de nervos travada contra a Polônia, por exemplo. A referência de contexto era outra, a confronto já estava acontecendo, o Brasil, por sua vez, ingressou na guerra nos seus anos finais.

O que ocorreu com a propaganda dirigida aos Praças brasileiros foi muito mais a aplicação de uma estratégia pré-definida com objetivos de atender uma finalidade a curto prazo, preparada e executada em apoio a operações de combate local, e essa ação se insere no que Linebarger define como *Propaganda Tática*.

⁹⁴ Idem

⁹⁵ ibidem, p. 100.

Além de *Tática*, a propaganda dirigida ao Praça brasileiro também pode ser classificada como *Branca* e de *Conversão*. *Branca* por ser difundida de fonte declarada, pois, como veremos, incluíam na propaganda inclusive um salvo-conduto para os campos de concentração alemães; e de *conversão*, por ser destinada a mudar a fidelidade emocional ou prática dos indivíduos de um para outro grupo, para isso apontando um outro inimigo, no caso, os alemães apontavam os Estados Unidos, como veremos a seguir.

3.2 A Propaganda no Front

Conforme já apresentada, orientamos a elaboração desta análise de acordo com as orientações metodológicas descritas por Laurence Bardin. Para facilitar a compreensão da análise e pela amostra ser reduzida, elaboramos quadros comparativos das unidades de registro e os panfletos estão anexos ao final deste trabalho.⁹⁶

De acordo com as prescrições da autora, orientamos esta análise a partir de três objetivos, que relacionam-se com os já traçados no estudo da Revista Cultura Política. Os objetivos são necessários porque a partir deles posições latentes

⁹⁶ Além da fonte já citada para comprovar a existência e distribuição dos panfletos, podemos ainda citar obras de outros dois combatentes PINHEIRO, José Juarez Bastos. **A FEB na Segunda Guerra Mundial – resumo histórico**. Rio de Janeiro: Ivo Alonso Nunes, 1980. P.44 e SENNA CAMPOS, Gal. Aguinaldo José. **Com a FEB na Itália, páginas do meu diário**. RJ: Imprensa do Exército:1970, p.144., e ainda, afirmar da exposição destes materiais na Sede nacional dos Veteranos da FEB, no Rio de Janeiro, assim como no Museu do Expedicionário de Curitiba, PR.

são reveladas ou postas a prova pelos fatos, e estes foram elaborados a partir das teorias de Jean Baptiste Duroselle, Raymond Aron e Paul Linebarger:

O primeiro objetivo (Objetivo 1), consiste em localizar mecanismos ligados ao domínio psicológico de demonstração de força por parte dos alemães através de uma propaganda que buscasse afetar os valores essenciais dos soldados brasileiros definidos como pátria, religião, ideologia, grande causa social ou humanitária.

O segundo objetivo (Objetivo 2) consiste em identificar a divulgação nos campos do adversário (no caso o Brasil sendo entendido como adversário) dúvidas sobre a natureza da causa defendida por seus soldados ou civis. Era uma busca por inculcar a idéia de derrotismo entre os inimigos.

O terceiro objetivo (Objetivo 3) busca caracterizar a guerra psicológica, onde a propaganda assume este papel, tratando-se de reforçar o moral dos seus combatentes (do emissor da comunicação), de dar boa impressão aos neutros e erodir o moral do inimigo.

As reproduções dos panfletos estão nos anexos numerados de I a V, de acordo com a numeração na unidade de registro, apresentada no quadro de organização dos indicadores, como veremos a seguir:

OBJETIVO 1	CATEGORIA: tema	SUB-CATEGORIA : tema-eixo	CONTEÚDO:	
Localizar mecanismos ligados ao domínio psicológico de demonstração de força por parte dos alemães através de uma propaganda que buscasse afetar os valores essenciais dos soldados brasileiros, definidos como pátria, religião, ideologia, grande causa social ou humanitária.	valores essenciais	Pátria	PANFLETO 1	
			PANFLETO 2	
			PANFLETO 3	para regressar então novamente ao querido Brasil.
			PANFLETO 4	A tua maravilhosa terra é a mais rica de todo o mundo!
			PANFLETO 5	vossa terra, <i>cheia de sol e radiante</i>
		Religião	PANFLETO 1	
			PANFLETO 2	
			PANFLETO 3	Meu Deus ergo as mãos aos céus e Suplico humildemente a Tua Benção! Meu Deus! Atende os rogos impetrantes de uma ínfima creatura. (...) Era esta a oração duma moça apaixonada que rezava pelo seu noivo
			PANFLETO 4	
			PANFLETO 5	
		Família	PANFLETO 1	
			PANFLETO 2	com a pequena pensão que se recebe, não se pode sustentar uma família
			PANFLETO 3	moça apaixonada que rezava pelo seu noivo (...) ao seu noivo estava predestinada uma singela sepultura (...) Querem também vocês causar a mesma dor às vossas mães, aos vossos irmãos e às vossas Noivas?
			PANFLETO 4	
			PANFLETO 5	<i>Quantas mães e quantas noivas terão que sofrer agora no Brasil!</i> Os poucos que talvez um dia regressarem ao seu lar, certamente não as poderão consolar

OBJETIVO 2	CATEGORIA Tema	SUB- CATEGORIA – tema-eixo	CONTEÚDO:	
Identificar a divulgação nos campos do adversário (no caso o Brasil sendo entendido como adversário) dúvidas sobre a natureza da causa defendida por seus soldados ou civis. Era uma busca por inculcar a idéia de derrotismo entre os inimigos.	dúvidas sobre a natureza da causa defendida por seus soldados ou civis	causa defendida	1	Para afastar do Brasil os seus melhores soldados!(...)
			2	Cada gota de sangue brasileiro vertida na Europa é em vão! Não temos que meter o nariz nas questões da banda de lá.
			3	exalava o último suspiro da sua jovem vida por interesses alheios à causa brasileira. (...) Então porque é que vocês ainda estão participando nesta luta contra os alemães, sem motivos justificáveis, e que é travada unicamente em prol dos capitalistas norte-americanos (...)
			4	Por isso você, sendo o melhor soldado brasileiro foi afastado do Brasil para morrer na Europa e nunca mais voltar a Pátria!
			5	No final das contas para quê e para quem é que vocês combatem aqui na Itália? (...) E porque vocês abandonaram a vossa terra , cheia de sol e radiante, e combatem agora aqui na neblina, na lama e na imundície, esperando o inverno horrível, com suas tempestades de neve e as intermináveis avalanches de neve?
		Apontamento de um novo inimigo: anti-americanismo	1	Vocês já pensaram porque e que os americanos vos Pagam tão bem? É para vos levar no pacote!(...) Quem ameaça as fronteiras brasileiras? O inimigo que já se encontra lá! (...) Quem é o verdadeiro inimigo do Brasil? É o americano imperialista que quer fazer do Brasil uma colônia!
			2	
			3	Então porque é que vocês ainda estão participando nesta luta contra os alemães, sem motivos justificáveis, e que é travada unicamente em prol dos capitalistas norte-americanos
			4	Porque não jorra petróleo? Os americanos não querem! Porque é que não se pode vender o café? Os americanos não querem! Porque é que o Brasil produz tão pouca borracha? Os americanos não querem! Porque é que a exploração dos minerais não está mais desenvolvida? Os americanos não querem! Os americanos querem tomar conta do Brasil para que os seus capitalistas possam explorar as riquezas da tua terra. (...)
			5	Final, é só porque os <i>americanos</i> – que não são estimados por ninguém neste mundo – procuram convencer-vos de que se trata de defender os interesses do Brasil.
		idéia de derrotismo	1	
			2	Tem cautela amigo e faz por regressar a casa são e salvo se poderes.
			3	Para quê morrer agora, se existe ainda outra possibilidade?
			4	
			5	O corpo esburacado pelas balas ou uma sepultura na Itália sempre deveriam ser melhor pagos. Sim porque não é outra coisa que vos espera, porque nós, soldados alemães, defendemos tenazmente e com pertinácia cada metro da nossa frente. Mas vocês próprios bem no devem ter sentido em Abetia. Quantas mães e quantas noivas terão que sofrer agora no Brasil! Os poucos que talvez um dia regressarem ao seu lar, certamente não as poderão consolar. (...) Soldados das vossas fileiras encontram-se agora junto de nós (...) o essencial numa guerra é voltar com vida ao seu lar. como prisioneiro, a probabilidade de permanecer são e salvo é muito maior!

OBJETIVO 3	CATEGORIA: tema	SUB- CATEGORIA Tema-eixo	CONTEÚDO:		
Caracterizar a guerra psicológica, onde a propaganda assume este papel, tratando-se de reforçar o moral dos seus combatentes (do emissor da comunicação), de dar boa impressão aos neutros e erodir o moral do inimigo	guerra psicológica	reforçar o moral dos seus combatentes	1		
			2		
			3	O bom senso vos dirá que é melhor furtar-se ao último e mais terrível episódio desta guerra passando para as linhas alemãs e aguardando o próximo fim da luta em paz e sossego num campo de prisioneiros, (...)	
			4		
			5	porque nós, soldados alemães, defendemos tenazmente e com pertinácia cada metro da nossa frente. Mas vocês próprios bem no devem Ter sentido em Abetaia (...)	
		dar boa impressão aos neutros	1		
			2		
			3	passando para as linhas alemãs e aguardando o próximo fim da luta em paz e sossego num campo de prisioneiros, para regressar então novamente ao querido Brasil, não pensando nunca mais nestes tempos horríveis que a todos torturam.	
			4		
			5	Notaram logo que aqui não se desconsidera nenhuma nação e nenhuma raça, e que todos os prisioneiros de guerra gozam do mesmo tratamento correcto. Boa comida, o seu pré – numa palavra: tudo o que lhes cabe segundo os tratados internacionais.	
		erodir o moral do inimigo	Através do regresso e da família	1	
				2	O que me deram foi a minha demissão e um par de muletas. Agora faço parte do exército de inválidos da guerra, que aumenta continuamente. Não sirvo para nada. Já não posso exercer a minha profissão nos caminhos de ferro. (...)O negócio não rende muito, mas com a pequena pensão que se recebe, não se pode sustentar uma família. (...) Tem cautela amigo e faz por regressar a casa são e salvo se pudeses.
				3	moça apaixonada que rezava pelo seu noivo Aristides José da Silva, incorporado no I Regimento da FEB. quando este, gravemente ferido, exalava o último suspiro da sua jovem vida (...) O Aristides perdeu sua vida conscientemente. (...) Para quê morrer agora, se existe ainda outra possibilidade? (...) aguardando o próximo fim da luta em paz e sossego num campo de prisioneiros, para regressar então novamente ao querido Brasil
				4	Por isso você, sendo o melhor soldado brasileiro foi afastado do Brasil para morrer na Europa e nunca mais voltar a Pátria!
				5	Quantas mães e quantas noivas terão que sofrer agora no Brasil! Os poucos que talvez um dia regressarem ao seu lar, certamente não as poderão consolar. (...)
			Através da pátria desprotegida	1	Porque é que querem afastar os melhores soldados do Brasil? Para que vocês não possam mais defender a vossa pátria dentro do Brasil! Quem ameaça as fronteiras brasileiras? O inimigo que já se encontra lá!
				2	Cada gota de sangue brasileiro vertida na europa é em vão! Não temos que meter o nariz nas questões da banda de lá
				3	
				4	Por isso você, sendo o melhor soldado brasileiro foi afastado do Brasil para morrer na Europa e nunca mais voltar a Pátria!
				5	
		Espírito de derrotismo	1		
			2	Tem cautela amigo e faz por regressar a casa são e salvo se pudeses.	
			3	Para quê morrer agora, se existe ainda outra possibilidade?	
			4		
			5	O corpo esburacado pelas balas ou uma sepultura na Itália (...). Sim porque não é outra coisa que vos espera, Mas vocês próprios bem no devem ter sentido em Abetaia. Quantas mães e quantas noivas terão que sofrer agora no Brasil! Os poucos que talvez um dia regressarem ao seu lar, certamente não as poderão consolar. (...) Soldados das vossas fileiras encontram-se agora junto de nós (...) o essencial numa guerra é voltar com vida ao seu lar. como prisioneiro, a probabilidade de permanecer são e salvo é muito maior!	

Reafirmamos que a análise apresentada trata-se, a partir de Bardin, de uma análise qualitativa do conteúdo, uma vez que as categorias foram construídas de forma não quantitativa. Assim o fazemos porque a partir deste momento, recorreremos ao uso de quantificação de índices, como pode ser visto no quadro abaixo:

	Tema-eixo	Panfleto 1	Panfleto 2	Panfleto 3	Panfleto 4	Panfleto 5	Total (%)
Objetivo 1	Pátria	-	-	X	-	-	60%
	Religião	-	-	X	-	X	40%
	Família	-	X	X	X	X	60%
Objetivo 2	Causa defendida	X	X	X	X	X	100%
	Antiamericanismo	X	-	X	-	X	80%
	Derrotismo	-	X	X	-	X	80%
Objetivo 3	Moral dos seus	-	-	X	-	X	40%
	Neutros	-	-	X		X	40%
	Erodir Moral família	-	X	X	X	X	80%
	Erodir Moral pátria	x	X	-	X	X	80%
	Erodir Moral Derrotismo	-	X	X	-	X	60%

Como podemos observar, um total de 100% da amostra selecionada lança dúvidas sobre a natureza da causa defendida pelos soldados brasileiros. Da mesma forma, um total de 80% da amostra selecionada apresenta os americanos

como um novo inimigo para os brasileiros, e 60% da amostra busca inculcar a idéia de derrotismo entre os brasileiros. Neste sentido, atingimos o Objetivo 1, pois podemos identificar a divulgação de dúvidas sobre a natureza da causa defendida pelos nossos soldados, onde havia uma busca por inculcar a idéia de derrotismo no nosso exército, inclusive com o apontamento de um novo inimigo, no caso, os americanos, através dos panfletos.

Dando seguimento à nossa análise, um total de 80% da amostra selecionada caracteriza a busca por erodir o moral do inimigo através de temas envolvendo seu regresso e sua família; 80% da amostra caracteriza a busca por erodir o moral do inimigo através de temas envolvendo a pátria desprotegida e 60% caracteriza a busca por erodir o moral do inimigo através de temas envolvendo a idéia de derrota entre os brasileiros. Assim, confirmamos o objetivo 3, que busca caracterizar a guerra psicológica, onde localizamos através dos panfletos a tentativa alemã de erodir o moral dos brasileiros.

Por fim, apenas 20% da amostra selecionada caracteriza a guerra psicológica através de temas como o reforço do moral de seus combatentes (alemães), e os mesmos 20% caracterizam a tentativa de causar boa impressão aos neutros. Independente do baixo índice, não consideramos as amostras significativas para mudar o sucesso da confirmação dos objetivos traçados. Como justificativa, apresentamos o que Bardin chama de “referência de contexto”, ao colocarmos que, como os panfletos estavam escritos em português era natural que tais temas aparecem em menor quantidade, pois a comunicação não era adequada para os alemães ou neutros compreenderem-na.

CONCLUSÃO

Procurou-se ao longo deste trabalho, uma reflexão histórica que englobasse novos sistemas para explicar a participação do Brasil na II Guerra Mundial. Consideramos que, em cada seqüência de acontecimentos, existe uma mistura intrínseca de **finalidade** e **causalidade**, e desta forma articulamos um conceito ao outro, a partir de mecanismos relacionados à **estrutura nacional** brasileira.

Ao caracterizarmos a **estrutura nacional** que se instaura no Brasil a partir de 1930, no primeiro capítulo desta dissertação, pode-se perceber que as decisões do dirigente (**finalidade**), tomadas independentes dos posicionamentos do povo, seguiam as orientações político-ideológicas de um projeto organizado.

Ao longo da década de 30, observamos a construção do personagem Getúlio Vargas, aliada à centralização de poder exigida pela ditadura autoritária do Estado Novo, que ampliou a livre elaboração de estratégias políticas de qualquer natureza, contando com o apoio das elites militar e civil.

O **Sistema da causalidade** por sua vez, busca localizar dispositivos de forças que impulsionem países para a guerra, localizados em realidades mais complexas. No nosso caso, determinamos o **nacionalismo** como um **valor essencial** característico no Brasil e que serviu de razão tanto por parte da população brasileira como pelo governo, para o enfrentamento bélico. Nessa lógica, seguindo os movimentos mundiais que caracterizaram o século XX nos seus primeiros anos, a busca pela unidade nacional brasileira tomou forma nos anos 30 e 40. Iniciativa da

sociedade civil organizada, alicerçada por medidas administrativas oriundas diretamente do poder executivo nacional, tal movimentação possibilitou apresentar o autoritarismo como alternativa viável para assegurar a coesão do povo brasileiro e, sendo assim, nacionalismo e autoritarismo tornaram-se complementares na formação da nova **estrutura nacional** do Estado brasileiro.

Dissemos anteriormente que as **forças** que Duroselle nos descrevia não eram necessariamente intrínsecas à coletividade: tais forças podem ser caracterizadas “organizadas” ou “profundas”, dependendo do contexto em que estão inseridas. As relações recíprocas entre as forças profundas e as forças organizadas são o ponto essencial de todo estudo político interno e de relações internacionais, e dessa forma, compreendemos que o mecanismo que relaciona a estrutura nacional brasileira com os sistemas de **finalidade** e **causalidade** está caracterizado pelas forças de **pressão** e **pulsão**.

No segundo capítulo, demonstramos que a propaganda político-ideológica difundida a partir do governo autoritário de Getúlio Vargas funcionava como força organizada de **pressão** para impulsionar a população a favor da participação brasileira na II Guerra Mundial. Essa estratégia fazia parte do projeto político-ideológico do governo, que aproveitou a situação como forma de fortalecer a unidade nacional, auxiliado pela criação de aparatos próprios para a difusão ideológica, representados e analisados nesta dissertação através das reportagens da Revista *Cultura Política*, em sua edição extraordinária, intitulada “O Brasil na Guerra”, de agosto de 1943. Nesse capítulo ainda, foi possível observar a quantidade de navios mercantes afundados e seus mortos, fato que mobilizou a sociedade em seu espírito

revanchista pela força de **pulsão**, uma população que fora atacada justamente em seus valores essenciais, os de defesa à pátria, à família, ao nacionalismo.

Apesar da entrada do Brasil na II Guerra Mundial coincidir com o período de desarticulação do Estado Novo, podemos considerar que o ideal nacionalista projetado por uma política organizada, já estava interiorizado na maioria da sociedade brasileira, e a decisão de participar ativamente na guerra, tomada pelo dirigente do período, foi combinada com o apoio popular, influenciados pelas forças de **pressão e pulsão**, que só se fizeram presentes devido à estrutura nacionalista e autoritária da política do período. Essa estrutura foi responsável pela organização da Força Expedicionária Brasileira – FEB, grupamento **real** específico, que foi submetido, não apenas às pressões e pulsões do conjunto da nação, mas também a uma **guerra psicológica** quando no *front* italiano.

Valores externos aos do Brasil confrontaram-se com os valores essenciais dos soldados da FEB, através da intervenção do elemento **aleatório**. Essa intervenção atuou através do uso de uma propaganda de guerra, conforme observamos e analisamos no último capítulo deste estudo. Mais do que imbuídos de armamentos pouco adequados para o confronto bélico, o praça febiano estava armado com valores essenciais irredutíveis perante a ameaça externa.

Para finalizar, compreendemos que houve uma campanha cívico-nacionalizadora buscando inculcar valores essenciais nos brasileiros da década de 30 e 40. Muitos desses brasileiros sofreram a força de pulsão em função dos ataques aos navios mercantes brasileiros. Nascendo assim um sentimento revanchista - tal

sentimento foi asseverado pela campanha de entrada do Brasil na Guerra, organizada pelo governo federal brasileiro do período, como uma força de pressão. Uma vez na guerra, os combatentes brasileiros foram literalmente bombardeados com idéias que confrontavam àquelas estabelecidas pela campanha da Revista *Cultura Política*, em comunicações em forma de panfletos, como observamos no terceiro capítulo.

Como consideração final podemos apontar para a ausência de desertores em número significativo nos pelotões brasileiros. Registra-se menos de cem desertores no universo dos vinte e cinco mil que embarcaram. Aparentemente, o espírito nacionalista brasileiro fora marcante na década de 40, mas questões como esta não devem ser resolvidas num estudo que se limitou a apresentar uma reflexão que englobasse novos atores históricos para a participação da guerra, mas que compreende que a pesquisa mais profunda é essencial para uma maior compreensão do processo histórico que envolve a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. **Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília: Editora da Universidade, 1981. (Coleção Pensamento Político Republicano).

AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas Estadista**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.

CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [s.d.].

Cultura Política, Rio de Janeiro, ano III, n.31, agosto de 1943. Edição Extraordinária: O Brasil na Guerra.

Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a F.E.B. Rio de Janeiro:Cobraci, 3ª edição, [s.d.].

DINIZ, Eli. Engenharia Institucional e Políticas Públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.**Rio de Janeiro:FGV, 1999.

DUROSELLE, Jean Bapstiste. **Todo Império Perecerá.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado.** Brasília: Editora da UNB, 1999.

FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Descobrimo o Brasil).

FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil, [s.d.].**

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores – A política cultural no Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: Ideologia, Propaganda e censura no Estado Novo.** São Paulo: Marco Zero, 1990

HENRIQUES, Major Elber de Mello. **A FEB doze anos depois.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

LAMOUNIER, Bolívar. Introdução In: AMARAL, Azevedo. **Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília: editora da Universidade, 1981. (Coleção Pensamento Político Republicano).

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Político autoritário na Primeira República – uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org).**História Geral da Civilização Brasileira**

LEIDENS, Sandra Maria. **O discurso estadonovista: retórica e realidade**. 195f. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 1993, PUCRS.

LEVINE, Robert M. **O Pai dos Pobres? Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. São Paulo: Bertrand Brasil, [s.d]

LINEBARGER, Paul. Guerra Psicológica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

MAGALHÃES, J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958

McCANN Jr., Frank. A Influência estrangeira e o exército brasileiro, 1905-1945. In: **A Revolução de 30, Seminário Internacional – CPDOC**. Brasília:UNB,[s.d.].

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Ministério do Exército – Estado Maior do Exército. **Manual de Campanha: Emprego da Infantaria**. 2ª edição. Brasília: DF, 1984.

MORAES, Marechal J. B. Mascarenhas de. **A F.E.B. pelo seu comandante**. São Paulo: Progresso Editorial, 1947. 2ª edição. p 21.

MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões - Relações Internacionais do Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência – A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NEVES, Luis Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. 234 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, UFRJ, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Ideologia e Poder no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

PAIM, Antonio. Oliveira Viana e o Pensamento autoritário no Brasil. In: VIANA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1990.

PINSKY, Jaime. O Brasil nas Relações Internacionais: 1930 – 1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1968.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, 1982.

SCHWARTZMANN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. **A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SENNA CAMPOS, Gal. Aguinaldo José. **Com a FEB na Itália, páginas do meu diário**. RJ: Imprensa do Exército:1970

SILVA, Hélio. **1942-Guerra no Continente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p.382.

Silva, Hélio. **1944 – O Brasil na Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SOARES, Leonércio. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**. Edição do Autor, 1984

TORRES, Andréa Sanhudo. **A Campanha Nacionalizadora cívico-educativa e a semana da pátria na imprensa de Porto Alegre (1937-1945)**. 240f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, PUCRS, 1997.

UDIHARA, Massari. Um médico na Infantaria. In: **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a F.E.B**. Rio de Janeiro:Cobraci, 3ª edição, [s.d.].

REFERÊNCIAS DA INTERNET

CARNEIRO, M. LUIZA TUCCI . Sob a mascara do nacionalismo - Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). São Paulo:Universidade de São Paulo. Artigo de Internet, disponível em: http://www.tau.ac.il/eial/l_1/carneiro.htm, acessado em 28/04/2005 – 05:15:11.

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37

ANEXO I

O papel do Brasil na guerra

JEFFERSON CAFFERY

Embaixador dos Estados Unidos da América

Neste primeiro aniversário da sua entrada na guerra que as Nações Unidas travam contra a pirataria internacional do Eixo, o Brasil pode rever com satisfação os passos dados até o presente: porque eles veem constituindo valiosos elementos para a vitória que se aproxima.

O rompimento das suas relações com os países agressores, logo após o memorável conclave que foi a Conferência de Chanceleres, revestiu-se de poderoso significado moral e político e delimitou, para os agentes inimigos que se encarniçavam na obra de infiltração e dissociação do todo americano, a inapelável derrota de esforços e propositos a que eles estavam condenados.

O que esse golpe representou para o triunfato sinistro que ensangüenta o mundo pode-se bem avaliar pela reação frenética e deshumana de Berlim e Roma, afundando vapores de comércio costeiro pacífico à vista da costa brasileira, assassinando indiscriminadamente homens, mulheres e crianças que viajavam na orla marítima da sua Pátria.

Não se fez esperar a resposta do Brasil. Ainda está na memória de todos o estrépio da onda de

"Foram os Estados Unidos a primeira nação do continente a sofrer o golpe da insídia e o ataque armado, e a solidariedade que lhe demos, então, sem hesitações, nós a sentimos retribuída agora de forma inequívoca no apoio fraternal do seu valeroso povo e na colaboração para repelir pela arma a agressão à nossa soberania. Tudo isso significa a existência de um movimento unânime de apoio e adesão nos povos americanos".

GETÚLIO VARGAS

justa indignação que varreu o país de norte a sul, apolando as medidas resolutas que o Governo tomava declarando guerra aos malfeteiros. Desde então, ombro a ombro com os Aliados, possuído da mesma determinação de aniquilar o inimigo comum, o Brasil vem desempenhando com decisão e eficiência o papel que as circunstâncias lhe ditam.

Transformou o seu solo em plataforma para a histórica manobra das tropas da Liberdade contra a África do Norte — o que permitiu o atual e triunfante desenvolvimento das operações de assalto à Itália fascista.

Abriu os veios mais férteis do seu subsolo às necessidades da indústria bélica das Nações Unidas, franqueou-lhes as suas florestas, de onde manam preciosos produtos, essenciais ao nosso esforço conjunto.

Enquanto fazia isso, preparava-se patrioticamente para a participação direta na luta armada.

Hoje o vemos emprestando uma colaboração valiosíssima nas atividades do patrulhamento do Atlântico, em cujas águas os seus bravos aviadores atacam os corsários que se atreveram a prosseguir na ronda covarde, à cata de outras presas inermes. Os navios da sua Esquadra, em fraterna comunhão com unidades das Nações Unidas, completam com dedicação e denodo essa vigilância indispensável. E o seu Exército, rico de elemento humano e de possibilidades materiais, converteu-se numa força moderna e pujante, espíritual e tecnicamente aprestada para combater com êxito onde for necessário.

Eis, em linhas gerais, a trajetória deste grande país em um ano de guerra.

O Brasil na Guerra

ANEXO II

Antecedentes na declaração de guerra

Reportagem especial de CULTURA POLITICA

DESDE as primeiras horas do dia 22 de agosto de 1942 circulam rumores, segundo os quais o Brasil, a partir desta data, reconhecerá o estado de beligerância para com a Alemanha e a Itália. De fato, às 18 horas, a notícia é afixada nos "placards" dos jornais e os vespertinos, em edições especiais, divulgam a nota fornecida pela Agência Nacional:

"O sr. Presidente da República reuniu hoje o Ministério, tendo comparecido todos os ministros.

Diante da comprovação dos atos de guerra contra a nossa soberania, foi reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras — Alemanha e Itália. Em consequência, expediram-se, por via diplomática, as devidas comunicações àqueles dois países.

Examinaram-se, em seguida, diversas providências atinentes à situação, ficando os ministros incumbidos de preparar os atos necessários.

Resolveu ainda o sr. Presidente da República que o Ministério, daqui por diante, se reúna semanalmente para assentar outras medidas exigidas pelas circunstâncias".

A intervenção do Brasil na guerra de 1914-18

Antes de comentarmos a entrada do Brasil na guerra, necessário se torna um ligeiro exame dos fatos que lavaram o Brasil a romper as relações de amizade com os países de tendências totalitárias e juntar a sua bandeira ao bloco das Nações Unidas.

Na conflagração atual, como na de 1914-18, após externarmos a nossa solidariedade aos Estados Unidos da América do Norte,

tivermos torpedeados, por vasos alemães, navios da nossa marinha mercante.
Igualmente, em ambos os conflitos, fomos tolerantes em face dos primeiros atentados.

O torpedeamento do "Paraná"

No decorrer de 1917, a Alemanha resolveu incrementar o torpedeamento de navios mercantes dos países neutros. Inúmeras notícias, entre as quais o Brasil, enviaram notas de protesto ao governo de Berlim, declarando que absolutamente não aceitariam o bloqueio dos submarinos germânicos e que a observância dos princípios exarados na nota oficial alemã significaria a ruptura das relações diplomáticas e comerciais. Tomava a situação um rumo cada vez mais grave, quando inesperadamente é divulgado nesta capital, pelo "O País", o seguinte telegrama:

"PARIS — 6 (P) — O agente consular do Brasil em Cherburgo telegrafou para esta capital dizendo que o vapor brasileiro "Paraná" foi metido a pique. A equipagem foi salva.

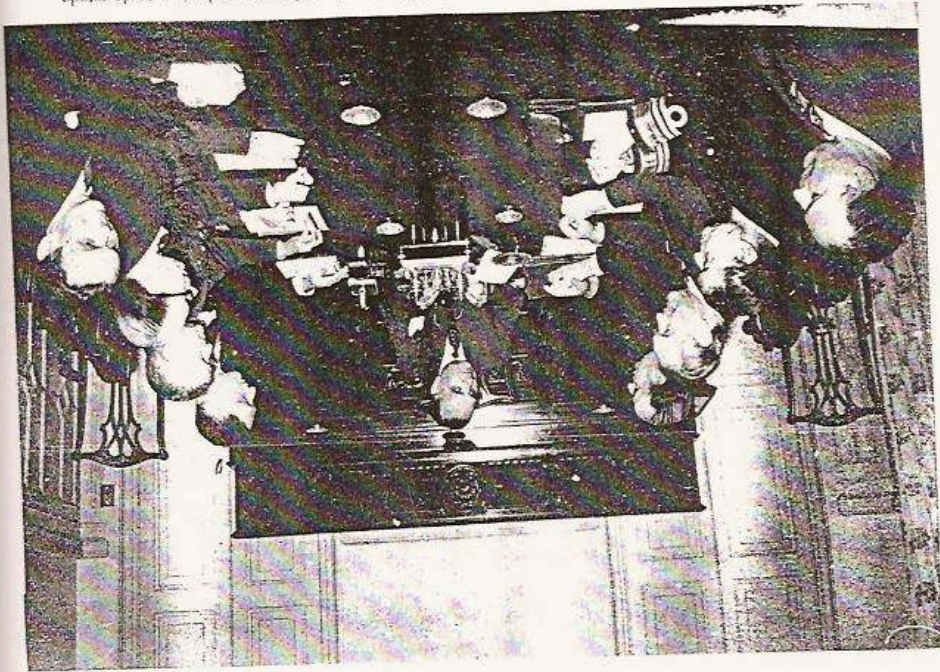
N. R. — O "Paraná", que pertencia à Companhia Comércio e Navegação, era o maior e melhor cargueiro de sua frota. Deslocava 6.000 toneladas e fazia a rota da Europa. No momento em que foi torpedeado transportava 95.000 sacas de café e feijão, que se destinavam ao porto do Havre. Possuia a tripulação de 40 homens e era seu comandante o capitão José da Silva Peixe".

Perpetrava-se, assim, a 6 de abril de 1917, a primeira agressão ao Brasil.

Retido nesse mesmo dia o Ministério, as altas autoridades do governo passaram a discutir as medidas e providências a serem adotadas. As opiniões eram divergentes. Uns manifestavam-se favoráveis à imediata ruptura de relações e declaração de guerra. Outros, mais moderados, preconizavam que se abrisse um inquérito, afim de apurar as responsabilidades. A última corrente saiu vencedora. Fimada a reunião, foi distribuída a seguinte nota:

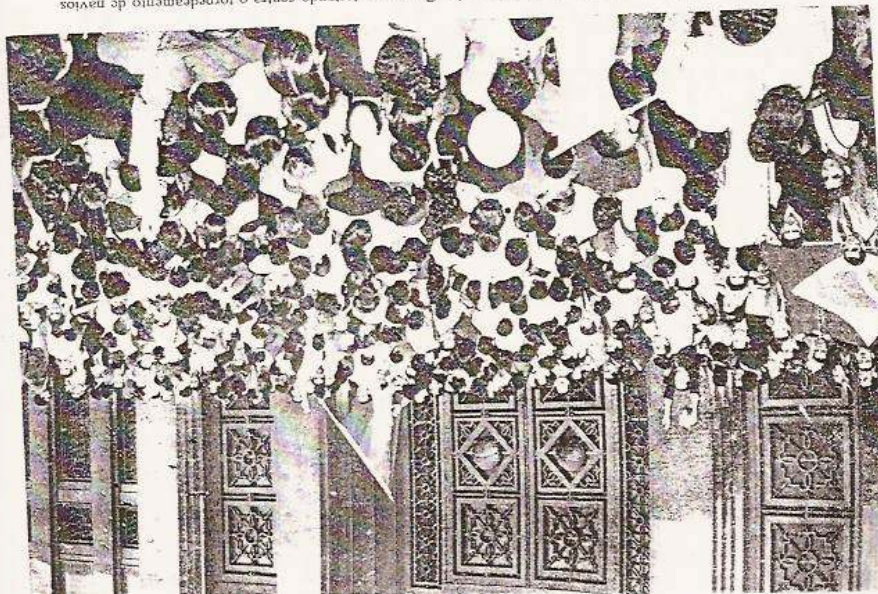
"Na reunião do Ministério em palácio, o Presidente da República, depois de expor a situação criada pelo torpedeamento do vapor "Paraná" e o conhecimento que o governo tem dos fatos, declarou sua resolução de agir com a altivez que reclama a dignidade nacional, só aguardando o inquérito oficial comprobatório dos fatos e circunstâncias agravantes, que o rodearam.

O governo solicitou esse inquérito pelo telegrafo e com urgência, de nosso ministro em França, que o terá de nosso consulado em Cherburgo".



(Cultura Política)

Um aspecto da reunião ministerial de 22 de agosto de 1917, da qual resultou o reconhecimento do estado de beligerância entre o Brasil e a Alemanha e a Itália.



Aspectos da multidão, em frente ao Ministério da Guerra, protestando contra o torpedeamento de navios brasileiros e pedindo a declaração de guerra. (Cultura Política)

O Brasil rompe com a Alemanha

O inquérito solicitado foi realizado o mais rápido possível, diante das provas conseguidas, o governo brasileiro não vacilou um só instante em procurar uma desatronta para a soberania nacional. Dessa forma, reunindo em seu gabinete os representantes da imprensa nacional e estrangeira, Lauro Müller, titular da pasta do Exterior, leu, e seguinte nota oficial:

"O Presidente da República, tendo em vista o resultado e as conclusões do inquérito mandado proceder, relativamente ao torpedeamento do vapor 'Paraná', apurou:

- 1.º) — que o navio viajava em marcha reduzida;
- 2.º) — que levava tôdas as luzes regulamentares, inclusive um grande disco com o nome "Brasil", em lugar alto e visível;
- 3.º) — que não teve qualquer intimação para a verificação de sua qualidade de navio neutro ou da carga que levava;
- 4.º) — que foi torpedeado sem aviso prévio, recebendo em seguida cinco tiros de canhão;
- 5.º) — que não foi constatado pelo submarino, que a guarnição avistou distintamente, nenhum socorro de salvação.

Verificando essas e outras circunstâncias, nos termos da nota dirigida ao governo alemão, de protesto contra o bloqueio de submarinos, e, de acôrdo com o telegrama do ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 13 de fevereiro, considerando essencial para os dois países que nenhum navio brasileiro fosse atacado, o Presidente da República resolveu romper as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha.

Estado de beligerância imposto de Kaiser

Registram-se novos atentados contra a nossa soberania. A campanha submarina ameaça tolher a liberdade dos mares. E quando a 25 de outubro de 1917, Venceslau Braz dirige ao Parlamento Nacional a seguinte mensagem:

"Senhores membros do Conselho Nacional.

Cumpro o penoso dever de comunicar ao Congresso Nacional que, por telegramas de Londres e de Madri, o governo acaba de saber que foi torpedeado por um submarino alemão o navio brasileiro "Macau" e que está preso o seu comandante.

A circunstância de ser este o quarto navio nesse pique por forças navais alemãs é por si mesma grave, mas esta gravidade sobe de ponto com a prisão do comandante brasileiro.

Não há como, senhores membros do Congresso Nacional, aludir a situação ou deixar de constatar, já agora, o estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha.

A prudência como que temos agido não exclue, antes nos dá a precisa autoridade, mantendo ileisa a dignidade da Nação, para aceitar os fatos como eles são e aconselhar representações de franca beligerância.

Se o Congresso Nacional em sua alta sabedoria não resolver o contrário, o Governo mandará ocupar o navio de guerra alemão que está ancorado no porto da Baía, fazendo prender a sua guarnição, e decretará a internação militar das equipagens dos navios mercantes que nos utilizarmos.

Parece chegado o momento, senhores membros do Congresso Nacional, para caracterizar na lei a posição de defensiva que nos tem determinado os acontecimentos, fortalecendo os aparelhos de resistência nacional e completando a evolução da nossa política externa à altura das agressões que vier a sofrer o Brasil.

Palácio da Presidência, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1917.
Venceslau Braz P. Gomes.

— Esta mensagem, presente a Câmara dos Deputados, foi logo distribuída a sua Comissão de Diplomacia e Tratados, que, no mesmo dia, ofereceu parecer sobre a matéria, subscrito pelos srs. Alberto Sacramento (presidente e relator), Nabuco de Gouveia, Augusto de Lima, José Maria, Manoel Vilaboim, Coelho Neto, José Tolentino e Sousa e Silva apresentando o seguinte projeto:

"Artigo único — Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o presidente da República a adotar as providências constantes de sua mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa nacional e segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações de crédito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário".

Em seu parecer dizia, entre outras coisas, aquela comissão: "Considerando-se que o Brasil está de relações notas com a potência que acaba de agredir de novo a sua soberania, atacando a vida e a propriedade de brasileiros e de terceiros protegidos pela sua bandeira, é claro que outro recurso não resta ao Congresso e governo brasileiros senão o de reconhecer o estado de guerra iniciado pela Alemanha contra o Brasil. A responsabilidade desta situação que somos levados a reconhecer exclusivamente aquela potência que, desprezando todas as regras do direito das gentes e as normas indispensáveis à convivência internacional, vem dia a dia generalizando as consequências da guerra que ela preparou ou desencadeou, ofendendo e agredindo, indiferentemente, os rodelans provam exuberantemente que o Brasil, com uma serenidade digna das suas tradições de nação paci-

fica, procurou evitar a guerra que a Alemanha agora torna inevitável. As gerações futuras, quando tiverem de apreciar a situação que o Brasil teve de aceitar, verificarão que ele só admitiu o penoso recurso da guerra no exercício do direito de legítima defesa, que nenhum povo pode recusar sem desprestígio ou diminuição da sua autoridade, da sua soberania e da sua dignidade. Tolerar a agressão a esses elementos vitais e indispensáveis à representação interna e externa de uma nação, sem lhe opor a precisa reação, equivaleria a abrir mão de algum direito natural, conferido aos povos cultos. O Brasil de modo algum podia conformar-se com os atos insólitos praticados pelos dirigentes e forças militares alemães contra as suas prerrogativas.

A Comissão de Finanças da Câmara manifestou-se imediatamente de pleno acôrdo com o pronunciamento da de Diplomacia. E o projeto, votado com a máxima rapidez pelas duas casas do Parlamento, transformou-se em lei no curto espaço de 24 horas.

A posição do Brasil nesta conflagração

Apesar de todo o nosso pacifismo, dos esforços para nos conservarmos à margem dos trágicos acontecimentos que vêm enlutando a Europa, apesar da prudência, do espírito de cordura manifestado constantemente pelo nosso governo, fomos arrastados no redemoinho trágico que da Europa estendeu seu raio de ação pelo mundo. Estamos em guerra, porque assim exigia a nossa honra, assim exigia o sentimento de todo o brasileiro. O governo não fez outra coisa senão sancionar o vontade do povo.

Em 1935, quando nenhum litígio internacional perdurava nas Américas, deliberou-se, por iniciativa do Presidente Roosevelt, a realização, em Buenos Aires, da Conferência de Consolidação da Paz. Nesse conclave, em que o ponto do Brasil foi defendido pelo chanceler Macedo Soares, ficaram delimitadas as futuras deliberações conjuntas Hemisfério Ocidental.

Sob vários aspectos, a Conferência da Consolidação da Paz representa o ponto de partida para as grandes deliberações conjuntas que o continente americano, a partir de 1935, tomaria, como uma só entidade. Era pretensão comum que o continente, a partir daquela demonstração de elevado estágio de cultura, continuasse a ser ambiente de tranquilidade e de respeito à dignidade humana. Quando os trabalhos tiveram início, entretanto, outras pretensões conjuntas não foram relegadas: os países americanos, festejando a paz continental, deliberaram também a sorte do Novo Mundo, aprovando medidas de interesse, como por exemplo a realização de reuniões de consultas dos diversos ministros das Relações Exteriores do continente, quando ameaças, partidas de fora, procurassem envolver qualquer povo desta parte do mundo.

Em todas as decisões o Brasil se salientou, colaborando com os demais países para a subsistência da fraternidade americana, principalmente nos transees difíceis da vida internacional, em que se verificasse a afronta a uma parte, do todo. Seguimos, sem nenhuma dificuldade, sem nenhum subterfúgio, a nossa tradicional política de amizade, sem nenhum subterfúgio, a nossa tradicional política de fraternidade.

Através dos projetos que levámos à discussão, conseguimos todos os objetivos que visávamos a bem da paz continental. Dentre estes, o que certamente mais se destacou pela sua repercussão futura, foi aquele que dizia respeito aos *bons officios e mediação*, projeto que incluía em seu texto: 1.º — recurso à mediação e aos bons officios, para solução pacífica de controvérsias entre países americanos; 2.º — que os países do continente no caso de um deles recorrer à guerra, estabelecessem um sistema de consulta entre os demais, a fim de evitar o conflito.

Desempenhámos, ainda, missão importante para que vingassem os projetos de acôrdo sobre "Manutenção, garantia e restabelecimento da Paz" e "Não intervenção". O primeiro desses projetos consagra, no seu primeiro artigo, o sistema de consulta entre os governos americanos, no caso de ameaça à paz continental, a fim de que sejam adotados métodos de cooperação eficiente. Esse projeto, de iniciativa argentina, não deixa de ser uma consagração da fórmula brasileira a que já aludimos.

A nossa condúta em Lima

Em dezembro de 1938, quando a Europa já se encontrava sob as ameaças da guerra total, o Brasil, pelo seu representante, o embaixador Afrânio de Melo Franco, teve oportunidade de reafirmar a sua política de solidariedade continental. Em 7 itens, resumimos a nossa condúta dentro do hemisfério: condenar a guerra; não auxiliar agressores; não ficar indiferentes à guerra entre terceiros Estados, mas cooperar para a sua cessação; julgar os casos em que se tenha resolvido o emprego de sanções; liberdade de ação quanto a tratados que não somos partes, e respeito absoluto aos que firmamos; reconhecer como direito permanente o princípio da defesa própria, e finalmente, pugnar pela universalidade da arbitragem, com a faculdade de livre escolha dos juizes, até a possibilidade da organização da justiça internacional.

A conferência do Panamá

Como fóra previsto em Buenos Aires, logo ao iniciar-se o presente conflito mundial, em setembro de 1939, os governos das repúblicas americanas reúniram-se, de 23 a 30 de setembro daquele ano, a fim de determinar a nossa condúta em face da guerra. Ai o pan-americanismo teórico, desenvolvido em todas as conferências inter-americanas anteriores, tomou aspectos práticos no tocante à união

continental. E pontos de vista do Brasil, expostos em Buenos Aires e Lima, atingiram, no Panamá, os seus objetivos. Tratámos, por assim dizer, os rumos da conferência. Batemo-nos pela criação do mar territorial, de uma zona de segurança continental. Levámos a debate um projeto sobre a cooperação econômica interamericana e outro sobre a navegação. Mas o que constituiu a norma de ação brasileira, nessa primeira reunião de consulta dos chanceleres das repúblicas americanas, foram as declarações feitas pela delegação do nosso país, no concernente ao mar territorial. Ai justificámos, a bem da proteção de nossas soberanias, a necessidade da existência de uma faixa de segurança comum a todo o continente, esperando, consoante o texto da nossa declaração, que "as nações beligerantes e as que futuramente vierem a entrar em guerra encarem e respeitem essa declaração a ser feita no Panamá".

Nasceu pois uma medida de proteção aos países americanos, sugerida pelo Brasil.

Em Panamá firmámos ainda, conjuntamente, a declaração de neutralidade em face do conflito europeu.

Os projetos apresentados em Havana

Na Conferência de Havana, realizada de 21 a 30 de julho de 1940, mais uma vez o Brasil despendeu os seus bons serviços para concretizar os princípios fundamentais do pan-americanismo. Apresentámos, nessa memorável segunda reunião de consulta dos chanceleres americanos, quatro projetos de suma relevância para a vida continental, inclusive o relativo à administração provisória de colônias européias na América e outro referente ao aperfeiçoamento do sistema de consultas, que mereceu franca aprovação.

O ataque a Pearl Harbor

O ataque desfechado pelos japoneses, a 7 de dezembro de 1940, contra os Estados Unidos veio ainda uma vez mais estreitar os laços de amizade e irrestrita solidariedade que ligam os destinos dos povos deste hemisfério. Imediatamente os seus governos expressaram a repulsa ao atentado, manifestando o desejo de por todos os meios cooperar no revide a essa afronta.

Pelo ministro das Relações Exteriores do Chile, Juan B. Rossetti, é dirigido a 9 de dezembro um comunicado ao Presidente do Conselho Diretor da União Pan-americana, onde é realçada "a conveniência de se convocar com toda a urgência uma Terceira Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, para considerar a situação criada e adotar as medidas mais adequadas exigidas pela solidariedade dos nossos povos e defesa do hemisfério..."

Das resoluções aprovadas na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942, algumas não poderemos deixar de relembrar aqui, uma vez que expressam a coesão dos países americanos: a relativa à ruptura de relações diplomáticas entre os países deste continente e as potências do Pacto Tripartite, em virtude do ataque japonês aos Estados Unidos, e a declaração de guerra da Alemanha e da Itália a essa grande nação da América.

Além dessa recomendação, a Conferência do Rio de Janeiro, sem nenhuma reserva, condenou a agressão de 7 de dezembro de 1941, das forças japonesas à América do Norte, justamente quando nesse país se celebravam conversações diplomáticas tendentes à solução pacífica de suas divergências. E, num gesto que bastaria para justificar todo o êxito da Conferência, as Repúblicas Americanas, elevaram à categoria de norma de Direito Internacional o princípio da política da boa vizinhança.

Ataques a navios mercantes em nossas costas

No dia 18 de agosto de 1942 o Departamento de Imprensa e Propaganda, pela sua cadeia de rádio-difusão, transmitia para todo o país a seguinte nota:

"Pela primeira vez, embarcações brasileiras, servindo ao tráfego das nossas costas no transporte de passageiros e cargas de um Estado para outro, sofreram o ataque dos submarinos do Eixo. Nestes três últimos dias, entre Baía e Sergipe, foram afundados os vapores Baependi e Anibal Benévolo, do Lóide Brasileiro, e o Araraquara, do Lóide Nacional S. A. O inominável atentado contra indefesas unidades da marinha mercante de um país pacífico, cuja vida se desenrola à margem e distante do teatro da guerra, foi praticado com desconhecimento dos mais elementares princípios de direito e de humanidade. Nosso país, dentro de sua tradição, não se atemoriza diante de tais brutalidades; e o Governo examina quais as medidas a tomar em face do ocorrido. Deve o povo manter-se calmo e confiante, na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e os bens dos brasileiros.

Em complemento à nota distribuída pelo Governo, cabe juntar que mais dois vapores brasileiros, o Itagiba e o Arará, vêm de ser também torpedeados por submarinos do Eixo, à altura do litoral da Baía.

Cumpre ainda esclarecer que a bordo do Baependi seguia para o Nordeste parte de uma unidade do Exército.

com reduzido efetivo em praças, das quais apenas algumas poucas eram reservistas convocados, não tendo, portanto, fundamento as notícias propagadas sobre elevadas perdas militares a lamentar".

A reação do povo e do governo

No dia seguinte logo pela manhã, grande massa popular foi ao Palácio Guanabara levar ao Presidente da República o seu protesto contra a brutal agressão à soberania brasileira.

Recebendo o povo, o chefe da Nação pronunciou num feliz improviso algumas palavras de compreensão do sentimento de pesar e exaltação patriótica que, no momento, enchiam aqueles corações vibrantes. Todos os brasileiros deviam participar desse sentimento, e ao mesmo tempo da revolta e da indignação com que fomos colhidos, de surpresa, por um ato de pirataria. Nada tínhamos feito para que os nossos navios mercantes, fazendo percurso nas linhas do litoral, fossem agredidos e afundados, desaparecendo marinheiros dos que os conduziam e oficiais e soldados do nosso Exército, como até descuidados passageiros.

Isso não devia ficar impune. Os navios pertencentes aos países agressores seriam incorporados ao patrimônio brasileiro, para pagamento dos prejuízos causados; os bens dos súditos do Eixo, adquiridos no Brasil — essa grande terra que lhes deu hospitalidade e onde fizeram fortuna —, seriam também responsáveis. Os quinta-colunistas, os espíões, todos aqueles que traíssem os interesses brasileiros e que teriam sido os denunciantes da partida dos navios afundados, todos os que houvessem trabalhado contra os interesses da Pátria, todos esses cujos padrões nos querem cortar as vias marítimas, iriam, de enxálio, de pé e picareta ao ombro, cortar estradas no interior do Brasil.

Terminou o Presidente Getúlio Vargas falando diretamente aos manifestantes. Que regressassem aos seus lares com a consciência tranqüila e de cabeça alta, levando aquela bandeira, que era uma fâmula de esperança e que deveria significar, para todos, que as ocorrências contra as quais se protestava não podiam afetar o coração do Brasil, porque o Brasil era imortal.

Notas do governo brasileiro aos governos da Alemanha e Itália

Em 21 de agosto de 1942, o Governo Brasileiro, pelo chanceler Osvaldo Aranha, enviou aos governos da Alemanha e Itália a seguinte nota:

"A orientação pacifista da política internacional do Brasil manteve-o, até agora, afastado do conflito em que se debatem quase todas as nações, inclusive deste hemisfério.

ANEXO III

A coerência histórica de uma atitude política

SILVIO PEIXOTO

Escritor e historiador.

"Tivemos a dignidade de revidar afrontas, guardámos o respeito a nós próprios, defendendo tenazmente a nossa forma de viver e os nossos deveres continentais, e, por isso, fomos agredidos e mais de seiscentos brasileiros perderam a vida, numa emboscada marítima executada com requintes de inaudita crueldade.

A nossa reação, brasileiros estive à altura da ofensa. Protestastes com indignação, sollicitastes por todas as formas de expressar a vontade popular que o Governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito.

A honra e os interesses mais sagrados da Pátria exigem, imperativamente, a atitude que tomámos. Agora nos sentimos de consciência tranquila, resolutos e dispostos, a defender os bríos legítimos do nosso povo, que nunca se ajustou às atitudes de servo e há de prosseguir independente e soberano".

GERÚLIO VARGAS

(Discurso pronunciado a 7 de setembro de 1942)

OS FENOMENOS sociais uma casta, que se supõe privilegiada, para não perder o predomínio que sente lhe fugir inexoravelmente das mãos. Nem por isso, contudo, a influência pessoal do governante deixa de descompenhar atuação predominantemente no cenário dos acontecimen-

"A Nação compreende e aplaude a atitude mantida até agora pelo Governo. A mesma serenidade deve ser observada daqui por diante, nesta verdadeira vigília de armas a que se submetem os povos que querem sobreviver livres e soberanos. Tudo empenharemos para que a tranquilidade dos lares, a ordem no trabalho, o constante esforço para progredir não sejam perturbados."

GERÚLIO VARGAS

CULTURA POLITICA

ios. Orientando as soluções, não sob o cunho das próprias tendências, mas de acôrdo com a tradição histórica, a coerência política e as aspirações contemporâneas de seu povo, conseguirá por certo levar a feliz termo a missão de confiança que lhe foi outorgada pelo desejo de uma nação.

Outra não tem sido a orientação seguida pelo presidente Getúlio Vargas em face da tremenda hecatombe desencadeada pelas hordas sanguinárias das ditaduras escravizantes do velho mundo. Desde o inicio do conflito que tem ido buscar a inspiração para suas atitudes na tradição histórica da política exterior de nosso país, que, embora muito jovem ainda, já possui no campo do direito internacional conceito firmado de intransigente coerência de atitudes dignificadoras.

Nação que prescreve o arbitramento, como solução obrigatória para os conflitos internacionais, o Brasil se compraz em viver sempre na mais pura atmosfera de cordialidade.

Se a obediência a semelhante princípio vale, por um lado, como sintoma de iniquivoca superioridade moral, pois o recurso primário da força bruta é prova de ancestralidade grosseira, devemos converter, por outro lado, que nem sempre tem êle deparado a interpretação que merece.

A nossa atitude perante a guerra

Jamais declaramos uma guerra. Em todos os conflitos em que, por força das circunstâncias, fo-

mos envolvidos, o primeiro tiro de um soldado brasileiro só foi disparado após um ato inofensivo de guerra contra nós.

Assim tem sido sempre. Só depois de invadidos ou agredidos, o que representa uma declaração de guerra da maneira mais prática possível, é que o Brasil quebra a sua neutralidade.

Assim foi, em 1864, quando so- breveio, sem prévia declaração de guerra, a agressão de Francisco Solano Lopez. Aceitámos o cartel afrontosamente lançado pelo ditador Lopez com o apreçamento, a 11 de novembro de 1864, em Assunção, do vapor brasileiro *Marquês de Olinda* e passagem de toda a tripulação e passageiros, entre os quais se contava o presidente da Província de Mato Grosso, coronel de engenheiros Frederico Carneiro de Campos. O nosso ministro acreditado em Assunção, César Sauvan, relatando de Buenos Aires, onde conseguira chegar graças à intervenção do ministro norte-americano Washburn, essas ocorrências ao nosso Governo, consignou, em sua correspondência, a seguinte frase que valia por uma profecia:

"Tenho firme convicção de que o Brasil inteiro se erguerá para lavar esta afronta."

Uma vez vitoriosos, não anexámos um palmo sequer de território ao nosso patrimônio geográfico, porque à reação armada fomos levados, não por desígnios imperialistas, mas para desatrontar a dignidade nacional gravemente ofendida.

Nas demais campanhas do Rio da Prata, a nossa intervenção foi

socilitada e se realizou no sentido de defesa da própria civilização sul-americana contra tiranias que assobertavam e oprimiam os povos platinos, os quais não trepidaram em invocar a solidariedade do Império do Brasil, então dirigido por normas, princípios e praxes do mais acendrado liberalismo.

Era essa a orientação política que se tornaria tradição histórica.

Assim foi ainda por ocasião da conflagração européia de 1914, quando a Alemanha, sobrepondo a onipotência do terror e o direito da violência ao senso moral de civilização, criou para todos os neutros uma situação de guerra forçada. Invadindo a Bélgica, transpunha o pórtico por onde a torrente de destruição germânica se precipitava sobre o mundo. O atentado contra a pátria do rei Alberto era uma ameaça ao direito de todos os povos. Dentro do âmbito da mais restrita neutralidade, ressalvamos com o nosso protesto a tradicional diretriz da política internacional do Brasil. Protesto que não poderia arranhar a situação de neutralidade em que nos havíamos colocado.

Para autorizar essa afirmação basta recordar, como Rui Barbosa já o fez, a atitude observada pelos Estados Unidos diante da situação da Grécia, esmagada entre os Estados Unidos levantaram os mais veementes protestos contra a violação dos direitos da Grécia pelo governo turco, e o primeiro desses presidentes, cuja política se assinalou pela energia dessa intervenção, foi o presidente Monroe, o autor, o patrono, o

iniciador notável da doutrina que recebeu o nome, e cujo objeto era alhear inteiramente a política americana de qualquer intervenção nos negócios da política européia. Pois bem. É do presidente Monroe o primeiro protesto contra a violação dos direitos da Grécia pela Turquia, e o seu sucessor, o presidente Adams, o acompanhou no mesmo terreno, nos mesmos protestos, com a mesma intensidade.

A justificativa histórica da nossa atitude

Não seria entretanto necessário ir buscar na pátria de nossos irmãos do norte a justificativa histórica de nossa atitude. Nos fastos de nossa história diplomática realça pela significação humanitária de seu conteúdo o "Protesto Saraiva", com que o Governo Imperial do Brasil reclamou a corte de Madrid contra o bombardeio de Valparaíso, em maio de 1866. E, do seguinte teor esse documento, que, pela oportunidade de seu sentido, reproduzimos na íntegra:

"A esquadra de Sua Majestade Católica, que hostiliza a República do Chile, bombardeou a cidade de Valparaíso, destruindo propriedade chilena pública e particular pertencente a suditos e cidadãos de potências neutrais. Este ato de *Excessiva e desnecessária* hostilidade produz no Brasil a mais penosa impressão. Neutral na guerra em que felizmente se acham empenhados o Chile e a Espanha, tem o Governo de Sua Majestade o Imperador cumprido, e cumprirá com o

CULTURA POLITICA

mais religioso escrúpulo, os de-
 veres que esta posição lhe impõe.
 Mas a par desses deveres tem
 elle outros que deve satisfazer.
 Não somente no interesse próprio:
 no dos demais Estados Americanos,
 no de uma causa que é com-
 mum a todas as nações civiliza-
 das, sejam ellas beligerantes ou
 neutras. A moderna civilização,
 respeitando os direitos dos beligerantes,
 tende a minorar os ma-
 les que resultam do estado de
 guerra: consegue proteger tanto
 a propriedade neutral como a ini-
 miga inofensiva, e condena todo
 o ato de hostilidade que não seja
 necessário. Valparaíso estava
 protegida por esta prática salutar.
 Não era uma praça de guerra:
 era uma cidade comercial, e en-
 cerrava, além de propriedade ini-
 miga inteiramente inofensiva, pro-
 priedade estrangeira e neutral de
 valor considerável. A sua des-
 truição em nada aproveitava à
 Espanha: não tirava recursos ao
 inimigo, nem influa directa ou in-
 directamente no éxito da guerra.
 Bombardeando aquella cidade,
 prejudicou a Espanha principal-
 mente os interesses neutrais e es-
 tabeleceu um precedente fatal que
 não pode ser sancionado nem
 mesmo pelo silêncio das demais
 nações. Todas ellas devem pro-
 testar, e o Brasil protesta. Em-
 penhado também em uma guerra,
 conhece o Governo Imperial pela
 própria experiência quanto con-
 vêm aos beligerantes que lhes
 seja impedido ou embarçado o
 exercicio dos direitos soberanos,
 mas procura diminuir os males
 que d'esse exercicio podem nascer,
 respeitando os interesses neutrais,
 concedendo-lhes tudo quanto é
 possível compreendendo mesmo do

uso dos seus direitos e deixando
 de praticar aquêles atos que não
 são indispensáveis ao seu objecto.
 O Governo Imperial, portanto,
 pronunciando-se nesta questão,
 apoia-se nos seus direitos como
 neutral e no seu procedimento
 como beligerante. O Brasil e a
 maior parte dos Estados Ameri-
 canos, novos ainda, não dispõem
 de todos os recursos precisos para
 se fazerem respeitar; e dissemi-
 nada a sua riqueza e a sua popu-
 lação ao longo das costas exten-
 sas e indefesas, estão sujeitos ao
 abuso da força e necessitam por
 isso que sejam mantidas as máxi-
 mas da civilização moderna, que
 constituem a sua principal e mais
 eficaz protecção.

O nosso protesto e mais o de
 outras nações civilizadas etíca-
 ram a sanha sanguinária do bar-
 barismo germânico, que passou a
 adotar a deshumana guerra sub-
 marina.

Menosprezo ao direito das gen-
 tes, consistia essa tática de pira-
 taria em meter a pique os vasos
 mercantes de quaisquer nações
 neutras focalizados pelos peris-
 cópios dos submaríveis corsá-
 rios, sem aviso prévio nem con-
 sideração alguma para com as
 vidas humanas ali transportadas.
 Era, portanto, uma declaração de
 guerra, mas uma declaração de
 guerra agravada pela ilegalidade,
 pela deshumanidade, pela bruta-
 lidade, pelo inaudito da provo-
 cação.

Os Estados Unidos sentem os
 efeitos desta campanha
 Os Estados Unidos foram dos
 primeiros a sentir os efeitos dessa
 infame campanha, com o afun-

damento de unidades de sua ma-
 rinha mercante com perda de vi-
 das humanas. (*) Segundo a
 indicação do presidente Wilson,
 o Congresso Americano, na re-
 solução de 6 de abril de 1917,
 respondia do seguinte modo aos
 crimes da solerte campanha:
 "Considerando que o Governo
 Imperial Alemão tem cometido
 repetidos atos de guerra contra o
 Governo e povo dos Estados Uni-
 dos da América: resolvem o Se-
 nado e a Câmara dos Representan-
 tes dos Estados Unidos da
 América, reúnidos em Congresso,
 que seja formalmente declarado
 o estado de guerra entre os Es-
 tados Unidos e o Governo Impe-
 rial Alemão, que deste modo tem
 sido imposto aos Estados Uni-
 dos."

Ao Brasil coube dolorosa con-
 tribuição que a insânia germanica
 reclamava do mundo civilizado.
 Surda aos nossos energicos pro-
 testos contra o bloqueio incondi-
 cional, sabendo, não por palavras,
 equívocos, mas por atos positivos,
 que o Brasil estava sendo uma
 nação rigorosa e lealmente neutra,
 não trepidou a Alemanha em tor-
 pedear o Paraná, navio de nossa
 frota mercante.

Ao invés de assumirmos desde
 logo uma attitude extrema, direito
 allás que nos assista, além do
 mais por terem percido no ata-
 que três cidadãos brasileiros, li-
 mitamo-nos, de accordo com o
 sentido pacifico de nossa tradi-
 ção, a romper apenas as relações

diplomáticas e comerciais com o
 poderoso Império Alemão.
 Ante, porém, a attitude dos Es-
 tados Unidos aceitando o estado
 de guerra que a Alemanha lhe
 impunha, sentimo-nos no dever,
 não em virtude de tratados, mas
 em face da tradição de nossa po-
 litica continental, de manifestar
 a nossa solidariedade aquêle
 grande povo na situação delicada
 em que se encontrava. Para efe-
 tivação de nosso gesto, enviou o
 presidente Venceslau Brás, a 21
 de maio de 1917, a seguinte men-
 sagem solicitando a revogação da
 neutralidade:

"Srs. Membros do Congresso
 Nacional — Na mensagem por
 mim apresentada ao Congresso
 Nacional, a 3 do corrente mês,
 creto n. 12.458, de 25 de abril
 último, sobre a neutralidade por
 parte do Brasil, perante o estado
 de guerra entre os Estados Uni-
 dos da América e o Governo do
 Império Alemão.

Assim o fiz, embora suspensas
 as relações diplomáticas e comer-
 ciais com a Alemanha, segundo
 a regra geral até então admitida,
 em obediência ao decreto núme-
 ro 11.037, de 4 de agosto de 1914,
 que consubstancia os preceitos
 das duas convenções assinadas
 pelo Brasil, na Haia, referentes
 aos direitos e deveres das potên-
 cias e pessoas neutras, mas dei-
 xando de usar nesse documento
 dos termos empregados em atos
 anteriores dessa natureza e man-

(*) Segundo estatística publicada nos Estados Unidos, até o dia 3 de
 abril de 1917 foram afundados pelos submarinos alemães 686 vasos mercantes
 neutros, sendo: 410 noruegueses, 111 suecos, 61 holandeses, 50 gregos, 33 he-
 panhóis, 19 americanos, 1 peruano e 1 argentino.

dando apenas que as autoridades observassem e cumprissem as regras de neutralidade, enquanto o contrário não lhes fosse ordenado. O Governo não podia ir além; mas a Nação Brasileira, pelo seu órgão legislativo, poderá, sem inconsiderar que um dos beligerantes é parte integrante do Continente Americano e que a esse beligerante estamos ligados por uma tradicional amizade e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios aceitos de Direito Internacional.

Tem sido esta sempre a conduta do Brasil; a República mantém-se fiel à tradição ininterrupta da sua política externa; hoje não poderá repudiar as idéias que inspiraram a nota-protesto do Império do Brasil, em 15 de maio de 1866, quando uma esquadra européia bombardeou uma cidade sul-americana.

A nossa orientação já então era que as nações do Continente, de riqueza e de população disseminadas ao longo de costas extensas e indefesas, necessitam, mais que outras, que sejam mantidas as máximas da civilização moderna e que constituem a sua principal e mais eficaz proteção.

Accentuando por fim que a política de solidariedade continental não é a política deste período de Governo nem deste regime, mas a política tradicional da Nação Brasileira, submeto o assunto ao julgamento do Congresso Nacional, convencido de que, se porventura alguma resolução for adotada, ela afirmará a feliz in-

teligência que deve existir entre o Brasil e os Estados Unidos." Antes que a Câmara houvesse resolvido sobre a mensagem, deu-se o torpedeamento de outro navio brasileiro, o *Tijucas*, o que profundamente repercutiu na opinião pública, dando origem a que ao projeto de revogação de neutralidade fossem acrescentados dispositivos autorizando o Governo a utilizar os navios alemães ancorados nos Portos do Brasil. Não ficaram às as agressões. Ainda outro navio nosso, o *Mácaui*, foi torpedeado por um submarino alemão e o seu comandante feito prisioneiro. A notícia tornou-se conhecida a 25 de outubro, e no dia imediato era proclamado o estado de guerra entre a República dos Estados Unidos do Brasil e o Império Alemão.

A proclamação do Presidente da República

Reconhecido pelo Congresso o estado de guerra a que fomos atormentados pela força dos acontecimentos, o presidente da República dirigiu aos governadores dos Estados a seguinte proclamação:

"Impellido a reconhecer o estado de guerra, que não desejei e que foi obrigado a aceitar, depois de uma neutralidade modelar, em vista dos crescentes e graves atentados à nossa bandeira, praticados pelo Governo alemão, nela entrou o Brasil para defender sagrados direitos, formando ao lado dos que há mais de três annos, se vêm batendo pelos conquistados da civilização e pelos direitos da humanidade, tendo já iniciado atos de franca beligerância, de acórdio com a delibera-

ção do Poder Legislativo. E' a paz a aspiração permanente do país, foi ela em todos os tempos o ideal da nação, educada nas normas do trabalho pacífico, do progresso na ordem, do respeito dos direitos alheios. Desde os primeiros dias da Independência, nossa ação internacional jamais se exerceu em detrimento de quem quer que fosse. Nossa extensão de linha de fronteiras, nós a fixamos pelo acórdio e o arbitramento. Nenhum outro país oferece como o nosso a prática dêsse recurso admirável da arbitragem como solução dos litígios internacionais. Nunca tivemos guerra de conquista. E a indole do nosso povo está a indicar, em largos annos de vida laboriosa, que nós nos movem outros intuitos que os da paz e do trabalho, entrando na guerra, a que outros povos já deram o melhor do seu sangue e dos seus cidadãos. Do litoral aos sertões, cada brasileiro cumprirá seu dever como êle sempre entendeu e entende que deve cumprir.

Na luta sangrenta cujas surpresas dia a dia anulam os mais avulsos cálculos, a lição está, porém, a mostrar exemplos e situações que convém não desprezar. E' necessário que se dissipem tôdas as divergências internas e que a nação apareça una e indivisível em face do agressor: para isso o Governo aconselha e espera de tôda a República o maior acatamento às suas decisões. A imprensa, que nunca faltou com o seu patriotismo nos momentos graves, se dispensará de discussões inopportunas. Nossas tradições liberais ensinaram sempre o respeito às pessoas e bens do ini-

migo, tanto quanto forem compatíveis com a segurança pública, e assim devemos proceder. E' oportuno que aconselhemos a maior parcimônia nos gastos de qualquer natureza, publicos ou particulares. Intensifique-se, tanto quanto possível a produção dos campos, afim de que a fome, que bate já às portas da Europa, não nos aflija também; e antes posamos ser o celeiro de nossas aliadas. Estejam tôdas as atenções alerta aos manejos da espionagem, que é multiforme, e emudeçam tôdas as bocas quando se tratar do interesse nacional."

Satisfazendo assim a necessidade do momento politico da dignidade nacional, dos compromissos continentais, dos deveres para com a civilização e a humanidade, o Brasil seguiu o curso de sua tradição histórica.

A paz assinada em 1918

A paz que em 1918 voltou ao mundo não deveria representar apenas a cessação das lutas nos campos de combate.

A humanidade, extenuada pelos sofrimentos, saturada pelo barba-rismo, ansiava pelo advento de uma nova era de paz definitiva, de respeito aos direitos dos fracos, onde as ambições dos conquistadores megalomaniacos do poderio encontrassem na harmonia universal a barreira para seus funestos desígnios.

Ainda uma vez para o coração da Europa — A Conferência da Paz — se voltaram todos os pensamentos, tôdas as vontades todos os desejos.

CULTURA POLITICA

Wilson, que ganhara a guerra para a humanidade, procurava ganhar a paz para o mundo no sonho que a ambição dos homens não deixou tornar-se realidade — A Liga das Nações.

Sentiu-se que as armas não tinham sido atiradas nas forjas para serem transformadas em máquinas de progresso.

Estavam apenas ensarilhadas. Ao menor pretexto, seriam assediadas novamente contra a humanidade.

A fagulha de ódio ardia no âmago da mentalidade germânica, esperando a oportunidade para crepitar em enorme fogueira. A Alemanha banira um imperador para ser dominada por um tirano. A ele caberia a missão de ser o patrono da execrável obra. Idoou a mística do ódio. A religião do terror.

A nova seta criava prosélitos. Tomava vulto.

Irrompeu finalmente o incêndio na Europa central, ameaçando alastrar-se pelo mundo inteiro.

O ataque do novo mundo
A 7 de dezembro de 1941, uma labareda atinge a América.

O ataque a Pearl Harbour foi o toque de alerta para os povos do novo mundo. A agressão repercutiu em todo o continente, que, pelo III Reúnião de Consulta dos Chanceleres, decidiu o destino da América.

Inaugurando a Reunião, o Presidente Getúlio Vargas sintetiza a posição que a tradição histórica nos estava a indicar.

Não é a voz isolada de um homem falando por uma multidão. É uma nação inteira se expressando pela boca de um só homem:

... Em dezembro de 1941, por força de alianças ofensivas, tipo de conflito felizmente desconhecido na América, o conflito — nascido das contradições europeias e já alastrado à Ásia e à África — assumiu o aspecto de conflagração geral e tornava-se uma ameaça às nossas soberanias.

A agressão aos Estados Unidos, no Oceano Pacífico, a que se seguiu a declaração de guerra da Alemanha e da Itália ao grande país amigo, tinha, necessariamente, de agrupar-nos ainda uma vez.

Aqui estamos, portanto, representantes soberanos da família americana de pátrias livres e amantes da paz, para reafirmar à nação bruscamente atacada a nossa solidariedade unânime e resolver, com prudência e decisão, o que convier à segurança e à proteção dos nossos povos.

O programa desta terceira conferência, elaborado por uma comissão ilustre de homens públicos afetos ao trato dos problemas comuns, dita a ordem das questões a regular, atribuindo às de defesa a primazia que não podem deixar de ter.

A esse respeito a firme atitude e a conduta do Brasil são conhecidas e claras.

Desde 7 de dezembro — data que constituirá um marco novo na vida das nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao Continente Americano — assumimos

posição decidida, coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes, relembrados e realçados mais de uma vez nos últimos tempos.

É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para assalto a nações irmãs. Não mediremos esforços para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada, afim de evitar que, portas a dentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou pôr em perigo a segurança das Américas.

A segunda parte da agenda dos vossos trabalhos, senhores, cogita reforçar as bases e aperfeiçoar os métodos de colaboração econômica.

Foram dez dias de estudo metódico da situação, findos os quais, em sessão pública de encerramento, o chanceler Oswaldo Aranha — não conseguindo esconder a emoção que lhe causava aquêl momento histórico — em palavras candentes de entusiasmo e civismo, define a atitude do Brasil, nos seguintes termos:

... Não nos reúnimos aqui como homens, nem como governos, mas como povos, e por isso podemos, em nossas decisões, restabelecer em sua afirmação benfazeja e gloriosa os valores morais que associam as nações americanas contra o obscurantismo alucinado que ameaça destruir a nossa união, conspurcar os

nossos direitos e violentar a fraternidade continental.

Gloriosa é esta Conferência, porque é uma declaração de princípios de honra, de confiança no espírito, de coordenação de todas as energias continentais para a defesa do território geográfico, política e espiritual de cada um e de todos os americanos.

Discutimos durante dez dias todas as nossas possibilidades e fizemos um balanço supremo das nossas energias e da vitalidade dos nossos povos. Discutimos porque pensamos e porque somos livres. Temos o orgulho de possuir uma opinião nesta época dolorosa em que nem aos fortes se quer reconhecer esse direito de viver e de pensar.

Além do mais, esta Conferência é a maior afirmação histórica da imortalidade da democracia, porque os seus resultados não se apresentam como vontade de um só e sim como uma vontade de todos.

Nenhuma nação fez sua a vontade de um outro povo, mas todas as nações da América hoje só têm uma vontade. Esta vitória da democracia sobre si mesma é a preliminar básica e a credencial maior com que a América se apresenta para assegurar a todo o mundo a liberdade e o bem-estar.

... O Brasil, meus senhores, em toda a sua história sempre teve como decisivo o valor de sua palavra. Recebemos de nossos antepassados esse patrimônio moral incomparável e o defendemos com todas as nossas forças. Estamos dispostos a todos

os sacrifícios para a nossa defesa e a defesa da América. Nosso povo, que evoluiu na paz, que formou sua mentalidade no acolhimento fraternal de todos os homens de boa vontade, tem em seus estatutos nunca violados o repúdio à guerra de conquista. Não acreditamos que a guerra seja elemento de civilização ou de evolução. Não acreditamos que a guerra seja capaz de assegurar a felicidade dos povos. Nosso progresso não se processou com o espírito dominado pela obsessão da guerra. E, como todas as nações amam a paz, fomos até imprevidentes em nossa defesa, porque os recursos do povo os aplicamos em benefícios diretos do povo e nunca contra outros povos.

A neutralidade do Brasil

A neutralidade do Brasil foi sempre exemplar, mas nossa solidariedade com a América é histórica e tradicional. As decisões da América sempre obrigaram o Brasil, e mais, ainda, as agressões à América. Essa foi a nossa História, essa há-de ser a nossa História, porque o curso do tempo não reduziu, antes aumentou nos brasileiros, não só a confiança em si mesmos, mas a consciência da solidariedade com os seus irmãos americanos.

Esta é a razão pela qual, hoje, às 6 horas da tarde de ordem do Sr. presidente da República, os embaixadores do Brasil, em Berlim e Tóquio, e o encarregado de negócios do Brasil em Roma passaram nota aos governos junto aos quais estão acreditados, co-

municando que, em virtude das recomendações da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o Brasil rompia suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão. . . .

Outra não poderia ter sido a nossa atitude. Cumprindo a palavra empenhada seguimos o curso centenário de nossa política continental. Se outra das nações neutras americanas tivesse sido a vítima do covarde atentado, a nossa posição teria certamente sido idêntica à que assumimos em face dos Estados Unidos, nossos velhos amigos e aliados naturais, há mais de um século. Ninguém melhor que Rodrigues Alves para endossar o nosso conceito.

"Tenho grande satisfação em ver que cada vez mais se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Concorrendo para isso, não tenho feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa Independência e invariavelmente observada por todos os Governos que o Brasil tem tido".

Outra não poderia ter sido a nossa atitude, embora soubéssemos que contra nós se iriam desencadear ódio mortal dos inimigos da dignidade humana.

Não tardaram as represálias.

A 16 de fevereiro foi torpedeado o *Buarque* e dois dias após o *Olimda*. Em março o *Arabutari* e o *Cairi* foram postos a pique.

Seguiram-se o *Cabedelo*, o *Paranáíba*, *Comte*, *Lira*, *Gonçalves Dias*, *Alegrete*, *Pedrinhas*, *Tamandaré*, *Barbacena* e *Piave*.

A população vibrava de indignação ante esses covardes atentados à nossa soberania.

De 15 para 16 de agosto, mais cinco unidades mercantes brasileiras foram afundadas pelos corsários do Eixo.

A alma popular, numa justa eclosão de revolta, clamava pela declaração de guerra.

Reine-se o Ministério.

Quebrando a praxe em tais reuniões, o primeiro a falar é o próprio Presidente, para solicitar a medida extrema, assumindo, como intérprete da consciência nacional, inteira responsabilidade do fato histórico.

Agindo de acôrdo com a tradição histórica, a coerência política e as aspirações contemporâneas do povo brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas aceitou a guerra que lhe era imposta pelos inimigos da civilização.

A atitude política do presidente era a continuação da coerência histórica do Brasil.

ANEXO IV

A diplomacia brasileira e a guerra

JAIME DE BARROS

Chefe da Seção de Publicações do Ministério das
Relações Exteriores.

A CONDUITA internacional do Brasil, em relação aos acontecimentos políticos da Europa, nas vésperas da guerra e depois de iniciadas as hostilidades, orientou-se sempre em conformidade com as deliberações e compromissos assumidos nas sucessivas conferências internacionais americanas. Nelas, ao lado dos Estados Unidos, mantivemos uma orientação uniforme, no sentido do fortalecimento do espírito panamericano e dos preparativos para a defesa coletiva do continente.

"Não é demais acentuar, nesta oportunidade, que os nossos rumos, tanto em política interna como externa, são claros e definidos. Utilizando a força das nossas tradições cristãs, pondo em ação as nossas qualidades de povo laborioso e pacífico, organizamos e disciplinamos a nossa vida em função de uma unidade material e moral, cada vez mais sólida e estreita, de todos os brasileiros, com o fim de construir uma Nação próspera e capaz de se fazer respeitar. A liberdade de governar-se é atributo inalienável da soberania, e nós a usamos sem pretender incluir na organização dos outros povos. Dentro do continente, permanecemos fiéis aos nossos compromissos de solidariedade, prontas ao sacrifício pela defesa comum. Os países americanos sabem que podem contar conosco para reagir a qualquer agressão e repelir violências injustas."

GETÚLIO VARGAS

Os fatos haviam indicado cedo os perigos que nos ameaçavam e a grande República do Norte. Chegaram até nós, embora ainda amortecidos, os choques da luta subterrânea no velho continente, onde andava de novo a solta o espírito de conquista e o instinto de rapina de povos habituados à política pedratória e sanguinária da guerra. A experiência do passado deixava bem claro aos homens de governo no Rio de Janeiro e em Washington que não

poderíamos fugir ao conflito que se aproximava. Trazia fatalmente a luta a alastrar-se, envolvendo-nos no seu torvelinho. Representavam os Estados Unidos uma poderosa força contrária às doutrinas e às ambições dos países totalitários e militaristas. Encontrava-se o Brasil, em consequência de sua posição geográfica diante da África, em condições estratégicas para pesar na balança da guerra.

Seríamos, assim, na América, as duas nações logo atingidas, direta ou indiretamente, e o grande perigo estava em deixarmos enganadoras, esquecendo a terrível ameaça que pairava sobre nós, pronta a concretizar-se na agressão, no momento oportuno.

Foi em face dessas previsões, de uma exatidão absoluta, que começamos, com os Estados Unidos, a preparar uma política defensiva, que não interessava apenas aos dois países mas a todo o continente. O primeiro passo nesse sentido, quando se avolumavam as

Interesse comuni de Estados soberanos.

nuvens da tempestade próxima sobre a Europa, foi a convocação, pelo Presidente Franklin Roosevelt, da Conferência de Consolidação da Paz, em Buenos Aires, em 1936. Durante os seus preparativos em Washington, o Brasil, ali representado pelo embaixador Oswaldo Aranha, que depois integrou a nossa delegação, firmou sua orientação, de decidido apoio aos Estados Unidos, mais tarde ratificada no Rio de Janeiro, no encontro entre os presidentes Roosevelt e Getúlio Vargas, quando o primeiro se dirigia para Buenos Aires, a fim de presidir a grande assembléa.

Ali, em meio de sérias dificuldades, citadas por países ainda refractários à idéa da união defensiva da América, os Srs. Cordell Hull, Sumner Welles, Macdonald Soares e Oswaldo Aranha mantiveram íntima cooperação, constituindo todos um bloco de resistência aos desvios de rumos, transformando-se em verdadeiro centro de gravitação da Conferência. Firmou-se, afinal, de accordo com a política de neutralidade da América, o sistema de consulta entre os países americanos, diante de ameaça à segurança, soberania e integridade de qualquer um deles. O sistema funcionaria ante qualquer manifestação hostil ou ato de força. A forma da redacção da "Declaração de princípios sobre a Solidariedade e Cooperação Interamericana", depois de vários debates, em que se fez sentir a resistência da Argentina, ficou um pouco ambigua, falando-se vagamente em "qualquer ato susceptível de perturbar a paz na América". Mas a semente estava lançada.

designar representante que substituía seu ministro das Relações Exteriores.

Deflagrada a guerra na Europa, não nos afastamos das normas dessa política de solidariedade, de natureza nitidamente defensiva. Dela não nos afastamos enquanto nenhuma ameaça ou ato de força não nos atingia ou a qualquer país americano. No dia 2 de setembro de 1939, o Sr. Getúlio Vargas baixou o decreto, referendado por todo o ministério, mandando observar "Regras Gerais de Neutralidade", "para resguardar a neutralidade do Brasil no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas".

A política continental era de neutralidade defensiva e ficávamos dentro dos seus postulados, diante da guerra na Europa.

Na I Reunião de Consulta do Panamá, realizada de 23 a 30 de Setembro de 1939, essa orientação geral foi confirmada, reafirmando-se a solidariedade dos povos americanos, com um apelo para que fosse restabelecida a paz no mundo. Exigiu-se que os "direitos e a posição de neutralidade" dos países americanos fossem "plenamente respeitados e observados por todos os beligerantes e por todas as pessoas que ajam em nome, em representação ou no interesse dos beligerantes". Fixaram-se ainda os limites do "mar continental", numa tentativa para manter a guerra fora das nossas águas.

Os incidentes verificados em águas brasileiras.

Mas não tardaram os incidentes nas próprias águas territoriais dos países americanos, numa cla-

ra e ostensiva demonstração de que se trazia a guerra até o nosso hemisfério. O Brasil, que subscriveva todas aquelas deliberações das Conferências Interamericanas, deu o seu apoio ao protesto continental no caso do Graf Spee, formulou êle próprio o seu protesto ao ser afundado em suas águas, pela própria tripulação, o Wakana, navio alemão, intimado a render-se por vasos de guerra britânicos, bem como na detenção, pelos mesmos, do "Mendoza".

Quando se reuniu em Havana, de 21 a 30 de julho de 1940, a II Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, já a impressão dominante era, em face de tais antecedentes e de outros sinais visíveis, que se tornara impossível manter-se o contínuo afastado da guerra. Atentava-se abertamente contra sua neutralidade. Votou-se, entre outras, ali, a Resolução XV, relativa a "Assistência recíproca e Cooperação defensiva das Nações Americanas", em que se declarava: "Que todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território ou contra a soberania ou independência política de um Estado americano será considerado como um ato de agressão contra os Estados que assinam esta Declaração."

No caso em que se executem atos de agressão, ou que haja razões para crer que se prepara uma agressão por parte de Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou a independência política de um Estado americano, os Estados signatários da

presente. Declaração consultar-se-ão entre si para combinar as medidas que, for necessário tomar.

Era a previsão segura de uma agressão próxima e do método a adotar para repeli-la. Os Estados Unidos e o Brasil viam-se envolvidos pelas nações totalitárias empenhadas em embarçar o seu comércio e as legítimas transações que realizavam com a Inglaterra. A queda imprevista da França tornara-se ainda mais arrogantes, na presunção da vitória certa e do próximo domínio, que exerceriam sobre o mundo. Fizeram recrudescer a campanha submarina, dispostos a implantar a pirataria em todos os mares.

Um grande acontecimento, porém, viria submeter à prova coletiva a capacidade de reação da América em face da agressão. A 7 de Dezembro de 1941, o Japão executou, de surpresa, em quanto seus plenipotenciários realizavam negociações em Washington, um ataque traiçoeiro contra Pearl Harbor e as bases norte-americanas do Pacifico. Os compromissos internacionais dos povos do continente não deixavam dúvidas sobre o caminho a seguir. Sem a menor hesitação, antes de convocada a III. Reunião de Consulta para o Rio, de Janeiro, sem sequer esperar pela própria declaração de guerra do Congresso dos Estados Unidos, o presidente Getúlio Vargas deu ao presidente Roosevelt a segurança da solidariedade do Brasil. As nações americanas haviam declarado considerar qualquer ato de agressão de um Estado extra-continental contra nuna delas, como praticado contra todas.

A III Reunião de Consulta, reunida de 15 a 28 de Janeiro, reafirmou essa declaração e recomendou a ruptura de relações diplomáticas, económicas e comerciais com o Japão, a Alemanha e a Itália, desde que estes dois últimos países, solidários com o primeiro, haviam declarado guerra aos Estados Unidos.

A lealdade de nossa conduta.

Guardam os arquivos do Itamarati toda a documentação comprobatória da neutralidade exemplar que mantivemos, enquanto foi de neutralidade a posição da América. Mas, atacado um dos seus países, acudimos em sua defesa, certos de que esta seria a atitude de todo o continente. Na correspondência trocada, durante a Conferência do Rio de Janeiro, com os embaixadores da Alemanha, Itália e Japão, o Sr. Osvaldo Aranha não deixou a menor dúvida a respeito da nossa conduta. Deu, assim, mais um exemplo da correção, da lealdade, da firmeza com que se orienta sempre a diplomacia brasileira, com as insinuações de que a ruptura de relações conduziria a guerra, mostramo-nos dispostos a aceitar essas consequências extremas, se até elas chegassem as nações agressoras.

Processou-se, desse modo, o rompimento de relações do Brasil com a Alemanha, Itália e Japão, no dia mesmo do encerramento da Conferência. Os nossos embaixadores em Berlim, Roma e Tóquio fizeram as comunicações devidas, o mesmo acontecendo no Rio de Janeiro.

Sucederam-se, desde então, as agressões a navios brasileiros, numa provocação de guerra. O Bararque foi afundado em Norfolk, a 16 de fevereiro de 1942, o Olinda a 18, o Arubatan, a 7 de março, o Cairi, a 9, ambos ao largo da costa dos Estados Unidos. O Parnaíba, a 1 de maio, próximo de Trinidad, o Comandante Lira, a 18, ao nordeste de Fernando de Noronha, o Gonçalves Dias, a 24, no sul do Haiti, no mar de Caraíbas, o Alegrete, a 1 de junho, nas proximidades do litoral venezuelano, o Pedrinhas e o Tamandaré a 26, o primeiro nas costas de Porto Rico, o segundo nas proximidades de Port of Spain, o Barbacena, a 28, também a caminho de Port of Spain, no mesmo dia e na mesma direção, o Piaue, o Lagos e a Osório, a 27 de setembro.

Informado com rapidez sobre cada um desses afundamentos, o Itamarati expediu instruções aos nossos cônsules com jurisdição sobre a zona em que se processaram as agressões, para que fossem tomados os depósitos dos respectivos comandantes e das tripulações dos navios, formulando-se, ao mesmo tempo, os necessários protestos marítimos. Em todos os inquéritos ficou bem caracterizada a frieza dos ataques calculados, numa violação provocante das normas do Direito Internacional e com ofensa ostensiva à bandeira e à soberania do Brasil. Apesar de iniciais, formulamos os devidos protestos diplomáticos, por intermédio de Portugal, que se encarregara da proteção dos interesses nos países do Eixo. Reclamamos as satisfações devidas e a justa in-

denização, embora reafirmando os nossos propósitos de manter a paz. Adotamos ainda as necessárias represálias económicas, baixando o governo o decreto-lei n. 166, de 11 de março de 1942, dispondo sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.

Mas já então era evidente que se concretizava a velada ameaça, repelida com ativez pelo ministro Osvaldo Aranha, contida nas cartas que lhe endereçaram, como de comum acôrdo, os embaixadores da Alemanha, Itália e Japão, de que a ruptura de relações seria a guerra. A insolente provocação continuou, como é fácil ver na sucessão de afundamentos de navios brasileiros, até que, numa nova e brutal violação das normas do Direito Internacional e de elementares princípios de humanidade, foram atacados na costa brasileira, de 15 a 16 de agosto de 1942, os vapores de navegação de cabotagem Baependi, Anibal Benévolo, Araras, Araraquera, e Jagiba.

Tamanha afronta exigia pronta reação, na defesa da dignidade e segurança do Brasil. Todos aqueles navios navegavam entre portos nacionais, desarmados, conduzindo passageiros, peregrinando com eles várias centenas de brasileiros, entre os quais mulheres e crianças. O Governo brasileiro fez então saber, a 22 de agosto de 1942, por intermédio dos governos da Espanha e da Suíça, aos governos da Alemanha e da Itália que, "a despeito de sua atitude sempre pacífica", não havia "como

negar que esses países praticaram atos de guerra, criando uma situação de beligerância, que éramos forçados a reconhecer, na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania, da nossa segurança e da América, e a repelir na medida de nossas forças.

Foram baixadas, a 24 de agosto, os decretos-leis ns. 4.611 e 4.612, o primeiro, incorporando ao Patrimônio Nacional os navios de nacionalidade alemã e italiana, o segundo, cassando a autorização de funcionamento aos bancos que mencionam isto é, ao Banco Germânico da América do Sul, ao Banco Francês e Italiano para a América do Sul, e ao Banco Alemão Transatlântico. Interventores foram nomeados para promoverem sua liquidação, distribuindo os bens remanescentes entre os acionistas e incorporando ao Patrimônio Nacional as quotas que couberem a governos ou entidades parastatais da Alemanha ou da Itália ou a súditos desses países que não sejam residentes no Brasil.

Mobilização geral.

A 31 de agosto, o Presidente da República baixou o decreto-lei n. 10.358, declarando "o estado de guerra em todo o território nacional", a 16 de setembro, o de n. 10.451, "decretando a mobilização geral".

A nossa entrada na guerra foi, portanto, motivada por um ato de agressão, direta, a exemplo do que sucedera antes aos Estados Unidos. Os países americanos manifestaram incontinenti sua solidariedade, embora não alterassem sua posição anterior, que era

sado pelos que não são nossos aliados na luta, o tratamento de não beligerante. Da Argentina, chegaram-nos a solidariedade comovida do general Agustín Justo, que colocou sua espada ao serviço do Brasil.

Em consequência ainda do "estado de guerra", cuidando de resolver problemas ligados à segurança interna do território nacional, promovemos a Reunião Regional Relativa à Entrada e Saída de Pessoas e Transitio Clandestino através das Fronteiras, realizadas em Rivera, de 21 a 26 de setembro, na qual foram aprovadas doze resoluções.

No desenvolvimento da política de guerra, articulamo-nos com o Governo dos Estados Unidos, tendo sido decretada a mobilização geral dos nossos recursos econômicos, criando-se o cargo de Coordenador. Imprimiu-se um largo impulso à produção nacional, afim de abastecer as nações aliadas de matérias primas, ao mesmo tempo que fortalecíamos de comum acordo com o governo de Washington, as bases navais e aéreas do norte do país, de onde se estabeleceu a corrente contínua de abastecimento que permitiu o assalto vitorioso à África, para varrer dali as forças do Eixo.

Criado com capitais brasileiros e norte-americanos o Banco da Borracha, iniciou-se a batalha da recuperação econômica da Amazônia, para suprir de borracha as Nações Unidas. Vários acordos econômicos foram ainda firmados com a América do Norte para a colocação de saldos exportáveis de café, cacau e castanhas, sendo a seguir autorizada a emissão de

bonus de guerra no valor de três bilhões de cruzeiros.

O Exército, a Marinha e Aviação do Brasil guarneceram o extremo norte, participando os nossos aviadores e marinheiros do patrulhamento do Atlântico, em cooperação com o almirante Jonas H. Ingram, comandante-chefe da Esquadra dos Estados Unidos no Atlântico Sul.

Os presidentes Roosevelt e Vargas em Natal.

Em fins de Janeiro do corrente ano, os presidentes Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt avistaram-se em Natal, após o encontro na África, do presidente dos Estados Unidos com o Sr. Winston Churchill. Os dois Chefes de Estado passaram em revista e inspecionaram ali as forças armadas brasileiras e norte-americanas do Exército, Marinha e Aeronáutica, trocando idéias sobre os problemas da guerra mundial e examinando o esforço bélico conjunto do Brasil e dos Estados Unidos. O Presidente Getúlio Vargas pôde então anunciar "a intensificação dos esforços dos submarinos no mar de Caraiibas e no Atlântico Sul. O presidente Roosevelt fez uma exposição dos resultados da Conferência de Casa Blanca, que se viu a realizar, salientando como afastara a ameaça nazista à liberdade das Américas.

Mas desse encontro resultou ainda um entendimento de transcendente importância, no sentido de serem, no futuro, adotadas medidas de segurança para que Da-

CULTURA POLITICA

car e a costa da Africa Occidental, definitiva e permanentemente, não possam constituir, sob nenhuma circunstancia, uma ameaça de bloqueio ou de invasão das Américas".

Os dois presidentes fizeram ainda a seguinte declaração: "Temos o caso de estudar a segurança das Américas. Estamos convencidos de que cada uma das Republicas americanas está igualmente atingida e interessada. A força está na unidade. O Brasil e os Estados Unidos procuram tornar o Oceano Atlântico livre de perigo para todas as demais nações. Agradecemos sinceramente a cooperação que os nossos vizinhos, quasi unanimemente, estão prestando à grande causa da democracia em todo o mundo".

A 6 de fevereiro, após uma reunião do ministério, foi tornada pública a adesão formal do Brasil à Declaração das Nações Unidas, de 1.º de Janeiro de 1942, e a Carta do Atlântico, a que a mesma se refere. O Ministério das Relações Exteriores fez, a respeito, as necessárias communicações às Missões Diplomáticas brasileiras, autorizando a nossa embaixada em Washington a notificar dessa decisão os participantes da referida declaração.

Declaração das Nações Unidas.

E' o seguinte, na integra, o texto da "Declaração das Nações Unidas": "Declaração conjunta feita pelos Estados Unidos da América, Reino Unido do Norte, Bretanha e Irlanda do Norte, União das Republicas Socialistas

Soviéticas, China, Austrália, Bélgica, Canadá, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, República Dominicana, Salvador, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Polónia, União Sitafricana e Iugo-Eslávia.

Tendo aprovado um programa comum que encerra os propósitos e principios incorporados na Declaração Conjunta do Presidente dos Estados Unidos da América e do Primeiro Ministro do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, datada de 14 de agosto de 1941, e conhecida por Carta do Atlântico, e

Convencidos de que, para defender a vida, a liberdade, a independência, e a liberdade de culto, e para preservar os direitos humanos e a justiça nos seus respectivos países bem como em outros, é essencial a vitória completa sobre seus inimigos, e convencidos de que se acham atualmente empenhados numa luta comum contra forças selvagens e brutais, que procuram subjugar o mundo, OS GOVERNOS SIGNATÁRIOS DA PRESENTE DECLARAM:

(1) Que cada Governo se comprometa a empregar todos os seus recursos, militares ou económicos, contra os membros do Triplice Pacto e seus aderentes com os quais esteja em guerra.

(2) Que cada Governo se comprometa a cooperar com os Governos signatários da presente e a não firmar com os inimigos armados ou paz separados.

Outras nações, que, na luta em prol da vitória sobre o hitlerismo

já estão prestando ou poderão prestar colaboração ou assistência material, poderão aderir à presente declaração. Estados Unidos da América — Franklin D. Roosevelt. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte — Winston Churchill.

Em nome do Governo da União das Republicas Socialistas Soviéticas — Maxim Litvinoff, Embaixador. Governo Nacional da República da China — Tze Ven Soong, Ministro das Relações Exteriores. Estado Soberano da Austrália — R. G. Casey.

Reino da Bélgica — Conde R. V. Straten. Canadá — Leighton Mac Carthy.

República de Costa Rica — Luis Fernández. República da Checoslováquia — V. S. Hurbán. República Dominicana — J. M. Troncoso. República do Salvador — C. A. Alfaro. Reino da Grécia — Cimon P. Diamantopoulos.

República de Guatemala — Enrique López-Herrarte. República de Haiti — Fernand Denis.

República de Honduras — Julian R. Cáceres. Índia — Girja Shankar Bajpai. Grão Ducado de Luxemburgo — Hughes Le Gallais. Reino da Holanda — A. Lou don.

Em nome do Governo do Dominio da Nova Zelândia — Frank Langstone.

República da Nicarágua — Leon de Bayle. Reino da Noruega — W. Muntke de Morgenstierne. República do Panamá — Jaen Guardia.

República da Polónia — Jan Ciechanowski. União Sul Africana — Ralph W. Close.

Reino da Iugoeslavia — Constantin A. Fotitch. República de Cuba — Aurelio F. Conchoso. A "Carta do Atlântico" ficou assim redigida:

Declaração de principios. Declaração conjunta do Presidente dos Estados Unidos da América e do Primeiro Ministro, W. Churchill, representando o Governo de Sua Magestade do Reino Unido, os quais, tendo-se reunido, julgaram conveniente tornar conhecidos certos principios comuns da politica nacional dos seus respectivos países, nas quais se baseiam as suas esperanças de conseguir um porvir mais auspicioso para o mundo.

Primeiro — Os seus respectivos países não procuram nenhum engrandecimento, nem territorial, nem de outra natureza. Segundo — Não desejam que se realizem modificações territoriais que não estejam de accordo com os desejos livremente expressados pelos povos atingidos.

Terceiro — Respeitam o direito que assiste a todos os povos

CULTURA POLITICA

de escolher a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restituam os direitos soberanos e a independência aos povos que d'elles foram despojados pela força.

Quarto — Com o devido respeito ás suas obrigações já existentes se empenharão para que todos os Estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e ás matérias primas do mundo de que precisam para a sua prosperidade económica.

Quinto — Desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as nações com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade económica, e segurança social.

Sexto — Depois da destruição completa da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de existências livres de temor e de privação.

Sétimo — Essa paz deverá permitir a todos os homens cruzar livremente os mares e oceanos.

Oitavo — Acreditam que todas as nações do mundo, por motivos realistas assim como espirituais, deverão abandonar todo o empenho da força. Em razão de ser impossível qualquer paz futura permanente, enquanto nações que ameaçam de agressão fora de suas fronteiras — ou podem ameaçar

— dispõem de armamentos de terra, mar, e ar, acreditam que é imprescindível que se estabeleçam tais nações, até que se estabeleça um sistema mais amplo e duradouro de segurança geral. Elles igualmente prestarão todo auxilio e apóio a medidas práticas, tentadas para aliviar o peso esmagador dos armamentos sobre povos pacíficos. FRANKLIN D. ROOSEVELT. WINSTON S. CHURCHILL.

Atentado contra a representação do Brasil da França.

Realizada a ocupação total da França pela Alemanha, a nossa representação diplomática em Vichy foi vítima de brutal atentado, praticado pelas forças de ocupação, na tarde de 15 de novembro de 1942, só conhecida nos seus detalhes em fins de fevereiro do ano em curso. Invasida a nossa Embaixada, o embaixador Souza Dantas, diplomata cheio de serviços ao país, repelliu os invasores, só cedendo diante da arma apontada contra elle por um oficial alemão. Os códigos e os arquivos que os fizeram prudentemente queimar, à primeira noticia da occupação alemã. Mais tarde o embaixador e 26 funcionários diplomáticos e consulares e suas famílias foram internados, por ordem das autoridades germânicas, em Badegodesher, perto de Bonn. Com a mesma altivez, o embaixador Souza Dantas recusou o oferecimento que lhe foi feito, em atenção ao seu estado de saúde e aos seus merecimentos, de partir para

a Espanha, sem os demais componentes de sua missão na França. Dessas ocorrências foi o Itamarati informado particularmente e por intermédio do governo de Portugal.

A 12 e 18 de fevereiro último, mais dois navios brasileiros, o *Brasiléide* e o *Afonso Pena*, foram afundados, aumentando assim o número de perdas da nossa frota mercante. Mas, de outro lado, foi vigorosa a ação repressiva das forças aéreas brasileiras, que lograram afundar, nas nossas costas, vários submarrinos inimigos.

Os acordos económicos.

A 4 de junho, assinou-se, em Washington um contrato aditivo e suplementar, entre a Companhia Siderurgica Nacional e o Export-Import Bank, para financiamento da aquisição, nos Estados Unidos, dos materiais e equipamentos destinados à usina siderurgica em construção em Volta Redonda, obra gigantesca que marca o inicio da industria pesada no Brasil.

Anteriormente, firmamos com os Estados Unidos um accordo por troca de notas, sobre a convocação para o serviço ativo do Exército, Marinha e Aviação, de cidadãos brasileiros domiciliados naquele país e de cidadãos norte-americanos domiciliados no Brasil. Por elle, os brasileiros domiciliados nos Estados Unidos e os norte-americanos residentes no Brasil, quando convocados para servir nas forças armadas, tem o direito de opção pelo país de origem. Aos já incorporados em data anterior ao accordo, assegurou-se

o direito de pedir transferência para as forças armadas do seu país.

Por intermédio do ministro da Aeronautica, na sua recente viagem aos Estados Unidos, o presidente Getulio Vargas ofereceu ao presidente Roosevelt 400.000 sacas de café, destinadas ao consumo exclusivo das forças norte-americanas que combatem nos diversos "fronts" do mundo.

Nessa síntese da ação da diplomacia brasileira em face da guerra, ressalta a orientação inalterável do Itamarati, inspirada pelo Chefe da Nação. Em nenhum momento, a grande crise encontrou o Brasil desatento. Um ser-viço de informações completo e rigoroso, que honra a argúcia e a diligência de alguns dos nossos melhores diplomatas, permitiu ao ministro Osvaldo Aranha manter o país em guarda contra os perigos que o ameaçavam e que só muito mais tarde se concretizaram.

O embaixador Leão Veloso, secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, assim definiu, de maneira modelar, a nossa politica internacional em tão delicadas circunstâncias: "De accordo com sua posição geográfica, com a sua tradição secular e com os seus sentimentos democráticos, a politica do Brasil não podia, sob pretexto nenhum, adotar a forma passiva de conformismo à politica de agressão. A nossa conduta, sem que para isso nos obrigasse qualquer compromisso, tinha de ser a da América. E, dentro de América, tinha de ser a dos Estados Unidos, pelo papel capital daquela nação na defesa do

continente e do mundo, e, mais do que isso, pelos laços morais que, desde a nossa Independência, uniram os nossos povos".

Não foi outro o pensamento, tantas vezes impavidamente proclamado em horas sombrias de denso nevoeiro, pelo ministro Osvaldo Aranha, intérprete impe-

cável da orientação do presidente Getúlio Vargas.

A diplomacia brasileira descor-tinou longe a tempestade, e, nas flutuações das correntes e dos ventos, nos azares da guerra, foi a luz que não mudou, não se apagou, não tremeu, indicando o rumo certo ao Brasil.

A politica do Brasil com os Estados Unidos

Reportagem especial de CULTURA POLITICA

OS arquivos do Iamarati encerram documentos preciosos, indispensáveis ao estudo de questões que nem sempre são tratadas com o necessário cuidado. Ronald de Carvalho costumava dizer-me que os nossos historiadores incorriam em erros graves tão só porque os desconheciam.

Tenho, com frequência, a confirmação desse conceito, extensivo, aos que se consagram também a trabalhos relativos à nossa história diplomática. Talvez um dia haja oportunidade para algumas anotações interessantes sobre opiniões consagradas, que os documentos diplomáticos não confirmam. Por ora, desejo apenas fixar alguns comentários e observações à margem da posição do Brasil em face do monroísmo, resultantes dessas incursões frequentes nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, onde é fácil ver a nossa impecável linha de conduta na tradicional politica com os Estados Unidos.

A história da evolução da doutrina de Monroe

Foi das mais acidentadas, no decurso de mais de um século, a história da evolução da doutrina de Monroe, devido a interpretações diversas, a equívocos numerosos, que a própria politica dos Estados Unidos não raro estimulou e favoreceu. O assunto tem merecido estudos e comentários inesgotáveis dos pesquisadores e tratadistas do Direito Internacional, em particular no que se refere às relações entre os Estados americanos. Na exegese dos princípios nela contidos, variavam sempre as opiniões, de acôrdo com o momento e as circunstâncias.

Poucos foram, realmente, os países que mantiveram nesse particular, na sua politica com os Estados Unidos, orientação inmutável, de compreensão dos verdadeiros objetivos inspiradores da mensagem de Monroe, em 1823.

ANEXO V

A campanha nacional das obrigações de guerra

Reportagem especial de CULTURA POLITICA

ARRASTADOS à dura contingência de uma segunda conflagração — agora, como da outra vez, desencadeada pela fúria sangüinária da mesma nação agressora — tivemos que nos atregimentar, apressadamente, para a luta.

Não é dizer que fomos colhidos de surpresa, vivendo, como vivíamos, dentro de um mundo de ameaças e agressões, em que as aventuras militares se sucediam distribuindo-se por todos os quadrantes. Ao contrário, tínhamos plena consciência dos fatos e, por mais de uma vez, fomos feridos pelos nossos atuais inimigos com atentados brutais ao nosso comércio com outros povos, em mares afastados.

Estávamos, sim, na firme disposição de nos conservarmos afastados do conflito, evitando a calamidade e resguardando-nos das suas consequências.

Perpetrado, porém, o crime desalmado e frio, dentro de nossas águas territoriais e quasi à vista de nossas costas, com o sacrifício inútil de tantas vidas, inclusive mulheres e crianças, recolhemos a luva e aceitamos o desafio. E, ao fazê-lo, estávamos na consciência plena das responsabilidades que assumíamos, perfeitamente convencidos dos sacrifícios a arrostar.

E' que a guerra, principalmente esta em que nos empenhamos, reclama recursos extraordinários para fazer face aos pesados encargos de sua manutenção, sendo que, no caso brasileiro, muitos desses recursos de que viríamos a lançar mão ainda se achavam em estado potencial, requerendo, portanto, maior trabalho para um rendimento aproveitável.

Contudo — e aqui a razão destes comentários — graças ao admirável espírito de ordem e de organização que preside aos atos da vida nacional, orientados pelo senso prático de Getúlio Vargas, chegamos no fim do primeiro ano de guerra com um orçamento em

que o déficit previsto foi menor que o calculado para o período anterior, ainda quando a Nação vivia em paz.

Para as despesas consequentes à beligerância, não querendo agravar as condições de subsistência do povo brasileiro com a criação de novos tributos ou com o recurso à finança estrangeira, o Governo do Presidente Vargas preferiu apelar para a economia interna, através de uma contribuição justa e de acôrdo com as posses de cada cidadão.

A idéia de uma taxa de guerra, por meio da cobrança de um adicional sobre os impostos de consumo e de renda, por exemplo, acarretaria o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, agravando o custo da vida, e diminuiria o poder aquisitivo de grande parte dos contribuintes ou influiria para o desequilíbrio financeiro de numerosos empreendimentos. Por outro lado, um empréstimo externo seria de todo o ponto de vista desastroso e comprometeria o futuro do país, para cujas forças vivas, o poder público teria, evidentemente, de voltar-se, amanhã, a fim de conseguir os elementos imprescindíveis ao serviço de juros e amortização dos capitais.

O empréstimo popular era, portanto, a forma mais aconselhável para obter a importância correspondente ao nível dos sacrifícios a que se obrigou o Brasil, e tinha, como já se acentuou, do ponto de vista psicológico, uma significação espectacularíssima, qual a de tornar o Governo mais responsável pela administração da guerra que está financiando os gastos extraordinários com a economia nacional e é obrigado a responder, diretamente, pela aplicação que lhe der.

O que se chamam Obrigações de Guerra

Essa modalidade de empréstimo interno, pela primeira vez adotada no país, tomou a forma de títulos da Dívida Pública e a denominação de Obrigações de Guerra.

A emissão desses títulos, que atingirão a importância total de três bilhões de cruzeiros, foi autorizada pelo decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942. Tem o valor nominal de cem (Cr\$ 100.00), duzentos (Cr\$ 200.00), quinhentos (Cr\$ 500.00), mil (Cr\$ 1.000.00), e cinco mil (Cr\$ 5.000.00) cruzeiros; rendem juros de seis por cento (6%), ao ano, vencíveis, semestralmente, em 28 de fevereiro e 31 de agosto.

Os títulos, ao portador, serão admitidos à cotação e negociáveis em todas as bolsas de valores do país e o seu resgate será fixado depois da assinatura da paz, com preferência sobre os demais títulos da Dívida Pública.

Há duas maneiras de subscrever as Obrigações de Guerra: uma, voluntária, e outra, compulsória.

A subscrição compulsória iniciou-se a 1.º de janeiro do ano corrente e abrange a quantos auferem renda, de qualquer natureza, produzida no país, sendo a importância a ela relativa recolhida in-

tegralmente ou em parcelas duodecimais, na base de três por cento (3%) sobre os vencimentos ou salários.

A subscrição voluntária é permitida a todas as pessoas que se encontrem dentro ou fora do território brasileiro, sem distinção de nacionalidade.

Quando o total das importâncias arrecadadas atingir o limite legal de três bilhões de cruzeiros cessará a subscrição compulsória referida.

Como toda reserva forçada, é claro, as Obrigações de Guerra não deixam de representar um sacrificio. Mas como já tivemos occasião de acenar — nesta hora atribulada dos povos, quando a vida é reclamada para assegurar a existência das nações livres, o dinheiro é o minimo que nos cabe dar.

A maneira, entretanto, como foi recebida a iniciativa do Governo, tal como adiante veremos, é de todo ponto de vista confortadora, constituindo o vulto das subscrições realizadas uma prova a mais do verdadeiro espirito de compreensão e de patriotismo dos filhos desta terra, sempre orgulhosos de dar algo do que possuem e dispostos a ceder tudo quanto lhes pertence em favor dos supremos interesses da Pátria.

O papel da Caixa de Amortização

Sendo a Caixa de Amortização, segundo dispõe o decreto número 17.770, de 1927, o órgão a que competem os serviços de pagamento dos juros, amortização e resgate dos títulos da Dívida Pública, o ministro da Fazenda, por ato de 14 de outubro do ano passado, resolveu attribuir-lhe a faculdade da emissão das Obrigações de Guerra, marcando o inicio da subscrição pública para 10 de novembro seguinte, por ser essa a data anniversária da instituição do Estado Nacional.

De posse desses mandatos, o director da Caixa de Amortização promoveu a instalação do "Serviço de Obrigações de Guerra", com uma chefia e os auxiliares necessários, sob sua immediata administração.

Não dispõndo a Caixa de Amortização de local apropriado e sufficientemente espaçoso para os multiplos encargos do novo serviço, por deferência da interventoria federal junto ao Banco Francês e Italiano para a América do Sul, em liquidação, foi o mesmo instalado numa das dependências desse banco, a 2 de janeiro do corrente ano, onde ainda se encontra funcionando.

Simultaneamente, preparou-se e remetteu-se às Delegacias Fiscaes e Alfândegas situadas fora das sedes das delegacias o material apropriado para que a subscrição pública se iniciasse por igual em todo o país.

A data de 10 de novembro, previamente escolhida, não pôde, entretanto, ser aproveitada por ter sido facultativo o ponto nas repartições desta capital, em comemoração ao quinto anniversario do regime vigente. Abriam-se, porém, os *güichês* ao público no dia seguinte, exceto nos Estados onde a abertura occorreu, na data prefixada.

Contudo, constando do programa das solenidades do 10 de novembro a abertura official pelo Presidente da República, a quem seria entregue, nessa occasião, o número um de cada valor das Obrigações de Guerra, effectuou-se a certimônia com toda a pompa.

Coincidência histórica

Repetiu-se na história da vida nacional um fato idéntico ao que nos referimos: no dia 15 de novembro de 1827, por occasião da fundação da Dívida Pública, o primeiro titulo foi também adquirido por S. M. o imperador dom Pedro I, na presença de todo o Gabinete.

Cento e dezesseis anos depois, no Palácio do Governo da República, subscrevia o Presidente Vargas, em primeiro lugar e no livro próprio às Obrigações de Guerra, recebendo os títulos correspondentes a cada uma das emissões.

No mesmo ato, o ministro da Fazenda, o director-geral da Fazenda Nacional, o presidente do Banco do Brasil e outras pessoas que assistiram a solenidade subscreveram os números seguintes.

A abertura da subscrição para o público, feita como dissemos no dia 11 de novembro, teve grande concorrência e foi presenciado pelos representantes da imprensa desta capital. Dessa data em diante, o serviço vem sendo realizado com muita ordem e regularidade, sendo o público atendido com toda urbanidade, quer quanto aos assuntos relativos a subscrição propriamente dita, quer quanto a outros relacionados com o mesmo.

Os bancos e outras instalações de capacidade financeira notória, desta capital como dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, por autorização do titular da pasta da Fazenda, têm obtido suprimentos das Obrigações de Guerra para venda ao publico. Essas vendas, inclusive as effectuadas pela Caixa de Amortização, até o dia 30 de junho último, importaram em Cr.\$ 49.022.200,00.

Cerca de 700 milhões de cruzeiros subscreitos

No periodo de 10 de novembro do ano passado a 30 de junho do corrente, a subscrição das Obrigações de Guerra em todo o

país montava a cerca de setecentos milhões de cruzeiros, assim distribuída:

Subscrição voluntária no Distrito Federal	Cr\$ 129.627.300,00
Idem idem, nos Estados	Cr\$ 83.669.800,00
Idem idem, compulsória (imposto de renda, nesta Capital e nos Estados)	Cr\$ 439.213.616,10
Total	Cr\$ 652.510.716,10

As importâncias acima referidas abrangem somente aquêle período, não sendo ainda conhecidos os resultados do mês de julho passado embora se tenha notícia de que a subscrição continua se fazendo com entusiasmo aqui e nos Estados.

Os que se referem ao desconto de 3% dos vencimentos dos funcionários públicos federais, estaduais e municipais, que não contribuíram para o imposto de renda no exercício passado dependem da organização das relações semestrais em todas as estações pagadoras do território nacional, e desse expediente o Serviço de Obrigações de Guerra ainda não tem conhecimento exato. Pode, entretanto, afirmar-se que o montante da cobrança é bastante elevado.

A subscrição compulsória dos contribuintes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões teve início a partir do mês de julho último e deve, também, atingir grande soma.

Liga da Defesa Nacional

Atendendo à solicitação da Liga da Defesa Nacional e como contribuição do Serviço às festas do "Natal da Vitória", com autorização do ministro da Fazenda, foi instalado um pósto de subscrição pública na Quinta da Boa Vista, nos dias 25, 26 e 27 de dezembro do ano passado, período das festas que a Liga realizou naquele logradouro com intuito de angariar recursos para a compra de Obrigações de Guerra, destinadas às instituições de caridade.

A subscrição correu em boa ordem, com muita animação nos três dias mencionados, predominando o elemento popular, o que representa um dos aspectos mais importantes da campanha dos honrosos finitivos das Obrigações subscritas para ser entregue aos respectivos possuidores.

Posteriormente, a Liga, dando exato desempenho às suas finalidades, organizou outras festividades, com o mesmo intuito da anterior, no parque da Praça da República, em dias dos meses de junho e julho últimos, dando à primeira parte a denominação de Festas Joaninas. A essas festas esteve presente o Serviço de Obrigações de Guerra, instalando um pósto de venda para o público,

sob a direção da tesouraria da Caixa de Amortização e assistência do respectivo diretor e chefe do Serviço, que integraram ainda a Comissão Central das festividades.

Da mesma forma que na Quinta da Boa Vista, a praça da República acolheu grande massa popular, o que demonstra ter o público brasileiro compreendido o verdadeiro sentido do apêlo que fez a Nação para obter os recursos considerados necessários às despesas extraordinárias da segurança nacional. E, que todos sabem o caminho do dever e até onde este os levará, como sabem que dispõem de condutores esclarecidos e providentes para acompanhá-los na longa jornada.

Essa a explicação da franca aceitação das Obrigações de Guerra, e do sucesso que coroou o seu lançamento, conforme a rápida descrição que fizemos, facultando aos responsáveis pela segurança nacional os recursos de que precisam para a sua manutenção.

ANEXO VI

As verdadeiras bases do poder militar

F. DE PAULA CIDADE

General de Brigada, do Exército Nacional.

MUITO se tem escrito entre nós sobre a insuficiência dos cidadãos que os governantes sempre dispensaram aos problemas da defesa nacional. Em parte apenas isso corresponde à verdade. Realmente, uma grande maioria de nossas elites, fugindo no passado, como ainda hoje às realidades do momento, deixou-se embalar pelos sonhos pacifistas, germinados no cérebro de certos pensadores europeus e cultivados apenas como artigos de exportação. Essas elites é que dirigiam o país.

Mas, se é exato que outros governos sul-americanos inveteraram em armamentos somas elevadas, ao passo que nós levamos mais de 20 anos sem comprar um único canhão, também é certo que, apesar desses enormes sacrifícios, esses países, em face do grave perigo externo do momento que passa, estão mais ou menos tão mal armados como nós.

Só depois disso o fator população — aliás importantíssimo — deixa de ter um valor negativo, como na China e na Índia, e passa a desempenhar um papel realmente importante em caso de guerra. O que se pode recrutar, aos governos anteriores ao Estado Nacional é a falta de entusiasmo por tudo que se refere à defesa nacional e de um programa econômico-militar, capaz de fortificar os diversos setores da defesa nacional.

Aliás, ninguém tinha idéias precisas sobre o que seria isso e, conseqüentemente, como isso devia ser feito. Os horizontes eram mesmo muito estreitos.

"O Exército brasileiro esteve sempre ligado aos grandes movimentos que expressam o sentir profundo do nosso povo."

"Seremos implacáveis no combate aos invasores e aos seus agentes, infiltrados traiçoeiramente no meio das nossas populações laboriosas. Não importará isso em quebra do nosso sentimento comprovado de hospitalidade. Os nacionais dos países com os quais estamos em guerra, que aqui viveram e constituíram os seus lares de forma regular e honesta, nada devem recear enquanto permanecerem em trevas ao trabalho, obedientes à lei e prontos a colaborar nas atividades defensivas do país. De modo bem diverso serão tratados os que, traindo os compromissos assumidos e ludibriando o nosso acolhimento generoso, auxiliarem de alguma forma os inimigos, com eles mantiverem entendimentos, espionando ou fazendo sabotagem. A esses aplicaremos com rigor as leis de guerra. E em relação aos semeadores de boatos e derrotistas de qualquer nacionalidade, nenhuma complacência existirá. Serão segregados do meio social, reduzidos à condição de suspeitos e declarados indignos da cidadania brasileira."

GETÚLIO VARGAS

É assim que, ao processar-se uma eleição presidencial, os candidatos incluem em suas plataformas — que os jornais, já se vê, comentavam muito favoravelmente... — medidas inócuas ou providências que realmente não poderiam ser tomadas.

Arrolar soldados, separá-los por classes e capacidade utilizáveis, é realmente alguma coisa; no entanto, são necessárias ainda outras providências, são precisos ainda outras providências em quantidades astronômicas, armazenas abastecimentos e pensar na sua substituição oportuna, preparar os créditos necessários, sempre muito difíceis de obter no exterior desde que a guerra tenha sido declarada, etc.

Medidas arrancadas a gancho do legislativo

No que acima se enumera, há providências que competem às próprias forças armadas e para as quais só se exige o assentimento governamental. Estas realmente eram tomadas, arrancadas a gancho as autorizações do legislativo. Veja-se o que se passou com o serviço militar obrigatório. Mas, as outras, reputadas básicas, ficam no tinteiro, muitas vezes sob o péso esmagador das conveniências dos trusts estrangeiros e das camarilhas nacionais.

— Por que motivo a siderurgia e a produção de trigo só se tornaram viáveis após o fechamento do legislativo?

— Deus o sabe, e nós, mortais que somos, bem o compreendemos...

No entanto, sem um grande desenvolvimento fabril, não é possível atingir o apogeu político-militar, porque as armas e as munições mais úteis são as que saem de nossas próprias usinas. Assim mesmo, custam muito dinheiro.

A aquisição de armamentos

Vejamos alguns algarismos, relativos à aquisição de armamentos, aliás utilizando tabelas de preço que talvez já estejam abaixo das realidades comerciais do momento.

Um canhão de 8" sobre ferrovia custa nada menos de 4.000.000\$0 ! De quanto precisamos para guarnecer nossa extensa costa ? Mesmo que nos limitássemos a defender diretamente apenas certos pontos considerados vitais, como Rio, Santos, Recife, Natal, Rio Grande, Santa Catarina, Paranaguá, Ilha Grande, Fernando de Noronha, S. Salvador, Vitória, Belém do Pará, etc., necessitaríamos de muito mais de cem dessas armas para completar o sistema defensivo com outras. Cem canhões de 8" custariam 400.000.000\$0 ! Junte-se a isso outro tanto para as instalações e munições, o que, apesar de não ter estudos especiais da matéria, não me parece muito.

Passemos a outras armas. Os canhões anti-aéreos preferidos por nós são de 88 mm. Os de 37 mm, muito menos eficazes, custam, por peça, uns 400.000\$0. A bateria de 4 peças eleva-se a 1.600.000\$0. Para a defesa de uma cidade como o Rio de Janeiro não bastam 20 baterias. Quantas cidades temos para

defender ? Quais as baterias destinadas ao exército de campanha, que também necessita dessa arma ?

Adicione-se o custo das munições e dos acessórios, das instalações e dos abrigos, além das despesas com os soldados mesmo em tempo de paz, como quartéis, fardamento, soldos e materiais para adestramento. Ainda que se dividam essas despesas por dez anos sucessivos, não será sem fontes especiais de receita que se há de aparelhar um país que não chega a cobrar cinco milhões de contos anuais de seus contribuintes e que não tem saldos. (1)

Um bombardeio pesado, desses que os atuais beligerantes perdem às dezenas diariamente custa nada menos de 7.000.000\$0 em moeda brasileira. É um material que custa muito caro e dura pouco, mesmo em tempo de paz. Para um país dizer-se forte, é preciso que conte com algumas centenas dessas armas, de que cem — tome-se boa nota disso — custam 700.000.000\$000. Ao do material de voo, há que adicionar o preço das instalações custosíssimas e do pessoal especializado, com toda a razão muito bem pago.

O material exigido pelo exército de campanha

Passemos ao material exigido pelo exército de campanha, em

que um tanque médio não custa menos de 1.200.000\$000. Mesmo numa batalha vitoriosa, centenas desses carros de combate são destruídos e devem ser imediatamente substituídos.

Mas, não há exércitos só de tanques. Continuam de pé outras exigências : canhões pesados de campanha, canhões leves, canhões antitanques, morteiros de infantaria, metralhadoras, fuzis-metralhadoras, fuzis comuns, pistolas, espadas, sabres, granadas de mão e de fuzil, lança-chamas, mescas contra gases, o diabo. O funcionamento disso tudo exige homens, fontes de energia, munições em quantidades imprevisíveis.

Um pequeno exército, numerando apenas algumas divisões de infantaria, consome centenas de toneladas de munições num único dia de combate. Granadas gastas em poucas horas exigem anos para a sua fabricação...

A própria manutenção dos cidadãos sob as bandeiras e de suas famílias merecem cuidados que só os povos economicamente fortes poderão dispensar em parte. Aqui é um jovem advogado, que vai servir como simples soldado. O apartamento em que reside não pode ser mais pago, nem o seu modesto automóvel mantido em uso. A sua esposa há de tentar-se com uma ração de etapa,

(1) Para melhor compreensão dos argumentos empregados neste estudo, convém não esquecer que o orçamento geral do Brasil, para 1942, consignava uma receita de 4.388.756.000\$000, para fazer face a uma despesa de 5.026.076.893\$600. Com essa arrecadação deficitária teve o tesouro de fazer face a todas as suas necessidades!

Ao comêço da guerra atual, certas nações europeias de recursos limitados, como a França, gastavam mais que isso com alguns de seus serviços administrativos.

CULTURA POLITICA

ou ir para uma fábrica, como operária, para um hospital, como enfermeira.

Poderia um orçamento de guerra, de um país pobre, consignar verbas para que a vida de certas classes sociais continuasse mais ou menos normal?

Todos esses problemas, no entanto, podem ter soluções aceitáveis se o país é rico. Para ser rico é preciso vender, exportar. Para tal, há de começar por fabricar utilidades e arranjar mercados, o que não é tarefa fácil. Outras nações, por meio de tratados e de compressões diplomáticas, guardam-nos cuidadosamente para si. O próprio mercado internacional precisa ser, muitas vezes, defendido contra as exigências diplomáticas de outros concorrentes.

Como tudo isso é difícil, como exige um programa tecnicamente traçado e como consome tempo, energia e paciência!

Um exemplo digno de ser imitado é o desenvolvimento da potência militar inglesa, a qual, através da sua ideologia librecambista, facilitou o surto de outros povos, como o americano, chegados mais tarde que a Grã-Bretanha para a conquista de mercados.

Quantos anos decorreram entre a saída dos primeiros artefactos de ferro das suas primitivas usinas e o arrendamento da sua grandeza política e económica, cuja cúpula pode ser considerada como assentada no ano em que terminou a guerra do Transval?

O Brasil começa a fabricar as primeiras máquinas

Mas, isso não basta, e o chefe do governo lança a ideia de estabelecermos pela fabricação de máquinas, Industriais de vários pontos do país agarram-se à oportunidade que se lhes oferece com o apelo governamental. Pelo Federal, em Santa Catarina e no Estado do Rio Grande do Sul, começam as máquinas nacionais — primeiro passo para a fabricação de armas — a entrar no comércio.

Há indústrias que constroem as próprias máquinas e abarroam os mercados com os produtos por elas fabricados.

O volume da produção não é todavia notável pela vastidão e adiverz do mercado interno, que absorve rapidamente todas as máquinas, a começar pelas de uso doméstico, agrícolas e têxteis. Já vem chegando a vez das armas produzidas em série.

Surge, como mais um passo para a frente, a ideia cupula, a grande siderurgia.

Não podendo, de todo, impedir a nossa industrialização, agarram-se os dedos ocultos, que só podem ser os dos cartéis internacionais, ao recurso da pequena siderurgia, em zonas de vastas reservas florestais, mas pobres de carvão mineral. Ao menor descuido na renovação das matas, pode surgir o colapso. O carvão nacional é declarado impróprio a siderurgia com o carvão importado — que nos é oferecido sob condições para nós catastróficas — reponta nos horizontes nebulosos de nossa emancipação económica, como um favor dos cartéis interessados em conservar-nos como simples consumidores de sarnados!

A incrementação da indústria depois do congresso fechado

Nas águas paradas desse estado de coisas nos achávamos, quando o congresso foi fechado. Sob as vistas diretas do principal responsável, o problema é retomado silenciosamente. O carvão nacional é rehabilitado. A guerra actual, concomitantemente, tapa a boca dos ingratos caluniadores do combustível brasileiro.

A grande siderurgia, talvez o maior monumento do Estado Nacional, torna-se possível. E, salvo os imprevistos que o momento internacional pode oferecer a qualquer hora, a fortuna, agora apinhada pela ponta dos cabelos, não mais nos será adversa nesse setor tão importante para a defesa armada do país.

A par disso, as indústrias alimentares — as mais velhas de todas as nossas indústrias — têm sido encorajadas. Bastam para saturar o mercado interno e já apresentam obras para a exportação. Ai está o problema do arroz. artigo importado ainda há poucos anos e hoje exportado em larga escala. O mesmo ocorrerá com o trigo e outros artigos, se quisermos. Basta que com os progressos da siderurgia nacional se meça a camizze quanto antes a nossa agricultura.

A indústria de tecidos aí está, vigorosa e perfeita. É verdade que vem do passado, mas até o

advento do Estado Nacional florescia entre as dificuldades e a acção desidiosa dos poderes públicos, ao passo que hoje se respira sob as vistas do governo. Caso específico de produção baseada em tarifas alfandegárias, custou aos consumidores nacionais grandes sacrifícios. E foi realmente esse o único cuidado que mereceu da parte de nossos antigos dirigentes.

Mas, por falta de um programa que pode ser chamado de directiva politica de produção, jamais havia atingido ao nível elevado a que seria capaz de chegar. A orientação governamental, que lhe deu a actual visão de conjunto, veio eliminar os elementos negativos que a embasçavam entre as malhas das economias locais, transportando-a para o plano económico nacional.

E essa planificação de conjunto de todas as actividades productivas do pais que constitue o germe de todo poderio militar inconstrastável.

Promissor o nosso panorama económico

O panorama económico é promissor, graças aos órgãos de coordenação dessas varias actividades, criadas pelo governo nacional, com as suas concepções reais da vida brasileira e do momento histórico. Há, evidentemente, uma

idéia directriz em tudo isso, da produção à abertura de novos mercados externos de que necessitamos.

Completemos isso, esboçando desde já um sistema de mútua compreensão, entre os órgãos civis de produção e os de defesa armada do pais, que é o que de certo modo vem sendo tentado pelo Ministério da Guerra, ao confiar às nossas indústrias básicas, de acôrdo com a capacidade de cada uma, a satisfação das mais prementes necessidades do exército.

O desenvolvimento desse plano de conjunto, sem deflexões de finalidades, é a certeza técnica da futura grandeza económica e militar do pais.

Lá chegaremos em breve, quando nossas usinas produzirem todos os termos, entre as quais as armas estão incluídas. As despesas em si serão suportáveis, as compras serão feitas em moeda nacional, os lucros ficarão no pais, a produção de certas armas e munições poderá ser elevada de acôrdo com as necessidades de cada hora, o crédito baseado nos recursos internos ficará sendo mais acessível em todas as emergencias. Teremos assim atingido às verdadeiras bases do poder militar, para os quais desde já marchamos com firmeza.

O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face do exercicio do comando

FLORIANO DE LIMA BRAYNER

Coronel do Exército Nacional.

Considerações gerais sobre o oficialato da reserva

O PROBLEMA do oficialato da reserva constitue nos tempos que passam, mais do que em qualquer época, uma preocupação angustiosa que ultrapassa mesmo as esferas de atribuições dos altos chefes militares, para repercutir nas responsabilidades dos próprios dirigentes da Nação.

A generalização do sofrimento coletivo leva todos os espiritos à nitida compreensão do que sejam os exércitos modernos, cuja complexa organização e aparelhamento, já não constituem segredos de estados-maiores, porque invadiram o impressionismo das massas humanas, componentes que são desses mesmos exércitos e, ao mesmo tempo, as primeiras vítimas dos meios de destruição que eles empregam.

Já em 1792, há cento e cinquenta anos portanto, Goethe vaticinava em Valmi: "Eu vos digo, 117.891 — F. 13

neste lugar e na data de hoje se inicia uma era nova na história do Mundo".

Com effeito, a Revolução Francesa acabava de imprimir à politica e às guerras um caráter imprevisto:

— a guerra dos exércitos reduzidos se findava; — as guerras dos povos iam começar.

Essas guerras só conheceriam um argumento, a batalha, para realizar um fim único: "a destruição das forças do adversário". Destruição material e moral.

Essa batalha, porém, considerada a três dimensões, neste doloroso ocase que vivemos, se desenrola sem restrições, num cenário sem fronteiras; afronta o amago dos céus, devassa o fundo dos oceanos e devasta impiedosamente toda a obra grandiosa da Criação.

ANEXO VII

Seleção e preparação do material humano para a guerra

PEREGRINO JÚNIOR

Professor catedrático de biologia na Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil. Chefe do Serviço de Endocrinologia da Policlínica do Rio de Janeiro.

A GUERRA moderna — duelo infernal de monstros de aço e fogo, aviões, tanques, submarinos, couraçados — é o domínio esmagador da máquina. Máquinas que furam os oceanos, cortam os céus, esmagam e pulverizam as cidades e os campos. Mas esses monstros apocalípticos da destruição, ao contrário do que muita gente supõe, não dispensam a colaboração do homem, não suprimem a inteligência, a coragem e a força do homem. Quanto mais perfeito o engenho moderno de guerra, tanto mais necessário o trabalho do homem. E os homens que as máquinas modernas de destruição pedem para manejá-las ou para enfrentá-las são homens excepcionais: robustos, serenos e corajosos. Agilidade e força de atleta. Bravura serena. Cálculo frio. Calma e decisão. Nervos

de boa tempera. Músculos de tijolo metal. Só homens assim podem tripular aviões de combate, ou tanques, ou submarinos. Só homens assim, também, podem enfrentar as emoções terríveis de um bombardeio aéreo, de um torpedeamento submarino, de um assalto fragoroso de tropas motorizadas. Para manejar e para enfrentar essas máquinas de guerra, o homem tem que ser forte e tranqüilo, bravo e resolutivo. A guerra moderna é a guerra do homem de nervos de aço, a guerra do homem de músculos de aço. E para ter nervos e músculos de aço, o organismo precisa possuir um complexo e bem ajustado aparelho de regulação neuro-vegetativa, um sistema endócrino perfeito, um estado nutritivo irreprochável. Quer dizer: bem alimentado, nervos e glândulas em ordem, coração robusto, músculos

as reações de tonalidade histórica, impedem as alucinações aterradoras do pânico, conjuram as inibições do terror, fenômenos tão frequentes, todos esses, nas cidades sob bombardeios aéreos, ou nas guarnições de tanques e carros de assalto, sob o fragor terrificante dos combates de máquinas. Hormônios e vitaminas fazem parte das rações dos soldados modernos, como das populações civis das cidades aberturas. Porque a guerra de hoje — a guerra total — não atinge apenas os campos de batalha, mas também as cidades indefesas. Dai os nomes de cidades designam as grandes batalhas: a batalha de Londres, a batalha de Moscou, a batalha de Rotterdam, a batalha de Estalingrado. . . Não se dirige a agressão das armas de guerra apenas contra os soldados combatentes, mas sobretudo contra as populações civis. Assim sendo, estas se devem preparar também para enfrentar as surpresas da guerra — e se devem armar das mesmas qualidades excepcionais de resistência, coragem e serenidade que se exigem dos soldados modernos.

Importante o problema de preparação das populações civis

O problema, portanto, de preparar as populações civis para a guerra é tão importante, na hora atual, e tão urgente, como o da preparação militar. Porque as populações civis das cidades são hoje verdadeiros exércitos combatentes: sofrem e lutam, como se estivessem no "front". E do seu comportamento — sereno,

Foi à custa de altas doses de vitaminas sintéticas e hormônios generosos que os alemães conseguiram lutar 72 horas sem repouso nas Termópilas e em Creta. Qual o papel dessas novas armas? A vitamina A é que regula o fenômeno da visão. É particularmente útil nas horas de "black-out", nos serviços de observação, nos bombardeios noturnos, nas longas caminhadas cautelosas e vigilantes através da escuridão.

Das vitaminas B1 e C nós sabemos que são os estimulantes específicos da ação, da resistência e da coragem. A vitamina C, segundo Mc Collum, conserva os atributos da mocidade. A testosterona e a cortina são os hormônios da energia, do domínio, da euforia. E a tiroxina, que é o hormônio da velocidade e da emoção, pode ser moderada ou inibida pela vitamina A. Do uso adequado desses hormônios e dessas vitaminas, pois, derivam as virtudes essenciais da guerra: a coragem, a resistência à fadiga, a velocidade, a calma e a força. Previnem o medo, evitam

corajoso e disciplinado — depende em grande parte a vitória das armas e a decisão da guerra.

A batalha de Londres quem a ganhou não foi somente a RAF; foi também o povo inglês — com a sua imperturbável e heroica resistência. E como se organizam hoje esses formidáveis exércitos da retaguarda e da vanguarda, esses espantosos exércitos que tanto se batem nos campos de batalha como nas cidades abertas?

Esses exércitos se preparam de acôrdo com estudos e pesquisas realizadas por técnicos e especialistas os mais variados e numerosos.

O esforço de guerra, nos nossos dias, comporta um trabalho complexo e delicado de pesquisas, de meditação e de estudo. Nada se faz arbitrariamente. Nada se faz de improviso, ou de repente. Tudo obedece a planos maduramente elaborados. A guerra moderna suprimiu a intuição e o empirismo. A sua organização é um problema científico, que requer a cooperação de equipes numerosas de técnicos. Não só os técnicos da arte bélica, como outrora. Mas sobretudo os técnicos da indústria da economia da ciência. Técnicos de organização, de produção e de transporte; técnicos de saúde pública, de higiene, de medicina, de educação física; técnicos de engenharia e comunicações; técnicos de sociologia e etnografia. Exércitos de técnicos tão importantes como os exércitos de combatentes.

jam mais nutritivas que as volumosas e copiosas refeições de outrora. Outra conquista interessante, neste terreno, foi o aproveitamento, nas rações de guerra, das vitaminas alimentares e sintéticas. No Brasil, aliás, já se realizou alguma coisa digna de citação neste assunto.

As pesquisas da Faculdade de Medicina de S. Paulo

O Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo, utilizando os recursos dos Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional, está realizando, sob a orientação lucida e segura do professor Franklin A. Moura Campos, algumas investigações do mais palpitante interesse, como as seguintes:

- a) dosagem da vitamina C nos frutos, legumes e verduras;
- b) dosagem dos sais de cálcio, ferro e magnês nos alimentos;
- c) determinação do valor biológico das proteínas animais e vegetais;
- d) determinação do valor energético dos alimentos;
- e) análise dos óleos, farinhas, féculas, vísceras e frutos sob diversos dos seus aspectos vitamínicos;
- f) estudo vitamínico das principais forragens.

Isto quanto ao que se está efetuando. Há todavia investigações já concluídas, as quais não devem ser menosprezadas, ao contrário, devem ser conhecidas do grande público, precisamente para quem

se destinam os estudos. Dentre elas o professor Moura Campos ressaltou as seguintes:

- a) a goiaba revelou-se fruto polivitamínico;
- b) a castanha do Pará, muito rica em vitamina B1, ou anti-beribérica;
- c) o figado de cação, rico em fatores B2 e B6;
- d) a uvaíá como esplêndida fonte de vitamina C;
- e) o óleo de lampreia como fonte regular de vitamina A;
- f) o óleo de jacú, rico em vitamina A e D;
- g) o óleo de cação riquíssimo em vitamina D, podendo perfeitamente substituir o óleo de figado de bacalhau;
- h) a presença das vitaminas B1 e B2 no capim gordura;
- i) a presença de vitamina B6 no capim jaraguá e a falta de vitamina B1;
- j) aspectos curiosos de dissociação do complexo B na mandioca e no amendoim de sapucaia;
- k) o alto valor proteico da castanha do cajú e do amendoim;
- l) o valor vitamínico (vitamina D) do óleo de tartaruga;
- m) taxas altas de proteínas e cálcio para alguns peixes do norte do Brasil;
- n) a taxa elevada do mangânês no tremoço, valor jamais registrado em qualquer outro alimento;
- o) a redução acentuada do mangânês no arroz polido, quando comparado ao arroz pilado;

p) valores vitamínicos na moranga, beringela, xuxú, diversos tipos de batata, quiabo, beterraba, couve, etc.

As investigações do Serviço Técnico de Alimentação Nacional

Aqui no Rio, também, o Serviço Técnico de Alimentação Nacional, sob a direção de Josué de Castro, tem levado a cabo algumas investigações utilíssimas a respeito de certos alimentos brasileiros, para extração de vitaminas e elaboração de rações concentradas. Nesse terreno a iniciativa mais interessante foi a de planejar para o nosso Exército um tipo de ração de reserva composta de alimentos brasileiros selecionados, a qual, pesando apenas 150 grs., fornece ao soldado um regime nutritivo completo, sob a forma de uma refeição normal. Com uma carga de 1 k., leva o soldado 7 rações alimentares racionais.

Como toda gente sabe, os alemães tiveram, nas rações alimentares da Wehrmacht, uma das causas dos êxitos iniciais dos seus soldados. E eles, orgulhosos e confiantes, guardam o maior segredo em torno dos seus famosos alimentos de guerra: o "edel soja" e os "bratlings", aos quais atribuem uma importante participação nos sucessos de sua campanha.

Nem tenhamos dúvidas: eles estão cheios de razão. Como temos razão, nós também, para nos envaidecermos do esforço intelectual que estamos realizando atualmente neste terreno. Tudo,

de resto, na guerra atual, exige essa mobilização total da técnica e da inteligência. Porque é sabido que a guerra total exige mobilização total.

Todos os esforços vitais do país devem ser postos a serviço do esforço de guerra. Não subsiste mais, na guerra de hoje, a velha concepção obsoleta de "vanguarda" e "retaguarda". Porque todo o país é um único e imenso "front", de vez que todos os seus flancos estão igualmente expostos, e os perigos da guerra — os bombardeios aéreos, os torpedeamentos, a fome, os incêndios — não poupam, não excluem, não respeitam ninguém. Decorre dessa circunstância a necessidade de estabelecer comandos civis, tão importantes no esforço total da guerra como os comandos militares. É a organização civil que evita o colapso militar e conduz à vitória. Não fora o comando civil de Londres, em 1940, e a Inglaterra teria perdido a guerra; não fora o comando civil em Leningrado e em Moscou em 1941, em Estalingrado em 1942 — e a Rússia teria perdido a guerra; não fora o comando civil em Hamburgo, em Colônia, em Lübeck, sob o castigo demolidor da RAF, e a Alemanha já teria feito a paz este ano... No sector da produção, no da enfermagem, no da alimentação, no da assistência civil, no da defesa passiva, em todos eles, a cooperação de cada pessoa, para a soma total do esforço de guerra, é de uma importância considerável. O ministro da Alimentação na Inglaterra, Mr Boothby, por exemplo, ex-

plícava há tempo os deveres essenciais da sua pasta:

- 1.º) controlar a importação, e as situações em que melhor pudessem servir, naqueles postos e naquelas situações, portanto, onde suas aptidões e suas capacidades, bem aproveitadas e bem orientadas, pudessem produzir o maior rendimento. Para este fim se criaram processos especiais de seleção do material humano para a guerra. Inaugurou-se, nos países em guerra, uma verdadeira política biológica de preparação humana para a luta. E essa preparação, extensa e complexa, apresenta fisionomia polidética. Podemos dividi-la em várias fases: a primeira é a de seleção física propriamente dita (ascolha de homens sadios e robustos, cujo valor físico possa ser ampliado e aproveitado de modo adequado); a segunda é de preparação moral, para evitar o derrotismo, a tração, a covardia, o comodismo egoísta e inoperante; a terceira é de preparação intelectual, visando esclarecer os espiritos incutindo-lhes confiança e entusiasmo, senso de disciplina, capacidade de cooperação, orientação técnica; a quarta é de preparação material, facilitando o bem-estar, o conforto, a nutrição dos homens, alimentando-os, agasalhando-os, e equipando-os e transportando-os em segurança e tranquilidade, com abastecimentos suficientes e assistência permanente; a quinta, por fim, é de preparação biopsíquica, pela educação científica e técnica, pela seleção biotípica e funcional, pelo emprego de estimulantes e calmantes biológicos (vitaminas e hormônios), pela utilização

Considerações de importância fundamental

Tudo isso, é bem de ver, tem importância fundamental no "front" interno; porque mantém a saúde, o vigor, o equilíbrio psicológico, o tonus moral, a confiança e o relativo bem-estar do povo, o que é essencial à resistência civil e, portanto, à vitória militar.

Foi em virtude dessa modelar organização da defesa civil do país que, nas horas atribuladas de setembro de 1940, quando os aviões alemães cobriam dia e noite as cidades inglesas, arrastando-as com uma determinação inexorável, um locutor da B.B.C. advertia o mundo com orgulho e confiança de que, fossem quais fossem os castigos da guerra, o povo britânico não teria jamais reações de tonalidade histórica...

Dai a necessidade irrecorrível de colocar cada homem no seu lugar. Verificou-se desde cedo que seria um erro — como em 1914 — colocar os técnicos nas frentes de combate, deixando os lugares técnicos à responsabilidade dos incapazes ou dos incompetentes. Um bom técnico poderia ser um mau soldado, e um bom soldado poderia vir a ser um mau técnico. Tornava-se es-

encial, por isso, seleccionar os homens, por um critério rigorosamente funcional, para os postos e as situações em que melhor pudessem servir, naqueles postos e naquelas situações, portanto, onde suas aptidões e suas capacidades, bem aproveitadas e bem orientadas, pudessem produzir o maior rendimento. Para este fim se criaram processos especiais de seleção do material humano para a guerra. Inaugurou-se, nos países em guerra, uma verdadeira política biológica de preparação humana para a luta. E essa preparação, extensa e complexa, apresenta fisionomia polidética. Podemos dividi-la em várias fases: a primeira é a de seleção física propriamente dita (ascolha de homens sadios e robustos, cujo valor físico possa ser ampliado e aproveitado de modo adequado); a segunda é de preparação moral, para evitar o derrotismo, a tração, a covardia, o comodismo egoísta e inoperante; a terceira é de preparação intelectual, visando esclarecer os espiritos incutindo-lhes confiança e entusiasmo, senso de disciplina, capacidade de cooperação, orientação técnica; a quarta é de preparação material, facilitando o bem-estar, o conforto, a nutrição dos homens, alimentando-os, agasalhando-os, e equipando-os e transportando-os em segurança e tranquilidade, com abastecimentos suficientes e assistência permanente; a quinta, por fim, é de preparação biopsíquica, pela educação científica e técnica, pela seleção biotípica e funcional, pelo emprego de estimulantes e calmantes biológicos (vitaminas e hormônios), pela utilização

oportuna e racional das qualidades constitucionais de cada pessoa; nas missões e nos postos mais adequados.

Esta última tarefa, que não é de resto a mais importante, centraliza neste instante o nosso interesse, porque é exatamente aquela que nos propusemos esboçar neste artigo.

A preparação biopsicológica, não só das tropas, mas das populações civis, para as surpresas e as tormentas da guerra, depende, em grande parte, do conhecimento da sua constituição morfo-fisio-psicológica.

A observação do professor *Laugier, de Paris*

O professor *Laugier, de Paris*, observava, há tempo, que nós nos preocupamos muito em conhecer e determinar a resistência dos materiais, que empregamos nas nossas construções, mas não procuramos absolutamente conhecer a resistência do "material humano" que utilizamos na indústria, no comércio, no campo, nos trabalhos da paz ou da guerra. E é justamente a biotologia — ciência das constituições, dos temperamentos e dos caracteres — que nos permite o conhecimento íntimo desse "material humano" e a avaliação da sua resistência física, funcional, moral ou psicológica. Numerosos — e quasi innumeráveis — são os processos, desde *Hipócrates e Galeno*, que temos utilizado para classificar e estudar o homem do ponto de vista constitucional. E todas essas investigações partem sempre da observação empí-

rica de que existe uma estreita e permanente correlação entre a forma do nosso corpo e as tendências do nosso espírito. O indivíduo humano — sistema vital em perpétua reação no ambiente em que vive — é uma unidade psico-somática indissociável. O nosso equilíbrio biológico depende, em última análise, de um complexo e delicado sistema de harmonia triangular: neuro-endócrino-metabólica. Nada se passa em nenhum segmento do nosso corpo que não tenha imediata repercussão em todo o organismo, na sua "consciência vegetativa".

Porque, como observa *Cartel*, as correlações entre o corpo e alma são no homem cada vez mais íntimas, permanentes e compactas. Foi da investigação dessas correlações que nasceu a biotologia, classificando os homens em longilíneos e brevelíneos, em leptosômicos e picnicos, em ciclotímicos e esquizotímicos, introvertidos e extrovertidos. As tipologias de *Pende e Viola*, de *Krieschmer e Jung*, de *Lazwski e Basov*, de *Brugsch e Tandler* nada mais significam do que a que vive o homem... para conhecer o homem. Dai a velha ambição universal de todos os tempos de nos conhecermos a nós mesmos... de conhecermos o homem — esse grande desconhecido... de penetrar os graves e belos segredos da personalidade humana, dessa singular e complexa personalidade cujas reações, no conceito moderno de *Berman*, são reguladas pelas glândulas internas... Penetrar-

sejam fatigantes. As missões dos braquitos serão aquelas que demandem força, resistência, energia, robustez. Porque os longitípos, são animais de fragaça, braquitos são animais de fragaça. Como naqueles predomina o instinto de agressão (defesa e luta), encarregamo-los das tarefas compatíveis com as suas tendências temperamentais: as tarefas agressivas e ariscadas. Sendo nos braquitos mais fortes os instintos de nutrição e reprodução, alimentemo-los bem, e lhes deleguemos sempre missões de ordem estática e vegetativa. Os braquitos, sendo também bradipsíquicos, não devem exercer funções que exijam pensamento rápido, soluções prontas, gestos resolutos e velozes. Nem aos longitípos, que são rápidos, devemos atribuir tarefas que requeram paciência e paciência, mas ao contrário, missões que peçam decisões rápidas e eficazes. Só podem ser cumpridas as tarefas, aquelas missões que exigem consentâneas com o nosso temperamento, as nossas tendências, a nossa morfologia corporál, a nossa sensibilidade psicológica, a cada indivíduo deve ser atribuída a qualidade e a quantidade de trabalho adequadas às suas aptidões individuais. Além disto, corrigindo pela educação, pelos hormônios e pelas vitaminas certas deficiências ou excessos temperamentais, conseguiremos um maior e melhor rendimento do trabalho de todos, em horas áspers, inquietas e difíceis da guerra. Essa espécie de seleção humana — digamos melhor essa avaliação das resistências

e difíceis, decifrar-lhe os enigmas; devassá-lhe os inumeráveis e insondáveis mistérios — o mistério da bondade e da maldade; o mistério da virtude e o do pecado; o mistério do amor e o do ódio — tudo isso é objetivo e missão da biotologia... E é por sinal essa mesma biotologia, revelando-nos as secretas reações do nosso espírito e do nosso corpo, do nosso temperamento e do nosso caráter, das nossas glândulas e dos nossos nervos, que nos vai auxiliar, na guerra, a colocar cada homem no seu justo lugar, aproveitando-lhe oportuna e sábiamente as qualidades constitucionais, corrigindo-lhe os defeitos, evitando os prejuízos dos seus ímpetos e desregulamentos... Quantos erros evitaremos e quantos desastres conjuraremos, na preparação da defesa passiva de uma cidade, o julgamento biológico da sua população! Aos ciclotímicos, extrovertidos, expansivos, comunicativos — daremos as missões que dispensem discrição e reserva, mas que exijam espírito de cooperação, tolerância e compreensão, desinteressada, capacidade fácil de adaptação, alegria, bom humor, comunicação humana. Reservaremos, pelo contrário, aos esquizotímicos — introvertidos, fechados, isolacionistas... as tarefas que precisem de trabalho solitário e paciente, que exijam discrição, coragem, persistência e bravura silenciosa... Como os longitípos são ágeis, velozes e fatigáveis, colocamo-los sempre nas missões que requeram agilidade e rapidez, mas que não

CULTURA POLITICA

materiais humanos — na guerra actual; constitue tarefa de primeira importancia na — preparação biopsicologica dos povos e dos exercitos para as surpresas e os sofrimentos dos bombardamentos aéreos, dos assaltos inesperados, de todas as traições e violências da destruição e da morte. Um povo que, na organização da sua defesa e do seu ataque — é fiel esse o segredo da heroica resistência de Londres e da tranqüilla indiferença de Moscou — leva em conta os conselhos e os preceitos modernos dessa preparação biopsicologica, pode estar certo, com uma coragem confiante e serena, de que triunfará galhardamente de todas as surpresas, de todas as angústias, de todos os sobresaltos e todas as torturas da tormenta apocaliptica da guerra moderna — monstro implacável de destruição, fragoroso e brutal, que nada poupa na sua marcha terrificante e demolidora, que esmaga e suprime, sem piedade e sem pausa, as flores mais puras e mais belas da civilização.

Sanamento e guerra

ULISSES DE NONOHAY

Membro da Academia Nacional de Medicina, Professor da Faculdade de Medicina da Porto Alegre, Tenente-coronel Médico da Reserva do Exército, Vice-presidente da Sociedade Brasileira Contra a Tuberculose e da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Presidente do 2.º Congresso Médico de Tuberculose.

NA SUA inigualável reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública, Carlos Chagas, sem contestação, uma das mais altas mentalidades médicas brasileiras e cuja universais, criou entre outras a profilaxia da lepra e doenças venéreas, a ser realizada com recursos de uma taxa especial, feita de 30% dos impostos que incidiam sobre as bebidas alcoólicas. Era a primeira tentativa séria contra a incompreensão e contra a absorção da politica partidária, então dominante, que sacrificava todos os recursos do país aos interesses immediatos das facções, sem a menor consideração pelo futuro da raça e da pátria.

Não tardou, porém, que dentro em pouco toda a vez que a Câmara queria uma verba qualquer para aquêle fim, não a mandasse correr por conta da caixa especial.

Falhada assim na sua destinação, acabou por ser extinta, e o Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas viu os seus recursos reduzidos a menos da 10.ª parte do que lhe davam aquêles tributos, quando apenas começava a ter a expansão necessária.

Logo após, um governador de Estado, se não me enganado do Maranhão, veio pedir o apoio do Presidente de então para que a Câmara votasse uma verba de auxilio para a construção de um leprosário, pois os doentes do mal de Hansen viviam esmolando e com isto espalhando o contágio, sobre morarem, se é que assim se pôde dizer, no cemitério da cidade.

A resposta, apesar de reduzido o auxilio a mais miseráveis das quantias, foi formal negativa. E, quando lembrado que aquêle auxilio não pequeno não podia ter influencia negativa n

ANEXO VIII

Emquanto no Brasil...



...na Italia



Verso

Brasileiros,

Vocês já pensaram, porque é que os americanos vos pagam tão bem?

E para vos levar no pacote!

Porque é que querem levar-vos no pacote?

Para afastar do Brasil os seus melhores soldados!

Porque é que querem afastar os melhores soldados do Brasil?

Para que vocês não possam mais defender a vossa Patria dentro do Brasil!

Quem ameaça as fronteiras brasileiras?

O inimigo que já se encontra lá!

Quem é o verdadeiro inimigo do Brasil?

É o americano imperialista que quer fazer do Brasil uma colonia!

GUERRA PSICOLÓGICA

FOLHETOS ALEMÃES LANÇADOS EM GRANADAS ESPECIAIS SOBRE AS LINHAS BRASILEIRAS, INSINUANDO A OCUPAÇÃO DO BRASIL PELOS AMERICANOS E A MORTE DOS BRASILEIROS NA ITÁLIA, PARA FACILITAR O SEU DOMÍNIO

ANEXO IX



ESCU TA:

O que me deram foi a minha demissão e um par de maletas.

Agora faço parte do exército dos inválidos da guerra, que aumenta continuamente.

Não sirvo para nada. Já não posso exercer a minha profissão nos caminhos de ferro.

Talvez consiga uma autorização para vender amendoim torrado. O negócio não rende muito, mas com a pequena pensão que se recebe, não se pode sustentar uma família.

POR ESSA RAZÃO, DIGO-TE O SEGUINTE:

CADA GOTA DE SANGUE BRASILEIRO VERTIDA NA EUROPA, É EM VÃO!

NÃO TEMOS NADA QUE METER O NARIZ NAS QUESTÕES DA BANDA DE LÁ.

ELES QUE SE ARRANJEM LÁ COMO QUIZEREM COM AS SUAS EXCOMUNGADAS GUERRAS!

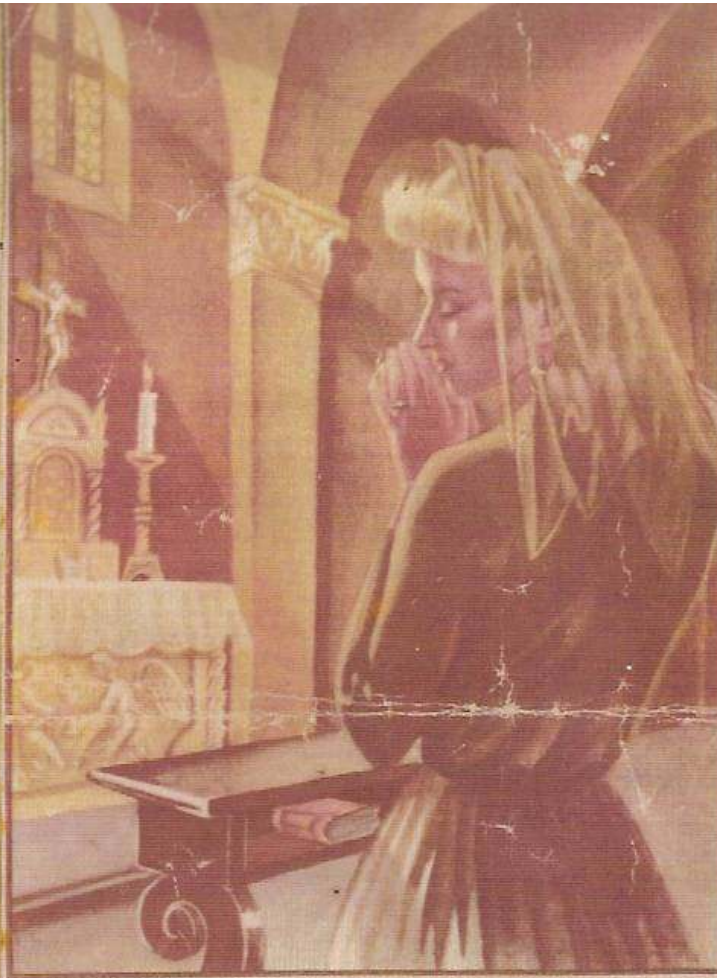
TEM CAUTELA AMIGO

E FAZ POR REGRESSAR A CASA SÃO E SALVO...

SE PUDERES.

1/45

ANEXO X



*Meu Deus!
Ergo as mãos
aos ceus e
suplico hu-
mildemente
a Tua Bênção!*

*Meu Deus! Atende os rogos impetrantes de uma infima creatura,
cuja felicidade e única finalidade de vida, ameaça desvanecer-se
e tornar-se em ruínas.*

*Protege o meu noivo nesta guerra horrível de toda e qualquer
desventura que o queira atrair!*

*Não consintas que as esperanças em que assenta a minha vida
sejam destruídas pela brasa candente deste cataclismo mundial!*

GUERRA PSIC

**PANFLETOS LANÇADOS PELOS ALEMÃES NAS
MÃOS DOS MILITARES DA FEB A ENTREGAREM-SE,
55/517**

Verso

Era esta a oração duma moça apaixonada que rezava pelo seu noivo Aristides José da Silva, incorporado no 1º Regimento da FEB, quando este, gravemente ferido, exalava o último suspiro da sua jovem vida por interesses alheios à causa brasileira.

Não fazia ela a menor idéia de que estavam já sendo destruídas para sempre todas as suas esperanças e que ao seu noivo estava predestinada uma singela sepultura nas rochas geladas dos Apeninos.

E PORQUÊ TUDO ISTO ?

O Aristides perdeu a sua vida conscientemente. Se tivesse deposto as armas espontaneamente, como o fizeram outros camaradas seus, os mais ardentes desejos e as mais vivas esperanças de sua noiva ter-se-iam realizado.

QUEREM TAMBÉM VOCÊS

causar a mesma dor às vossas mães, aos vossos irmãos e às vossas noivas?

NUNCA !

Então, porque é que Vocês ainda estão participando nesta luta contra os alemães, sem motivos justificáveis, e que é travada unicamente em prol dos capitalistas norte-americanos? O bom senso vos dirá que é melhor furtar-se ao último e mais terrível episódio desta guerra, passando para as linhas alemãs e aguardando o próximo fim da luta em paz e sossego num campo de prisioneiros, para regressar então novamente ao querido Brasil, não pensando nunca mais nestes tempos horríveis que a todos torturam.

PARA QUÊ MORRER AGORA, SE EXISTE AINDA OUTRA POSSIBILIDADE ?



OLÓGICA

LINHAS BRASILEIRAS, CONCITANDO

PASSANDO PARA AS SUAS LINHAS.

FEB - ITÁLIA, 1944/45.

ANEXO XI



Brasileiro!

A tua maravilhosa terra é a mais rica de todo o mundo.

Porque é que não jorra o petróleo?

Os americanos não querem!

Porque é que não se pode vender o café?

Os americanos não querem!

Porque é que no Brasil se produz tão pouca borracha?

Os americanos não querem!

Porque é que a exploração dos minerais não está mais desenvolvida?

Os americanos não querem!

Os americanos querem tomar conta do Brasil para que os seus capitalistas possam explorar as riquezas da tua terra.

Por isso Você, sendo o melhor soldado brasileiro, foi afastado do Brasil para morrer na Europa e nunca mais voltar à Pátria!

GUERRA PSICOLÓGICA

PANFLETO LANÇADO PELOS ALEMÃES SOBRE AS LINHAS BRASILEIRAS, INSINUANDO A OCUPAÇÃO DO BRASIL PELOS AMERICANOS E A MORTE DOS MELHORES SOLDADOS BRASILEIROS NA EUROPA.

79/MUSEU

FEB - ITÁLIA, 1944/45

ANEXO XII

Ao 1º, 6º e 11º Regimento da Fôrça Expedicionária Brasileira

CAMARADAS!

Aqui falam os soldados alemães, dirigindo-se a vocês brasileiros.

No final de contas, para quê e para quem é que vocês combatem aqui na *Itália*?

Afinal é só porque os *americanos* - que não são estimados por ninguém neste mundo - procuram convencer-vos de que se trata de defender os interesses do Brasil.

E porque é que vocês abandonaram a **vossa terra**, *cheia de sol e radiante*, e combatem agora aqui na neblina, na lama e na imundície, esperando o inverno horrível, com as suas tempestades de neve e as intermináveis avalanches de neve?

Isso vale os 95 Dólares que recebeis mensalmente?

O corpo esburacado pelas balas ou uma sepultura na Itália sempre deveriam ser melhor pagos. SIM, PORQUE NÃO É OUTRA COISA QUE VOS ESPERA, porque nós, soldados alemães, defendemos tenazmente e com pertinácia cada metro da nossa frente.

Mas vocês próprios bem no devem ter sentido em **Abetaia**. *Quantas mães e quantas noivas terão que sofrer agora no Brasil!*

Os poucos que talvez um dia regressarem ao seu lar, certamente não as poderão consolar.

GUERRA

PANFLETO ALEMÃO LANÇADO EM GRANADAS ESPECIAIS
UNIDADES DE INFANTARIA DA FEB A DESISTIREM DA LUTA, ENTREGAM

86/MUSEU

VERSÃO
Dancados em Graynadas, no
seio de l'alpina, após a sua
libertação do dia 11-12-1944
SOLDADOS DAS VOSSAS FILEIRAS
ENCONTRAM-SE AGORA JUNTO DE NÓS.

- *Estão fora dessa barafunda em que ainda há poucas horas se encontravam convosco e onde combatiam ao vosso lado.*

Agora um sorriso lhes invade o rosto, pois seguem para um acampamento e aí, tranquilos e bem seguros, aguardam o fim da guerra.

Notaram logo que aqui não se desconsidera nenhuma raça e nenhuma nação, e que **todos os prisioneiros de guerra gozam do mesmo tratamento correcto.** Boa comida, o seu pré - numa palavra - tudo o que lhes cabe segundo os tratados internacionais.

Pensem no seguinte: **O ESSENCIAL NUMA GUERRA É VOLTAR COM VIDA AO SEU LAR.**

Como prisioneiro, a probabilidade de permanecer são e salvo é muito maior! Acreditem nestas palavras, pensem sobre o assunto e procedam em conformidade.

Passierschein - Salvacondotto - Salvo-conduto

Inhaber dieses Passierscheines hat den Kampf eingestellt und ist schnellstens aus der Gefangenschaft zu entfernen.

Il possessore di questo salvacondotto ha cessato di combattere e deve essere allontanato rapidamente dalla zona di pericolo.

O portador deste salvo-conduto cessou a luta e deve ser afastado o mais rapidamente possível da zona de perigo.

PSICOLÓGICA

SAIS SOBRE AS LINHAS BRASILEIRAS, CONCRETANDO OS MILITARES DAS DO-SE AOS NAZISTAS, CONFORME SALVO-CONDUTO NELE INSERIDO.

FEB - ITÁLIA, 11 DE DEZEMBRO DE 1944.